

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG EDUARDO LUÍS GUIMARÃES DE MOURA

**INFLUÊNCIAS CRUZADAS E DISPUTAS NO ESSEQUIBO:
A atuação da China e dos EUA na dinâmica geopolítica regional.**

Rio de Janeiro

2024

CMG EDUARDO LUÍS GUIMARÃES DE MOURA

**INFLUÊNCIAS CRUZADAS E DISPUTAS NO ESSEQUIBO:
A atuação da China e dos EUA na dinâmica geopolítica regional.**

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM-1) *M.Sc.* Leonardo Faria de Mattos.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Aos companheiros da turma C-PEM 2024, pelos estreitos laços de amizade e camaradagem construídos na EGN.

Ao Corpo Docente da EGN, pela cordialidade, fidalguia, pela incansável busca pelo conhecimento e pelos ensinamentos generosamente transmitidos.

Ao meu orientador, CMG (RM-1) *M.Sc.* Leonardo Faria de Mattos, agradeço a disponibilidade, as orientações precisas, oportunas e relevantes, e pela inestimável colaboração na condução desta Tese.

Ao meu Pai Elígio, referência de caráter, lealdade, coragem e honra, por ter forjado com seus exemplos os meus valores.

À minha Mãe Célia, pelo amor intenso e abnegado que sempre dedicou aos seus três marinheiros.

À minha Esposa Flávia, amorosa companheira, parceira de todos os momentos e guerreira de todas as batalhas, a minha eterna e apaixonada gratidão.

À Amanda, Juliana e Luís Fernando, presentes inestimáveis de Deus, por trazerem luz à nossa família.

Por fim, agradeço a Deus pela saúde, pelas bênçãos diárias e por todas as dádivas a mim concedidas ao longo da vida.

International politics, like all politics, is a struggle for power.

Hans J. Morgenthau

RESUMO

O presente estudo aborda a complexa disputa pela região do Essequibo destacando as dinâmicas geopolíticas regionais influenciadas pelas potências República Popular da China (RPC) e Estados Unidos da América (EUA). A investigação adota como base analítica a teoria geopolítica do Realismo em uma pesquisa documental e bibliográfica aplicada ao método dedutivo, objetivando pôr à vista reflexões em contribuição à compreensão das dinâmicas geopolíticas na América do Sul e identificando oportunidades e desafios ao Brasil, como nação soberana e liderança regional. No decorrer da pesquisa, observou-se a dispersão histórica da América Latina em divergentes intenções e objetivos, resultando em blocos sobrepostos de cooperação em oposição aos esforços nacionais de integração unificada. O Planalto da Guianas e a sua vocação geopolítica caribenha, agravada pela pouca integração do Brasil com seus países, em especial com a Guiana, oferece resistência à liderança brasileira. O interesse estadunidense alinhou-se ao arrefecimento da crise em uma região geograficamente sensível à sua integridade territorial e onde a estabilização disponibiliza esforço geopolítico para a sua atuação em outras regiões críticas à sua estratégia global. Por este motivo, os EUA oferecem alguma tolerância ao avanço geopolítico brasileiro na América, desde que limitada a uma posição intermediária de poder que não ameace a sua dominância regional. Em que pese o interesse em sobrecarregar o seu rival ocidental, a RPC assumiu, oficialmente, uma neutralidade conveniente à sua estratégia, fundamentada no seu poder econômico e fortemente associada à retórica de não intervenção e desenvolvimento comum dos Estados periféricos. Por fim, concluiu-se que a política externa brasileira deve atuar assertivamente na região, construindo instrumentos que respaldem a sua ação diplomática potencializando a vontade do Estado, traduzidos em maior investimento em sua capacidade militar, maior participação estatal junto à Guiana e à Venezuela e o estabelecimento de ações integrativas que produzam vínculo político e econômico com esses países.

Palavras-chave: Essequibo, Realismo, Venezuela, Guiana, Estados Unidos da América, China, Política Externa, Liderança Regional, Recursos Naturais, Segurança Regional.

ABSTRACT

Disputes and tensions in Essequibo: The influence of China and USA on regional geopolitical dynamics

The present study addresses the complex dispute over the Essequibo region, highlighting the regional geopolitical dynamics influenced by the powers of China and the USA. The investigation adopts the geopolitical theory of Realism as its analytical basis in a documentary and bibliographic research applied to the deductive method, aiming to provide insights into the understanding of geopolitical dynamics in South America and identifying opportunities and challenges for Brazil as a sovereign nation and regional leader. Throughout the research, the historical dispersion of Latin America into divergent intentions and objectives was observed, resulting in overlapping cooperation blocs in opposition to national efforts for unified integration. The Guiana Plateau and its Caribbean geopolitical orientation, exacerbated by Brazil's limited integration with its neighboring countries, especially with Guyana, present resistance to Brazilian leadership. The U.S. interest aligns with de-escalating the crisis in a geographically sensitive region for its territorial integrity, where stabilization frees up geopolitical effort for its actions in other critical areas to its global strategy. For this reason, the U.S. shows some tolerance toward Brazil's geopolitical advancement in America, as long as it is limited to an intermediate position of power that does not threaten U.S. regional dominance. Despite its interest in overwhelming its Western rival, China has officially assumed a convenient neutrality to its strategy, based on its economic power and strongly associated with the rhetoric of non-intervention and common development of peripheral states. Finally, it was concluded that Brazilian foreign policy must act assertively in the region, building instruments that support its diplomatic action by enhancing the state's will, investing more in its military capacity, increasing state participation with Guyana and Venezuela, and establishing integrative actions that produce political and economic links with these countries.

Keywords: Essequibo, Realism, Venezuela, Guyana, United States of America, China, Foreign Policy, Regional Leadership, Natural Resources, Regional Security.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Participação das Guianas em Arranjos Regionais (1973-2023).....	99
Figura 2 - Mapa dos assentamentos holandeses no Suriname, Demerara, Essequibo, Berbice e das ilhas de Curaçao, Aruba, Bonaire (1781)....	100
Figura 3 - Linhas de fronteira da Guiana Inglesa (Linhas Schomburgk).....	101
Figura 4 - O Essequibo e a disputa pela sua Zona Econômica Exclusiva.....	102
Figura 5 - Blocos de petróleo, Companhias licenciadas e descobertas.	103
Figura 6 - Maiores parceiros comerciais extrarregionais da América Latina em 2000 e 2021.....	104
Figura 7 - Área de responsabilidade do SOUTHCOM.	105
Figura 8 - A nova Rota da Seda (<i>Belt and Road Initiative</i>).	106
Figura 9 - Projetos portuários apoiados pela RPC na América Latina (2023).	107
Figura 10 - Margem Equatorial Brasileira e as bacias petrolíferas.	108
Figura 11 - Mapa Oficial de La República Bolivariana de Venezuela.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI	- Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	- Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA	- Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA	- Área de Livre Comércio Sul-Americana
BPD	- Barris de Petróleo por Dia
BRI	- <i>Belt and Road Initiative</i>
CARICOM	- Mercado Comum e Comunidade do Caribe
CBSI	- <i>Caribbean Basin Security Initiative</i>
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CDS	- Conselho de Defesa Sul-Americano
CHEC	- <i>China Harbour Engineering Corporation</i>
EUA	- Estados Unidos da América
FMI	- Fundo Monetário Internacional
GDF	- <i>Guyana Defense Force</i>
KMT	- Partido Nacionalista Chinês (<i>Kuomintang</i>)
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
NAFTA	- Acordo de Livre Comércio da América do Norte
OMC	- Organização Mundial do Comércio
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCC	- Partido Comunista Chinês
PIB	- Produto Interno Bruto
RPC	- República Popular da China
TIAR	- Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UE	- União Europeia
UNASUL	- União das Nações Sul-Americanas
USSOUTHCOM	- <i>U.S. Southern Command</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O REALISMO, A AMÉRICA DO SUL E O ESSEQUIBO	13
2.1	REFLEXÕES SOBRE A TEORIA GEOPOLÍTICA DO REALISMO	13
2.2	A GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL E O PLANALTO DAS GUIANAS ..	16
2.2.1	A unificação e os Blocos sobrepostos de cooperação	19
2.3	A REGIÃO DO ESSEQUIBO E A DISPUTA	22
2.3.1	O instável equilíbrio de forças	26
3	A POSTURA ESTRATÉGICA ESTADUNIDENSE	30
3.1	O CONTINENTE AMERICANO	34
3.2	UMA ABORDAGEM COMPARTIMENTADA	39
3.2.1	Aspectos políticos e econômicos	40
3.2.2	Aspectos militares	42
3.3	CONCLUSÕES PARCIAIS	44
4	A ASCENSÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	47
4.1	A ESTRATÉGIA ECONÔMICA CHINESA E A NOVA ROTA DA SEDA	50
4.2	A AMÉRICA LATINA E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	52
4.2.1	A ordem continental: revisionismo ou cooperação?	55
4.3	UMA ABORDAGEM COMPARTIMENTADA	58
4.4	CONCLUSÕES PARCIAIS	63
5	BRASIL: UM OLHAR GEOPOLÍTICO	65
5.1	O BRASIL COMO LIDERANÇA REGIONAL	66
5.2	O BRASIL E O ESSEQUIBO	71
5.2.1	A Defesa Nacional e a Soberania	74
5.2.2	A Margem Equatorial Sul-Americana	77
5.3	AS RELAÇÕES DE PODER	79
5.4	OPORTUNIDADES E DESAFIOS	83
6	CONCLUSÃO	86
	REFERÊNCIAS	90
	ANEXO – ILUSTRAÇÕES	99

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2023 o governo da República Bolivariana da Venezuela¹ realizou um referendo para consulta popular acerca da anexação da região do Essequibo, agravando a histórica disputa pelo território fronteiro com a vizinha República Cooperativa da Guiana². Em sua grande parte coberta por selva tropical pouco explorada, a região do Essequibo é conhecida por suas riquezas minerais e energéticas, sobretudo após a descoberta de extensas reservas de petróleo em suas águas jurisdicionais em 2015, adicionando grande valor à expressão econômica guianense e alterando a dinâmica de interesses na região.

Ao passo que a condução dos eventos no Planalto das Guianas distendia a crise, o tabuleiro geopolítico mundial movimentava-se incorporando ações e interesses à complexa relação de forças atuantes no cenário sul-americano. O enfrentamento entre os dois países caribenhos operou reações além do contexto geopolítico local, estendendo-se aos seus adjacentes regionais e alcançando esferas mais amplas, diretamente correlacionadas pelo caráter interdependente do ambiente internacional.

A disputa global entre os EUA e a RPC, duas maiores potências opositoras no início do século XXI, inclui a América Latina como palco importante de seu embate geopolítico. O avanço chinês em busca da substituição da ordem mundial ora estabelecida colide diretamente com a resistência oferecida pelo seu opositor ocidental, que se articula em um movimento revés de contenção e reafirmação unipolar. Neste contexto, a projeção da RPC no continente americano reveste-se de relevância ao aproximar-se estrategicamente de uma região tradicionalmente alinhada aos EUA.

A alteração na dinâmica das relações na América do Sul incorporou as tensões no Essequibo e promoveu movimentos das duas grandes potências mundiais, interessadas em ajustá-la em proveito de seus interesses estratégicos. Os esforços em contribuição à escalada ou ao arrefecimento da crise acompanharam a ótica realista das relações internacionais, posteriormente abordada nesta pesquisa e adotada como fundamentação teórica deste estudo, onde os Estados buscam maximizar o seu poder em benefício da sua segurança modelando o ambiente de acordo com os seus próprios interesses geopolíticos.

¹ Doravante referenciada apenas pelo nome “Venezuela”.

² Doravante referenciada apenas pelo nome “Guiana”.

O Brasil acompanhou com especial interesse a disputa, tanto por questões de soberania, uma vez que ambos os países fazem parte do seu entorno estratégico³, quanto por interesses geopolíticos. A condução e articulação de sua política externa em direção à resolução pacífica da controvérsia converge ao Objetivo Nacional de Defesa “contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais” (Brasil, 2024a, p.25). Entretanto, a aplicação dos poderes nacionais em atendimento aos seus objetivos deve adequar-se à conjuntura regional, influenciada por atores externos avançando em suas estratégias para a América do Sul.

Neste contexto, o propósito desta Tese é realizar uma investigação acerca das dinâmicas geopolíticas regionais correlacionadas à disputa pelo Essequibo, agravada a partir do início do século XXI e limitada à realização do referendo para a sua anexação pela Venezuela, em dezembro de 2023. Devido à abrangência múltipla e diversificada de esforços e agentes, torna-se necessário o recorte do seu universo limitando-o aos atores estatais diretamente envolvidos na contenda, além das potências extrarregionais EUA e RPC, preponderantes no contexto geopolítico mundial à época e principais rivais em disputa pelo poder e influência globais. Ainda, o alcance da pesquisa permanecerá restrito às expressões de poder econômico, militar e político, viabilizando a observação dos fatos e a sua posterior análise e correlação, de outra forma inviável devido à amplitude de sua complexidade.

Desta forma, esta pesquisa intenciona pôr à vista oportunidades e identificar desafios à política externa do Brasil em sua atuação como liderança regional, tendo como base a análise da condução da crise no Essequibo e considerando a influência das duas principais potências mundiais. Ainda, as implicações desveladas visam oferecer conhecimentos que auxiliem na adequação e na implementação de ações apropriadas à dinâmica geopolítica aplicada ao seu entorno estratégico.

Como questão central argumenta-se: os EUA e a RPC exercem influências antagônicas acerca da questão do Essequibo com impacto geopolítico relevante para o Brasil? A pesquisa verificará a hipótese de que o antagonismo entre as potências globais reverbera pontualmente em um movimento similar de oposição, divergindo em intenções no que tange ao arrefecimento da crise e ao equilíbrio de poder regional. Orientando a pesquisa foram formuladas questões adicionais a serem investigadas:

³ Área de interesse prioritário de acordo com a Política Nacional de Defesa que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (Brasil, 2024a).

Como tradicionalmente interagem os Estados latino-americanos? Como as relações entre a Venezuela e a Guiana se desenvolveram ao longo do tempo? Quais são os interesses estratégicos dos EUA e da RPC no continente americano, especialmente na região do Essequibo? Como o Brasil atuou na crise? Como as relações de poder entre os EUA e a RPC afetam a liderança brasileira na América do Sul? Ao buscar as soluções para esses questionamentos, foi estruturada uma pesquisa documental e bibliográfica aplicada à análise histórica dos eventos e fundamentada nos pressupostos da teoria geopolítica do Realismo, conduzida em seis capítulos ordenadamente organizados, iniciando por esta introdução.

O segundo capítulo aborda a geopolítica sul-americana sob uma lente ampla, apontando as tendências regionais em direção à aproximação ou à dispersão e oferecendo ênfase ao relacionamento entre os Estados litigantes, além de discorrer acerca do histórico de eventos e as motivações que levaram ao agravamento da crise.

O terceiro capítulo desloca o olhar à influência e aos interesses dos EUA no continente, analisando o histórico e a atuação da sua política externa relacionada à América Latina, com ênfase na área disputada. Desta forma, obtêm-se uma base comparativa para o contraste com movimento Chinês, explorado no capítulo subsequente, observando o seu avanço estratégico no novo continente e a sua postura geopolítica aplicada ao ocidente.

O quinto capítulo sintetiza as construções desenvolvidas nos capítulos anteriores confrontando os esforços geopolíticos e as relações de poder dos atores analisados, e convergindo à posição do Brasil como liderança regional. O capítulo oferece a correlação dos efeitos observados aos objetivos estratégicos nacionais, derivando-se em medidas que buscam fortalecer a posição do Brasil na América do Sul contribuindo com a sua segurança e com os seus interesses estratégicos na região.

Por fim, o sexto capítulo congrega os principais pontos da pesquisa em uma breve conclusão, oferecendo de forma ampla a visão do Autor acerca das oportunidades e desafios que possam orientar na formulação de estratégias eficazes para alcançar os objetivos nacionais, garantindo a sua soberania, promovendo a estabilidade regional, a integração e o desenvolvimento, além de fomentar a sua posição de liderança regional.

2 O REALISMO, A AMÉRICA DO SUL E O ESSEQUIBO

Ao enveredarmos pela pesquisa dos acontecimentos em epígrafe, adotaremos o Realismo como referencial teórico de suporte à análise, orientando o entendimento das diversas ocorrências e movimentos geopolíticos relacionados com a crise entre a Venezuela e a Guiana. Torna-se necessário, portando, um breve aprofundamento acerca das especificidades do Realismo dentro do contexto geopolítico, buscando expor seus fundamentos e princípios aplicados às Relações Internacionais.

Adicionalmente, como base indissociável da geopolítica, é fundamental a contextualização histórica, aplicando-a de forma correlata às propensões geopolíticas oferecidas pelas características geográficas da América do Sul, com foco no Planalto das Guianas. Ao abordarmos os regionalismos históricos e alinhamentos geopolíticos, viabilizamos o delineamento das tendências de aproximação ou de repulsão da região, além das principais circunstâncias contribuintes para o estabelecimento das forças opositoras que terminaram por convergir ao litígio.

Descortinando-se os principais atores e interesses historicamente atuantes na região, logra-se vislumbrar a dinâmica de inteirações entre a Venezuela e a Guiana e o trato diplomático celebrado ao longo dos anos por esses Estados, fundamentada na teoria clássica do Realismo, revelando a correlação dos poderes preponderantes ao longo do tempo e perfazendo à situação política atual.

2.1 REFLEXÕES SOBRE A TEORIA GEOPOLÍTICA DO REALISMO

Apesar das relações internacionais serem reconhecidas como disciplina acadêmica apenas a partir do início do século XX, o seu aparato teórico converge de impressões e pensamentos que remontam o século XV, fundamentado em ensaios e manifestações acerca das relações humanas e da política internacional.

Ainda que os princípios basilares originários das relações internacionais se diferenciem amplamente em classificação, é consenso entre os autores de que o Realismo Político se coloca como uma abordagem tradicional do pensamento geopolítico (Pecequilo, 2012). Apoiado no binômio “poder x conflito”, o Realismo remonta concei-

tos filosóficos diversos que se assemelham na percepção caótica da natureza humana, aplicada a um ambiente anárquico e associada à conquista em benefício de sua própria sobrevivência.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Carr (2001) levanta provocações direcionadas ao pensamento idealista, então proeminente na política internacional e preponderante após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), desconstruindo conceitos que acreditavam que a expansão da democracia e do comércio, conjugados ao estabelecimento de ferramentas reguladoras normativas, afluiriam para uma “harmonia de interesses” em direção a uma utópica paz perpétua⁴. Considerado um marco de consolidação do pensamento Realista (Pecequilo, 2012), o seu livro “Vinte Anos de Crise: 1919-1939” (Carr, 2001) aborda as relações internacionais apontando a busca pelo poder como ação precípua dos Estados, que interagem de forma frágil e dinâmica em busca de uma posição favorável frente aos demais. Ainda, baseia-se numa política analisada sob o viés de entendimento da realidade, abstendo-se de adotar possibilismos de como o sistema internacional deveria ser ou atuar e resgatando os conceitos de “*verità effettuale*”⁵, observados na obra de Maquiavel (2007).

Sob a ótica do Realismo, o Estado torna-se o principal ator, representante do “todo” e agindo com vistas ao interesse nacional, em busca de maximizar seus ganhos (Nogueira; Messari, 2005), não havendo entidade que o preceda ou regule dentro das interações anárquicas com seus correlatos. A sua universalidade e reconhecida soberania dentro de seu território dá ao Estado a chancela de agente legítimo no ambiente internacional, restando também a ele o papel da exclusividade como representante frente ao direito internacional (Gonçalves, 2002).

Desta forma, o Realismo entende que o Estado reage ao ambiente internacional com a finalidade de obter poder, agindo como um “ser racional” em direção à obtenção de vantagens, analisando riscos e possibilidades. Estas ações podem variar em alcance, amplitude ou forma conforme seus interesses ou necessidades, porém sempre irão descansar no seu cerne embrionário, respaldadas pela manutenção da soberania e preservação da sua segurança (Pecequilo, 2012).

⁴Conceito apresentado pelo filósofo iluminista Immanuel Kant em seu Livro “À Paz Perpétua” de 1795, onde credita ao entendimento entre os homens o caminho para a pacificação entre as nações.

⁵Expressão utilizada em sua obra “O Príncipe” de 1513. Refere-se à compreensão verdadeira e objetiva da realidade, princípio fundamental para orientar a ação política de forma eficaz.

O sistema internacional, de acordo com o pensamento Realista, comporta-se como um ambiente ativo e mutável, em constante interação entre Estados buscando seus interesses individuais por meio da inevitável competição. Os conflitos passam a fazer parte da dinâmica da busca pelo poder como resultado indissociável da realidade caótica das relações internacionais. A política externa desdobra-se, portanto, em um sistema constantemente equilibrado onde sempre haverá vencedores e perdedores, com a aquisição de poder por um Estado resultando, obrigatoriamente, na perda por outro, e onde o confronto de forças geopolíticas deriva inevitavelmente no desbalanceamento do *status quo* do sistema internacional.

A competição acaba por tornar-se, por si só, o principal agente responsável pela soberania dos Estados, uma vez que dela resulta o equilíbrio desejável de forças evitando a manifestação de um poder único preponderante, capaz de subjugar os demais. Desta forma, a paz torna-se consequência indireta do choque de forças equivalentes que acabam por anular-se mutuamente, mantendo a condição anárquica do sistema internacional e garantindo a independência e sobrevivência dos Estados. Apesar da constante insatisfação na busca por uma condição proeminente dentro da dinâmica de relações, é esta que estabelece o equilíbrio do sistema internacional, conforme observado por Pecequillo (2004, p.123).

Nenhum Estado é proeminente, ou está totalmente satisfeito com o *status quo*, mas cada um sabe que dentro deste determinado arranjo terá sua sobrevivência e uma certa margem de manobra garantida para perseguir seus objetivos. Portanto, a competição automaticamente leva ao equilíbrio entre os principais Estados, que, perseguindo seus próprios interesses, se autocontrolam.

A partir daí é possível inferirmos à lógica realista os movimentos estatais no âmbito internacional, sendo a segurança o escopo precípua de sua dialética, mas não limitando-se a esta. A insatisfação por posições mais confortáveis gera impulsos que desequilibram a estrutura das relações internacionais, correlacionando-os de forma universal, potencializados por uma sociedade pós-moderna onde as relações políticas, econômicas e sociais, e por conseguinte os seus efeitos e implicações, tem alcance global.

Uma vez apresentada a teoria clássica do Realismo, observando a universalidade de sua aplicação e a pressuposta conexão das ações estatais com objetivos diversos de projeção de poder, cabe analisarmos pontualmente as

circunstâncias ocorridas na região do Essequibo, iniciando pela análise da vocação geopolítica da região e o conhecimento do histórico de acontecimentos.

2.2 A GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL E O PLANALTO DAS GUIANAS

A América do Sul, classificada por Therezinha de Castro como o subcontinente do Hemisfério Sul (1999), caracteriza-se pelo litoral banhado pelo oceano Atlântico a leste e pelo Pacífico a oeste, geograficamente projetado em distensão no sentido do eixo meridional terrestre, com a sua porção mais larga concentrando-se entre a linha do equador e o Trópico de Capricórnio.

A cordilheira dos Andes prolonga-se de Norte a Sul do subcontinente, da Venezuela à Patagônia argentina, formando uma barreira geológica natural próxima à costa do Pacífico e dificultando o acesso por terra, vindo do interior, a este oceano. As acentuadas distâncias navegáveis oferecidas pelo oceano Pacífico, além da concentração populacional dos países de baixas latitudes nas zonas andinas, em oposição aos principais centros demográficos lindeiros ao oceano Atlântico, tornaram a América do Sul muito mais “atlântica” do que “pacífica” (Castro, 1999). As duas vertentes oceânicas contrastam em suas características, onde no Atlântico vão se estabelecer linhas de navegação intercontinentais com grandes feixes de circulação, restando ao Pacífico uma circulação mais regional e menos proeminente.

Outra Zona Longitudinal encontrada na América do Sul é composta pelos planaltos da Patagônia, Brasileiro e das Guianas, intercalados pelas planícies Platina, Amazônica e do Orenoco. Todas estas formas de relevo são voltadas ao eixo leste, tornando-se estruturas partícipes do oceano Atlântico (Castro, 1999). A disposição vertical do subcontinente possibilita o cruzamento de zonas climáticas diversas e intensas, contrastando extremos desfavoráveis ao habitat humano, como o úmido e pantanoso das florestas ao norte ou o frio intenso das cordilheiras ao sul, com regiões climáticas menos agressivas e acessíveis, localizadas na faixa de clima tropical.

Para os países sul-americanos, a disposição opositora dos oceanos, a geografia peculiar com seu relevo e planaltos, a grande bacia amazônica com sua floresta e a geração de zonas repulsivas, contribuíram para uma evolução social e econômica voltada para o mar, em desassociação com seus Estados vizinhos.

Quer pela oposição das duas vertentes oceânicas, quer pela existência das zonas repulsivas, implantaram-se áreas geopolíticas neutras que, por sua posição no *hinterland*, predispuseram os países sul-americanos a uma dissociação econômica e psicossocial, vivendo de costas uns para os outros (Castro, 1999, p.165).

A composição geográfica sul-americana favoreceu o acesso no eixo norte-sul do Oceano Pacífico aos espanhóis, apoiados na unidade andina, ao passo que a diversidade atlântica convergiu à disputa pelo acesso e domínio europeu no subcontinente, com o estabelecimento de colônias e embates territoriais. As bacias hidrográficas extensas, com afluentes navegáveis penetrando ao interior e com potencial demograficamente agregador, associados às articulações do litoral oferecendo relevo mais baixo com aptidão ao estabelecimento populacional e exploração, fizeram do Atlântico o “oceano da América do Sul”.

Dos países caribenhos andinos, a Colômbia destaca-se por ser o único a ser banhada pelos dois oceanos, diferenciando-a dos demais países andinos totalmente dependentes do oceano Pacífico (Castro, 1999). Apesar da privilegiada posição geográfica que oferece o acesso a linhas de comunicação marítimas divergentes, a preponderância atlântica permanece presente⁶, sendo responsável por grande parte de seu comércio marítimo.

A Bacia Amazônica secciona a porção setentrional da América do Sul, isolando ao norte a planície do Orenoco e o Planalto das Guianas. Esse planalto distingue-se pelos principais rios afluindo em direção ao oceano Atlântico e oferecendo limitada capacidade de interiorização, possuindo grande parte da vegetação tropical com florestas densas e inabitadas. Suas planícies costeiras refletem a disposição geográfica, propondo a concentração demográfica nas suas estreitas faixas onde se localizam as cidades mais populosas da região. Desta forma, os países do Planalto desenvolveram-se faceando a região do Caribe, isolados ao sul pela imensidão amazônica e limitados a oeste pela bacia do Orenoco.

⁶A região do Caribe, onde estão localizados os terminais de Cartagena, Ciénaga, Golfo de Morrosquillo, La Guajira, Santa Marta, Barranquilla, Turbo e San Andrés, acumulou em 2021 uma participação de 87,5% e um consolidado de 147,4 milhões de toneladas movimentadas. A região do Pacífico, onde estão localizados os portos de Buenaventura e Tumaco, representou 10,9% do total, enquanto a área portuária do Rio Magdalena (Barrancabermeja e Río Magdalena) participou com 1,6%. Fonte: Sindicato dos Operadores Portuários de São Paulo. Disponível em: <https://sopesp.com.br/2022/02/23/portos-da-colombia-mobilizaram-1686-milhoes-de-toneladas-em-2021/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

O Planalto das Guianas e seu relevo irregular oferecem um isolamento natural, agindo como limitador ao acesso terrestre ou fluvial e com poucos rios que viabilizassem a interiorização ou o avanço de incursões dos povos ibéricos. As águas do Atlântico consagraram-se como o caminho praticável à região, protegido em sua retaguarda por barreiras naturais e justificando a abundante e duradoura presença de exploradores franceses, ingleses e holandeses, que originariam pontos de grande relevância geopolítica aos países europeus no extremo norte da América do Sul.

A disposição geográfica inclinada à desconexão com o tabuleiro geopolítico sul-americano e a fragmentação regional histórica em Estados com composição etnocultural e idiomas distintos, afastaram as Guianas⁷ dos seus países vizinhos, mais homogêneos etnicamente e preponderantemente de colonização ibérica. A imaturidade das instituições do Estado, resultado do prolongamento de sua situação de subordinação política e econômica a outras nações⁸, das quais ainda mantém, em certa medida, alguma aproximação, também fomentaram o isolamento da região.

Ademais, sob o ponto de vista econômico, apesar do grande potencial mineral e energético e do vertiginoso crescimento da Guiana nos últimos anos⁹, a economia das Guianas ainda é frágil e com pouca representatividade no âmbito regional. Refletindo tais pensamentos, ainda no final do século XX, Castro já nos trazia questões acerca desta área, considerada por ela a mais vulnerável do continente.

[...] a Região do Caribe ou Marginal do Caribe (Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa) unindo as vertentes do Atlântico/ Pacífico [...]. Pelo fator colonização, é a parte do continente sul-americano menos coesa com a presença da cultura hispânica, inglesa, holandesa e francesa. É, na atualidade, a área mais vulnerável do continente, não só pela presença da vasta área geopolítica neutra da Amazônia, mas, sobretudo, se levarmos em conta o estágio geopolítico dito “infantil” ainda de futuro incerto dos dois países e ao Departamento do Ultramar Francês (Castro, 1999, p. 184).

Ainda que o ordenamento histórico e geográfico das Guianas inferisse a elas maior identidade com os países caribenhos, as inteirações regionais na América Latina e no Caribe resultam também da dinâmica evolutiva das relações entre os

⁷Ao fazer referência às Guianas, entende-se: Guiana, Guiana Francesa e o Suriname.

⁸A Guiana se tornou independente do Reino Unido em 1966 e o Suriname dos Países Baixos em 1975, a Guiana Francesa evoluiu de colônia a Coletividade Ultramarina, porém permanece submetida ao controle da França (Cavlak, 2015).

⁹A Guiana obteve o maior crescimento mundial do Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2022, com 63,4% de crescimento de acordo com o Banco Mundial. Fonte: Banco Mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>. Acesso em: 18 jun. 2024.

diversos esforços geopolíticos atuando de acordo com a conjuntura vigente no ambiente internacional, e do seu contexto político particular (Silva; Granger; Bastos, 2023). Torna-se necessário, portanto, a observação histórica da dinâmica de relações no subcontinente, apontando os atores e os esforços preponderantes aplicados em direção à unificação ou fragmentação em blocos segregados de interesse.

2.2.1 A unificação e os Blocos sobrepostos de cooperação

Durante a Guerra Fria (1947-1991), a divisão política-ideológica bipolar obrigou a orientação das Guianas, à época ainda na condição de colônias europeias, em direção ao hemisfério ocidental. A Guiana e o Suriname¹⁰ mantiveram, desde antes da sua independência, relações comerciais com os EUA, Reino Unido, Holanda e posteriormente com os países componentes do Mercado Comum e Comunidade do Caribe (CARICOM)¹¹, seguindo a ordem mundial em busca da segurança e protecionismo econômico. Focados na solução de suas demandas domésticas, os países latino-americanos orientavam suas políticas externas sob grande influência estadunidense, que articulava o continente americano lastreado pelo intento do panamericanismo (Prazeres, 2006).

A Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) criado em 1948 com a finalidade de auxiliar os países latino-americanos na promoção de seu desenvolvimento econômico, propôs uma política desenvolvimentista como base para a industrialização e desenvolvimento, de onde surgiram as ideias motivadoras dos primeiros movimentos de integração regional latino-americano (Haffner, 2002).

Em 1960 foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)¹², porém ela se mostrou-se estéril devido à rigidez de suas diretrizes e pelo protecionismo econômico exacerbado dos governos componentes. Em 1980, tornou-

¹⁰Até as suas independências, eram denominadas “Guiana Inglesa” e “Guiana Holandesa” (Cavlak, 2015; Kojima, 2024).

¹¹CARICOM – Bloco de cooperação econômica e política, criado em 04 de julho de 1973, pelo Tratado de Chaguaramas. Países membros: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago. Em 1998, Cuba foi admitida como membro observador. Fonte: Comunidade dos Países Caribenhos. Disponível em: <https://caricom.org/member-states-and-associate-members/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

¹²Países membros: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, Colômbia (1961), Equador (1961), Bolívia (1967) e Venezuela (1967) (Cavlak, 2012).

se Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)¹³, em uma tentativa de ganhar vigor com diretrizes mais flexíveis.

Apesar do esforço pela unificação, a progressão dos relacionamentos regionais demonstrava uma secção da América Latina em direção a blocos de interesse dispersos, enfraquecendo a ALADI como agente catalizador da integração. A América Central e o Caribe perfaziam relações demasiadamente conectadas aos EUA, evidenciada pelo ingresso do México no Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA) em 1992, enquanto na América do Sul o movimento de regionalização ganhava força com a aproximação entre o Brasil e a Argentina liderando a conformação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)¹⁴ (Prazeres, 2006).

Em 1993, o Brasil propõe a criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), em uma ação que visava fortalecer o poder de negociação da América do Sul. No ano seguinte, se contrapondo à proposta brasileira, os EUA lançam a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), movimento integracionista continental que iria de encontro à promoção dos objetivos regionais sul-americanos (Prazeres, 2006; Briceño, 2002). Conflitos de interesse entre parceiros do MERCOSUL inviabilizaram o avanço da ALCSA e o seu desenvolvimento como agente da unificação regional.

Esforços posteriores de aproximação foram realizados, como a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS)¹⁵ em 2008, entretanto, o tradicional interesse difuso das partes associadas e a falta de articulação política resultaram em impasses e estagnação na busca pelos projetos de interesse comum, direcionando os membros à alternativas externas para novos blocos de relacionamento que atendessem às suas necessidades.

Apoiadas pelo CARICOM e pela cooperação caribenha, as Guianas permaneceram à margem das movimentações de unificação latino-americana ou da integração regional sul-americana até o final do século XX, quando o crescimento econômico os obriga a estabelecer conexões. Com a mudança do panorama político

¹³Países membros: todos os originários da ALALC, Cuba (1999) e Panamá (2012). Fonte: Associação Latino-Americana de Integração. Disponível em: <https://www.aladi.org/sitioaladi/language/pt/paises-membros/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

¹⁴Criado em 1991. Estados Parte: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (suspensa - 2012). Fonte: Mercado Comum do Sul. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercosul/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

¹⁵O Conselho de Defesa Sul-Americano foi uma iniciativa proposta pelo Brasil no âmbito da UNASUL com o objetivo de fortalecer a integração regional em temas de segurança e defesa, adotando uma abordagem coletiva para enfrentar desafios comuns na região (Sorj; Fausto, 2013).

mundial, a RPC ganhou espaço nas Américas dividindo a presença nas Guianas com antigos parceiros comerciais destes Estados. A prospecção de poços de petróleo e a intensificação da mineração do ouro marcaram o início da diversificação comercial para os países do Planalto¹⁶ (Silva; Granger; Bastos, 2023), até então dependentes da comercialização de produtos agrícolas e da bauxita.

A perspectiva animadora com relação às riquezas minerais e hidrocarbonetos alterou a visão geopolítica mundial com relação às Guianas, até então colocadas como atores periféricos frente às economias sul-americanas. A Guiana e o Suriname percebem a necessidade de aproximarem-se dos seus vizinhos do sul em busca de uma tardia integração, opondo-se à sua tradicional tendência de “oceanização” (Granger, 2013).

A interiorização continental tornou-se uma valiosa opção para o desenvolvimento destes países que, ao referendar tratados ou acordos visando a integração ou cooperação, ganhariam relevância regional e criariam vínculos de segurança importantes para dissuadir possíveis ameaças transnacionais, reafirmando a cobiça como consequência indissociável do universo das relações internacionais (Visentini, 2010). Ainda assim, questões fronteiriças históricas envolvendo a Venezuela, Guiana, Suriname e a Guiana Francesa imprimem forças opostas ao entendimento, resistindo à unificação e influenciando as relações geopolíticas destes países em direção ao isolamento (Granger, 2013).

A evolução das interações das Guianas, em especial a Guiana e o Suriname, com os demais estados americanos absorvem características de independência, com o estabelecimento de arranjos regionais diversificados, opondo-se ao movimento de unificação e em consonância com a tendência comum sul-americana (Silva; Granger; Bastos, 2023). Podemos observar na Figura 1 como as Guianas se orientaram em termos de acordos de cooperação e integração, atuando de forma dispersa e multilateral na busca por ajustar os benefícios oferecidos pelas múltiplas organizações regionais aos seus objetivos de Estado.

A ideia de que os países latino-americanos divergem do restante do globo, formando um ambiente com características próprias e que representam uma identidade específica, conduz à lógica do estabelecimento de um espaço unificado, e

¹⁶ Exceto para a Guiana Francesa, que apesar de incluir novos parceiros da UE, manteve praticamente inalterada a sua estrutura de produção fundamentada na extração de madeira, ouro, pescados e no setor espacial (Silva; Granger; Bastos, 2023).

o histórico de colonização europeia sugere uma proximidade cultural e política entre as ex-colônias, com uma disposição mútua voltada ao suporte e cooperação (Oliveira; Salgado, 2011). Apesar disso, a incapacidade regional de articular estratégias orientadas à sua unificação, a dificuldade em se estabelecer planos que preveem objetivos a longo prazo e a discordância de interesses entre o estabelecimento de processos e a sua execução terminaram por fragmentar a América do Sul em agrupamentos sobrepostos de múltiplos propósitos (Mariano; Ribeiro, 2020).

Em um contexto geral, a dinâmica de relações de poder evidencia uma influência hegemônica estadunidense na América do Sul até o final da Guerra Fria, quando começa um movimento de lateralização de relações em oposição às novas propostas oferecidas pelos EUA. Apesar dos esforços recorrentes em fazer da América do Sul uma região unificada, criando instrumentos políticos e econômicos capazes de melhor projetar seus países no cenário internacional, ela dispersa-se em composições regionais de blocos sobrepostos.

A Guiana e o Suriname, apesar da necessária alteração de postura em busca de crescimento econômico, segurança e estabilidade, permanecem sob forte influência estadunidense, conectando-se mais aos países caribenhos do que aos sul-americanos. Parte desta orientação é legado histórico de um território negligenciado pelos espanhóis enquanto colônia, incapazes ou desinteressados em exercer o seu domínio na região de forma efetiva, e da pouca expressão política perante seus vizinhos sul-americanos na condição de jovens democracias estabelecidas, tomadas como coadjuvantes na geopolítica regional e global.

A observação da predisposição geopolítica sul-americana confrontada às suas tendências regionalistas estabelece a base analítica necessária para a posterior avaliação do Brasil em sua atuação como liderança regional, além de oferecer o panorama essencial para o melhor entendimento dos eventos que resultaram na disputa territorial, aprofundados a seguir.

2.3 A REGIÃO DO ESSEQUIBO E A DISPUTA

A região do Essequibo, ou Guiana Essequiba, é a porção territorial de 159.542 Km² que se estende a leste a partir da linha de fronteira dos estados venezuelanos de Delta do Amacuro e Bolívar e da estremadura oriental do estado brasileiro de Roraima,

avançando até o rio Essequibo (Venezuela, 2015). O território é predominantemente coberto por densa floresta amazônica, porém rico em minérios como ouro, bauxita, cobre e diamantes.

Inicialmente desbravadas pelas metrópoles europeias impulsionadas pelo avanço das grandes navegações em direção ao novo mundo, as Guianas, assim como todo o continente americano, foram marcadas pela ambição exploradora em sua dinâmica colonialista de expansão territorial e apropriação de grandes riquezas (Cavlak, 2014). Os primeiros registros de contato estrangeiro com a região do Essequibo datam da exploração de Cristóvão Colombo, ainda no ano de 1498, além de inúmeras incursões espanholas nos anos subsequentes (Oliveria, 2011). Aventureiros de outras nacionalidades também investiram na região, sendo a expedição britânica do corsário Sir Walter Raleigh, em busca do mitológico “*El Dorado*”, a mais famosa, eternizada pelo livro “O caminho do Eldorado: a descoberta da Guiana”¹⁷, de 1596 (As Guianas [...], 2020).

Reconhecido pelo Tratado de Tordesilhas como domínio espanhol, a região das Guianas foi ocupada pelos Países Baixos¹⁸ que herdaram o território após a sua independência em 1648 (Figura 2). Cobiçada pela Coroa Britânica por sua localização estratégica, sendo um importante ponto de suporte logístico da Companhia das Índias Ocidentais (Oliveira, 2011), o território foi disputado por meio de sucessivas invasões e reconquistas até o ano de 1796, quando os britânicos investem definitivamente sobre as colônias holandesas nas Guianas beneficiando-se, oportunamente, da invasão dos Países Baixos pela França por ocasião das guerras da Revolução Francesa. Com a derrota de Napoleão, adversário dos britânicos, e a assinatura do tratado anglo-holandês¹⁹ em 1814, o Reino Unido devolve aos holandeses grande parte das suas possessões coloniais originais, porém mantém sob seu domínio os assentamentos de Demerara, Essequibo e Barbice. Desta forma, os franceses permaneceram com a porção leste do território das Guianas, os holandeses com a porção central, e os britânicos estabelecem-se oficialmente a oeste dos holandeses, com a recém-criada Guiana Inglesa (Cavlak, 2014).

¹⁷Disponível em português “A Descoberta do Grande, Belo e Rico Império da Guiana”, editora Scienza, 2017, tradução de Hélio Rocha.

¹⁸ Os Países Baixos permaneceram sob dominação do império espanhol até o final da Guerra dos 80 Anos, em 1648.

¹⁹Também conhecido como “Convenção de Londres”.

A fronteira oriental da colônia britânica possuía marcações bem definidas com a Guiana Holandesa, entretanto não foram estabelecidos limites fronteiriços claros a oeste, separando-a da Capitania Geral da Venezuela²⁰, então em guerra com a Espanha pela sua independência. A realidade histórica reflete um controle precário da fronteira hispano-holandesa na região do Essequibo, com a recorrente movimentação de holandeses além dos marcos fronteiriços outrora estabelecidos.

Nos anos que se seguiram, a República da Grã Colômbia²¹ contestou, por diversas vezes, a soberania da região a oeste do rio Essequibo. Fundamentadas nos tratados internacionais subscritos entre espanhóis e holandeses, as notas diplomáticas atestavam que os limites fronteiriços legítimos entre a Grã Colômbia e a Guiana Inglesa deveriam obedecer a continuidade histórica como fonte de direito, acatando-se os marcos estabelecidos pelos prévios detentores da região como referência para o estabelecimento das fronteiras. Em 1824, a República da Grã Colômbia consignou, junto às autoridades britânicas, a solicitação de seu reconhecimento como Estado em documento formal que incluía, dentre outros temas, os limites territoriais da nova nação (Rojas, 1965).

A sobreposição de reivindicação de territórios inicia-se quando os britânicos contratam o explorador alemão Robert Schomburgk para realizar expedições à região, com o intuito de estabelecer as suas linhas fronteiriças. As controversas explorações resultaram na emissão das “linhas Schomburgk” (Figura 3) que expandiam sucessivamente o direito ao domínio colonial britânico para oeste sob território contestado, até a desembocadura do rio Orenoco (Neto, 2012). 22 anos após a morte do explorador, a descoberta de ouro a oeste da linha previamente estabelecida reacendeu as aspirações territoriais britânicas, emitindo uma terceira demarcação fronteiriça em 1885 que incluía ao território da Guiana Inglesa a região comprovadamente rica do minério. As linhas foram contestadas pela Venezuela em todas as suas versões, reivindicando o direito fundamentado na primeira ocupação da região, realizada pelas missões capuchinhas espanholas, além de questionar o caráter unilateral da expedição e a lisura de seus resultados.

²⁰ Declarada em 1811.

²¹ Criada em 1819 no contexto das Guerras de Independência da América Espanhola a partir do Vice-Reino de Nova Granada, Capitania Geral da Venezuela, Província de Quito e Província Livre de Guayaquil. Foi regulamentada em 1821 e dissolvida em 1831, dando origem à Nova Granada (posteriormente Colômbia e Panamá), Equador e Venezuela.

Em 1897, o impasse é levado à arbitragem internacional com mediação dos EUA. O “Laudo Arbitral de Paris” de 1899 asseverou aos britânicos a soberania de mais de 90% do território disputado, consolidando as fronteiras entre as duas nações conforme são observadas na atualidade. Em 1949, entretanto, o defensor da Venezuela perante o Tribunal Internacional de Paris, o jurista Severo Mallet-Prevost, publicou no “*The American Journal of International Law*” o que ficaria conhecido como o “Memorando Mallet-Prevost”, afirmando que a decisão do tribunal foi direcionada a favorecer o Reino Unido, em detrimento das questões venezuelanas. A Venezuela retoma o processo de contestação territorial, inicialmente emitindo uma reclamação formal à ONU e requerendo a nulidade do Tribunal Arbitral de Paris.

Em 1966, o Reino Unido reconhece oficialmente o Essequibo como área contestada, assinando com a Venezuela o Acordo de Genebra. Ao se tornar independente, a Guiana automaticamente toma parte do Acordo assumindo o compromisso de buscar uma solução pacífica para a disputa e, conforme o seu art. 5, sem o exercício da soberania por nenhuma das partes sobre o espaço contestado²². Apesar de movimentos pontuais dos dois países, a conjuntura política que se estabeleceu nos anos subsequentes não resultou de evolução na contenda territorial, até a descoberta de largas reservas de petróleo e gás natural na Margem Equatorial da Guiana Essequiba em 2015 (Figura 4)²³. O estabelecimento de contratos para a exploração e prospecção de hidrocarbonetos com empresas internacionais pelo governo guianense é recebido sob o protesto do governo venezuelano, alegando desrespeito aos termos estabelecidos pelo Acordo de Genebra.

Em 2021, a Venezuela estabelece unilateralmente a Zona de Desenvolvimento Estratégico da Fachada Atlântica, reafirmando a sua soberania na região. No ano seguinte, a controvérsia, então a cargo do Secretário Geral da ONU, é levada à Corte Internacional de Justiça sob o protesto de Caracas, avessa à intermediação dos tribunais da ONU. Os recursos oriundos do petróleo lançaram a Guiana à primeira posição mundial em crescimento do PIB no ano de 2023, e a cobiçada região do Essequibo, há muito rica, porém deslocada das questões centrais venezuelanas, ganha importância e é impulsionada à prioridade deste Estado, com o

²²Exceto com a aquiescência das partes envolvidas. (United Nations, 1966).

²³Reserva estimada de 11 bilhões de barris. Fonte: Exxon Mobil. Disponível em: <https://corporate.exxonmobil.com/locations/guyana/guyana-project-overview#DiscoveriesintheStabroekBlock>. Acesso em: 04 maio 2024.

seu presidente Nicolás Maduro ostensivamente declarando as suas intenções de anexar o território disputado.

2.3.1 O instável equilíbrio de forças

A relação entre as forças atuantes na região acomoda uma dinâmica que evoluiu ao longo da história, originando-se ainda no período colonial, subjugadas à predominância dos interesses das potências europeias, que competiam entre si num contexto geopolítico restrito à hegemonia das grandes metrópoles.

O conturbado período de independência dos Estados sul-americanos mesclou movimentos regionais, fundamentados na libertação e autoafirmação, com interesses externos que buscavam ganhar espaço frente às oportunidades criadas neste ambiente complexo, resultante da busca pela consolidação e estabelecimento das novas nações. Nesse contexto, o final do século XVIII marcou a projeção dos britânicos no Planalto das Guianas e a perda de poder e influência dos Países Baixos nesta região, como reflexo direto dos conflitos na Europa, e a França mantendo a sua colônia sem muitas mudanças, apesar de um breve período de domínio português no início daquele século.

Apesar da discordância territorial, a Venezuela historicamente buscou a resolução da questão do Essequibo por meios diplomáticos. Após a sua independência, ao se confrontar a jovem nação venezuelana, ainda carente de estabilidade política e doméstica, com a proeminente potência colonial britânica, observamos uma desproporção de forças na esfera militar, econômica e política. Estes poderes certamente foram preponderantes na conjunção de esforços que orientaram as reivindicações venezuelanas a permanecerem no campo diplomático, como observado pelo Secretário de Estado dos EUA, Richard Olney em 1895.

A disparidade na força dos requerentes é tal que a Venezuela pode esperar estabelecer a sua reivindicação apenas por meios pacíficos – por meio de um acordo com o seu adversário, seja sobre o próprio tema ou por meio de uma arbitragem (Olney, 1895, s/p, tradução nossa)²⁴.

²⁴ No original: “The disparity in the strength of the claimants is such that Venezuela can hope to establish her claim only through peaceful methods—through an agreement with her adversary either upon the subject itself or upon an arbitration.”

Apesar da insatisfação venezuelana, o Laudo Arbitral de Paris de 1899 teve seus termos respeitados, sendo formalmente contestados apenas após o memorando de Mallet-Prevost, já no contexto mundial de bipolaridade da Guerra Fria. Com a independência da Guiana e o estabelecimento do Acordo de Genebra, a Venezuela, já reconhecida internacionalmente por seu potencial petrolífero²⁵ e em disputa pela liderança regional na América do Sul, buscou maior projeção junto ao bloco caribenho aproximando-se da Guiana em um movimento inicial de cooperação entre os países. Entretanto, o estreitamento das relações da Guiana com o Brasil, em 1978, resultou no seu afastamento da Venezuela e no declínio de suas relações, tendo seu ápice durante a Guerra das Malvinas (1982), quando ambos divergiram posicionando-se cada um a favor de uma das partes do conflito (Neto, 2012).

O final do século XX foi marcado por nova mudança de postura dos dois países, reestabelecendo progressiva cooperação, intensificada a partir dos anos 2000, com o desenvolvimento de projetos bilaterais, concessão da Venezuela para a realização de projetos de desenvolvimento da Guiana na área disputada, além do perdão da dívida externa deste país com Caracas (Neto, 2012). Na ocasião, as pretensões de integração latino-americana da Venezuela eram prioritárias em sua política externa, e a reclamação territorial colocou-se subjugada a segundo plano devido ao seu caráter disruptivo. A balança de forças pendendo à cooperação e entendimento iria se inverter a partir do segundo decênio do século, com a degradação da economia venezuelana e a severa crise política e social que assolaria o país.

Detentora da maior reserva provada de petróleo do mundo²⁶, a Venezuela desenvolveu a sua estrutura econômica a partir da década de 1920 com grande dependência na produção e comercialização do hidrocarboneto, que chegou a representar 94% dos ganhos com exportações e 40% do total das receitas do governo²⁷. A redução do preço do petróleo no mercado internacional, a fuga de capital e a inação governamental frente à política de preços, além da má governança e incapacidade estatal de diversificar a economia transformou o país mais próspero da

²⁵Liderou a exportação mundial de petróleo do final da década de 1940 a 1970. Fonte: *Encyclopaedia Britannica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Venezuela/Economy>. Acesso em: 12 nov. 2024.

²⁶ 303 bilhões de barris (19 % das reservas mundiais em 2023). Fonte: Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Disponível em https://www.opec.org/opec_web/en/about_us/171.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

²⁷ Dados de 2018. Fonte: *U. S. Department of State*. Disponível em: <https://www.state.gov/reports/2018-investment-climate-statements/venezuela/>. Acesso em: 02 maio 2024.

América Latina em um Estado em colapso econômico, imerso em corrupção, pobreza e hiperinflação. Sanções internacionais fragilizaram ainda mais a indústria petrolífera, restringindo o acesso a peças de reposição, à manutenção especializada e à renovação do maquinário. Apesar do apoio russo, a infraestrutura petrolífera venezuelana degradou-se em direção ao sucateamento e obsolescência (Seelke, 2023), atingindo uma produção de 735.000 BPD²⁸ em 2023, consideravelmente abaixo dos 3,2 milhões de BPD produzidos no ano 2000.

Enquanto a economia da Venezuela retraía 80% no período de 2014 a 2021²⁹, a Guiana caminhava em sentido oposto, destacando-se pelo pujante crescimento econômico de 278% (década de 2012 a 2022)³⁰. Tradicionalmente baseada em uma estrutura econômica pouco convidativa a investimentos externos, a descoberta de novas reservas de petróleo e gás, especialmente no bloco Stabroek em 2015, atraiu para a região do Caribe, mais especificamente à Margem Equatorial da Guiana, empresas de petróleo canadenses, chinesas, estadunidenses e espanholas (Figura 5), em que pese as riquezas descobertas estarem em território contestado e os inflamados protestos oficiais do governo venezuelano.

O desenvolvimento da indústria petrolífera na Guiana e a sua perspectiva produtiva otimista³¹ resultaram de um aumento considerável do investimento em infraestrutura no país, projetando o seu crescimento para outros setores da economia (International Monetary Fund, 2024). O valor estimado investido pela ExxonMobil em mais de 1500 empresas parceiras guianenses foi de US\$ 400 milhões no ano de 2022, inseridas em um total de mais de US\$ 900 milhões aplicados na região desde a primeira descoberta da companhia em 2015 (Exxonmobil, 2023).

Apesar da disparidade circunstancial política e econômica entre os países, a movimentação Venezuelana em agravamento da crise, avançando além da esfera diplomática com a mobilização de meios e a realização de exercícios militares em evidente demonstração de poder, resulta de um amplo espectro de motivações que transbordam o evidente propósito de anexação territorial. A causa do Essequibo, por

²⁸ Fonte: *U.S. Energy Information Administration*. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=60762>. Acesso em: 01 maio 2024.

²⁹ Fonte: Fundo Monetário Internacional. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/VEN?zoom=VEN&highlight=VEN. Acesso em: 01 maio 2024.

³⁰ Fonte: *The Observatory of Economic Complexity*. Disponível em <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/guy/partner/usa>. Acesso em: 01 maio 2024.

³¹ A perspectiva de desenvolvimento da indústria aponta para uma capacidade de extração de petróleo superior a 1,5 milhão de barris por dia no ano de 2035 (Camargo, 2022).

seu caráter consensual entre a população venezuelana, mobiliza a população em direção a um objetivo nacional comum, reduzindo tensões políticas internas entre o governo e a oposição. Esta união torna-se particularmente conveniente em ano de eleição presidencial, em que pese a falta de transparência e as suspeitas de irregularidades eleitorais. Ainda, a presunção do emprego militar e a escalada da crise alicerçada na disparidade dos poderes combatentes entre os países³², coloca novos valores na mesa de negociações que podem render compensações vantajosas à Venezuela, como o relaxamento das sanções econômicas ou a participação na produção de petróleo nas áreas contestadas.

Do legado histórico restam, portanto, indefinições territoriais que persistem até os dias atuais, com a disputa, até então periférica no contexto geopolítico mundial, elevada a um plano mais abrangente de importância em virtude do alcance do petróleo como necessidade global e instrumento de poder. A América do sul, fragmentada em blocos, objetivos e ideologias torna-se um catalisador à disrupção, pouco contribuindo para o entendimento comum. A continuidade da paz dar-se mais pela fragilidade doméstica dos países contestantes do que por sua própria capacidade de projetar poder, equilibrando-se na dinâmica das forças atuantes, fragilmente dependente da política externa e das relações internacionais para compensar a crescente ambição pelo território contestado.

Se por um lado a crise na Venezuela sinaliza pouco fôlego econômico para o envolvimento em um conflito armado, o poder militar guianense mostra-se minimamente capaz de se contrapor a uma agressão venezuelana. A debilidade dos Estados litigantes termina por ser escorada pelos movimentos dos diversos agentes internacionais, cuja influência passa a ser decisiva para a evolução ou não da crise. Em face da variedade de atores e forças atuantes torna-se adequado o recorte em amplitude para uma análise mais aprofundada da questão, priorizando-se as potências de maior expressão de poder econômico e seus interesses: os EUA e a emergente RPC.

³² A Venezuela possui um efetivo de aproximadamente 123.000 militares, além de uma força paramilitar declarada de 220.000 componentes. Seu arsenal engloba um submarino, lanchas patrulha rápidas classe Peyaap III, mais de 700 veículos blindados e 80 aeronaves de combate, artilharia e capacidade anfíbia. Apesar do apoio chinês e russo, o aprestamento da força militar é indefinido devido à crise que afetou a capacidade do governo em sustentar os gastos militares. A Guiana possui um efetivo de 3.400 militares e uma estrutura voltada para atividades domésticas, cujo arsenal inclui seis veículos blindados, 54 peças de artilharia e 10 aeronaves leves de transporte (International Institute for Strategic Studies, 2023).

3 A POSTURA ESTRATÉGICA ESTADUNIDENSE

Fortalecidos após a Segunda Guerra Mundial, os EUA saíram do conflito com uma economia próspera e pujante. Os acordos de Bretton Woods³³ traçavam os contornos do que viria a ser o novo sistema monetário mundial, fundamentado na moeda estadunidense, enquanto o Plano Marshall inseria recursos em uma Europa debilitada pela guerra, globalizando o modelo industrial capitalista (Hobsbawm, 2003). Estrategicamente, com a sua estrutura produtiva íntegra e responsável por mais de 60% da produção industrial mundial (Guimarães, 1999), os EUA movimentavam-se frente ao cenário geopolítico que se desenhava, oferecendo sua força econômica em favor da reestruturação da Europa ocidental e encerrando definitivamente o sistema eurocêntrico de poder.

A lógica expansionista da Guerra Fria alterou o conceito de segurança dos Estados relacionando-os intimamente à ideia de condomínio global sob o princípio do alinhamento geopolítico necessário, seccionando o mundo entre as duas grandes potências em uma incessante disputa ideológica ao mesmo tempo em que se alavancavam militarmente, ampliando o seu arsenal e trazendo ao mundo a realidade caótica da aniquilação nuclear sob a égide da destruição mútua assegurada³⁴.

Com a dissolução da União Soviética e decomposição do bloco socialista, em 1991, restou ao mundo a unipolaridade estadunidense. A queda do contraponto ideológico inferiu a muitos teóricos a consagração da estabilidade política como consequência inevitável da unicidade soberana da potência remanescente. Entretanto, ao contrário daqueles que acreditavam que a dominância absoluta de um Estado resultaria no “fim da história”³⁵, os conflitos permaneceram presentes na dinâmica das sociedades.

A postura estratégica mundial, antes fundamentada em conceitos político-ideológicos, alternava-se à uma estrutura econômica-comercial, convergindo para

³³Acordo firmado em julho de 1944 por 44 nações, onde foram definidas as bases da política econômica global com o principal objetivo de estabelecer um novo sistema econômico mundial. Fonte: *U.S. Department of State Archive*. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/time/wwii/98681.htm>. Acesso em: 13 nov. 2024.

³⁴Princípio de dissuasão fundamentado na resposta nuclear a um ataque nuclear, de tal forma que tanto o atacante como o defensor seriam aniquilados (Sokolski, 2004).

³⁵Livro de Francis Fukuyama “O fim da história e o último homem”: “Tanto para Hegel quanto para Marx a evolução das sociedades humanas não era ilimitada. Mas terminaria quando a humanidade alcançasse uma forma de sociedade que pudesse satisfazer suas aspirações mais profundas e fundamentais.” (Fukuyama, 1992, p. 12).

duas perspectivas excludentes: a consagração da hegemonia estadunidense ou o surgimento de uma nova ordem mundial multipolar, capitaneada por potências emergentes. Os EUA adotaram um posicionamento de expansão da economia neoliberal, fomentando iniciativas integracionistas e de cooperação comercial, porém de caráter impositivo e desbalanceado, convertendo o medo da destruição global pela envolvente retórica desenvolvimentista e de fortalecimento das instituições democráticas (Bandeira, 2008).

A América Latina, sob forte influência estadunidense, abandonou a sua tradicional política econômica protecionista para atender às recomendações do Consenso de Washington³⁶, pautadas em medidas neoliberais com o fito de uniformizar o modelo macroeconômico dos países americanos. A década seguinte, entretanto, resultou da queda dos índices de desenvolvimento dos países latino-americanos, desequilíbrio social e instabilidades domésticas que afetaram a sua ordem política democrática. A derrocada do projeto econômico aplicado ao continente desenvolvia-se enquanto permanecia ativa a prevalência continental dos EUA como agente central, não só por ser o polo de concentração do capital, mas também por impulso dos próprios países sul-americanos, temerosos com o isolamento em uma região autopercebida como segregada e vulnerável (Pecequillo, 2013).

O combate ao terrorismo e ao narcotráfico substituiu a ameaça comunista, desvanecida junto com a União Soviética. O atentado ao *World Trade Center* e ao Pentágono, em 2001, inaugurou um novo modelo de segurança estadunidense, reposicionando a sua estratégia com ênfase na aplicação da força e na projeção do poder militar (Bandeira, 2008). Pressionados por uma resposta ao ataque sofrido de forma inédita em seu solo pátrio, o governo dos EUA concentrou seus esforços na guerra ao terror, desviando-se das métricas e objetivos de projeção econômica inicialmente estabelecidas.

Ao passo que o Afeganistão se torna campo de batalha dos EUA, a Onda Rosa³⁷ atinge a América Latina, concentrando ideologias progressistas dissonantes

³⁶Conjunto de políticas econômicas formuladas por instituições como o FMI, Banco Mundial e Departamento do tesouro dos EUA amplamente recomendadas durante os anos 1980 e 1990 aos países da América Latina.

³⁷Termo atribuído ao fenômeno ocorrido na América do Sul caracterizado pela ascensão simultânea ao poder de líderes de esquerda, muitos dos quais associados a partidos progressistas e movimentos sociais. Embora haja significantes diferenças entre as lideranças e suas abordagens políticas, representaram uma mudança em relação aos governos anteriores, inserindo uma nova dinâmica política marcada por um maior protagonismo dos setores populares e uma ênfase em pautas sociais.

do conceito neoliberal estadunidense em um movimento de afastamento do tradicional alinhamento vertical americano (Balestro; Monteiro, 2019). A ALCA foi abandonada em 2005 e houve o revigoramento dos movimentos de cooperação regionais. Nesta lacuna de oportunidades, países como a Rússia, Índia, e principalmente a RPC, encontraram o seu espaço, avançando geopoliticamente em direção ao restante do mundo (Bandeira, 2008).

Fragilizado pela crise econômica de 2008, com o surgimento de fundos e entidades financeiras pouco aderentes às suas políticas e pela balança geopolítica mundial pendendo fortemente à multipolaridade, os EUA encerram a primeira década dos anos 2000 perdendo espaço na dinâmica mundial de poder. Buscando reestabelecer iniciativas e acordos para revigorar a sua força econômica (Rogin, 2010), a Estratégia Nacional de Defesa de 2010 direcionou as ações do Estado ao fortalecimento de antigas parcerias comerciais, como as existentes com a Europa e com o Japão, e à formação de novas e profundas alianças para resistir ao avanço de seus rivais chineses, remetendo sua forma a um arquétipo pós-moderno da estratégia de contenção de Kennan³⁸.

A partir de 2017, o modelo estratégico centralizado de Donald Trump (2017 - 2021), menos apoiado em arranjos multilaterais, adota uma postura protecionista desconstruindo o projeto político-econômico de envergadura global da gestão anterior (Bandeira, 2008; Motta, 2022). A revisão de compromissos internacionais e o redirecionamento dos esforços nacionais às políticas domésticas desafiou o próprio entendimento histórico estadunidense de que a cooptação de Estados, atuando sob a égide do livre-comércio, fortaleceria as suas estruturas de poder (Motta, 2022). Contraditoriamente, a Estratégia de Segurança Nacional (United States of America, 2017) reconhecia a necessidade de bloquear o avanço dos seus principais adversários, enquanto os EUA afastavam-se de seus aliados na Ásia e Europa, particularmente dos países do G7 e G20 (Magnotta, 2021). A perda de influência dentro do espectro das relações internacionais foi inevitável, alienando potenciais aliados que passaram a estreitar relações entre si, à margem das pretensões estratégicas estadunidenses.

³⁸George F. Kennan: Chefe do Gabinete de Planejamento Político do Departamento de Estado dos EUA (1947 – 1949). Propôs que as vias diplomáticas seriam insuficientes para evitar o avanço de Moscou após a Segunda Guerra Mundial, sugerindo uma política de longo prazo fundamentada na contenção ao expansionismo soviético atuando sobre pontos de interesses geográficos e políticos.

Com a transição de governo dos EUA e a saída de Trump, a política externa absorveu o desafio de reverter a postura diplomática do Estado reinserindo-o de forma atuante na agenda multilateral internacional, e atribuindo, à ampla cooperação, o caráter imprescindível para alcançar os seus interesses nacionais.

[...] nossas alianças e parcerias em todo o mundo são nosso ativo estratégico mais importante e um elemento indispensável para contribuir para a paz e estabilidade internacional. Uma OTAN forte e unificada, nossas alianças no indo-pacífico, e nossas tradicionais parceiras de segurança pelo mundo não apenas evitam a agressão; elas proveem a base para uma benéfica cooperação mútua que fortalece a ordem internacional (United States of America, 2022b, p.11, tradução nossa)³⁹.

Ainda observando a Estratégia de Segurança Nacional publicada em 2022, a RPC e a Rússia são reconhecidas como as principais ameaças, a primeira exigindo um esforço global pela competição de mercado e expansão estratégica, e a segunda atuando regionalmente, devido à guerra com a Ucrânia (Soller, 2023). Ambos os países operam regimes centralizados e autoritários, divergentes dos valores democráticos propagados pela potência ocidental, e o avanço de qualquer um destes Estados resulta na afronta direta aos princípios básicos dos ideais de liberdade e democracia propagados pelos estadunidenses.

Notadamente relevante à Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, a RPC finalmente alcança uma dimensão de poder econômico, tecnológico e militar que a eleva ao *status* de potência com capacidade disruptiva, ameaçando a ordem internacional liberal conduzida sob a batuta do poderio estadunidense (United States of America, 2022b). Estratégias anteriores já observavam a evolução chinesa, porém delineavam ações voltadas à cooperação predispondo ambientes construtivos em meio à competição, sem constituir uma ameaça para a hegemonia dos EUA (United States of America, 2010; United States of America, 2015a). A reação tardia, ou em outro prospecto, o ceticismo estadunidense com relação ao crescimento chinês, mesmo com incontestáveis resultados econômicos e com a evidente articulação estratégica em curso pelo país asiático, deveu-se muito à crença de que o regime

³⁹ No original: “[...] our alliances and partnerships around the world are our most important strategic asset and an indispensable element contributing to international peace and stability. A strong and unified NATO, our alliances in the Indo-Pacific, and our traditional security partnerships elsewhere do not only deter aggression; they provide a platform for mutually beneficial cooperation that strengthens the international order.”.

comunista não resistiria à abertura e ao desenvolvimento econômico, por demais aderentes aos regimes democráticos (Fukuyama, 1997).

Como resistência ao declarado opositor, os EUA vislumbravam alcançar robustos movimentos de cooperação ancorados em parcerias tradicionais, como o Japão e a Alemanha, reorganizados em duas frentes regionais, uma asiática e outra europeia, regidas por esses países. Esta estrutura, ainda que informal, teria a importante atuação do Reino Unido como elo entre os blocos, oferecendo a fluidez que permitiria o acesso a países externos ao sistema, fundamentais para frear o avanço chinês (Soller, 2023). Torna-se evidente, portanto, que o arranjo delineado pela estratégia estadunidense priorizou a aplicação dos esforços e dos recursos nas regiões do Indo-Pacífico e da Europa, permanecendo o restante do globo como atores secundários em apoio aos seus objetivos.

Uma vez abordado o contexto estratégico dos EUA em um âmbito global, buscando reestabelecer a sua influência por meio de parcerias e acordos comerciais em declarada competição econômico-comercial com a RPC, torna-se apropriada a análise específica do continente americano sob a lente dos interesses estadunidenses, ressaltando a sua importância geopolítica nas esferas da projeção de poder e na manutenção de sua segurança.

3.1 O CONTINENTE AMERICANO

À época de sua independência, os EUA adotaram uma política de expansão territorial avançando a oeste de suas treze colônias originárias, em um movimento de interiorização onde a profundidade territorial promovia, dentre outros benefícios, a integridade do Estado recém independente, tornando-o menos vulnerável à potência naval britânica. À medida que o país evolui em seus propósitos expansionistas, o presidente James Monroe (1817-1825) estabelece em 1823 a Doutrina Monroe, fundamentada em princípios ideológicos autóctones representados pelo lema “América para os americanos”, que legitimavam aos estadunidenses a incorporação, ocupação e utilização das terras por eles pretendidas.

Ao final do século XIX, com a porção continental de seu território estabelecido conectando o Atlântico ao Pacífico, os EUA redesenham a Doutrina Monroe adequando-a aos seus projetos estratégicos de projeção de poder na América. A não

intervenção extracontinental tornara-se vital à hegemonia estadunidense sobre o enorme espaço econômico disponível na América do Sul, Central e Caribe que, por sua potencialidade, exerceria um suporte decisivo para o posicionamento destacado dos EUA no contexto internacional (Mackinder, 1904).

O continente forneceria à máquina do capital os insumos necessários para alimentar a sua indústria além do robusto mercado consumidor para absorver seus produtos manufaturados. A visão do Secretário de Estado dos EUA Richard Olney, em carta encaminhada ao embaixador dos EUA no Reino Unido acerca da disputa da região do Essequibo, reforça a visão do seu Estado com relação à Doutrina Monroe e a magnitude do seu efeito.

Hoje os EUA são praticamente soberanos neste continente, e a sua ordem é lei sobre os assuntos aos quais limita a sua interposição. Por quê? [...] É porque, além de todos os outros motivos, os seus infinitos recursos combinados com a sua posição isolada tornam-no senhor da situação e praticamente invulnerável face a qualquer ou a todos os outros poderes (Olney, 1895, s/p, tradução nossa)⁴⁰.

Além do potencial econômico, a América fornece aos EUA sua primeira fronteira de segurança. Ladeado pelos oceanos Pacífico e Atlântico, faz divisa ao sul com o México que converge à América Central em um istmo que inaugura a América do Sul e a sua floresta amazônica. Uma ofensiva terrestre ao seu espaço continental teria que partir obrigatoriamente do México ou Canadá, tornando os oceanos e suas ilhas o caminho mais provável, senão o único, à aproximação de Estados hostis. As imensas distâncias do Pacífico e o vasto controle insular dos EUA neste oceano permitem uma vantagem geopolítica não disponibilizada pelo Atlântico, cujo espaço marítimo oferece caminho à Europa, África e ao oceano Índico, desdobrando importantes linhas de comunicação marítimas (Silva, 1967).

Ainda, o Mar do Caribe margeando o Golfo do México, América Central e norte da América do Sul, é passagem obrigatória para acesso ao canal do Panamá e dispõe-se, junto com suas formações insulares, próxima ao território continental estadunidense, tornando-se região onde a penetração de opositores resultará no sério comprometimento de sua soberania. A porção sul dos EUA conecta a importante bacia

⁴⁰ No original: "Today the United States is practically sovereign on this continent, and its fiat is law upon the subjects to which it confines its interposition. Why? [...] It is because, in addition to all other grounds, its infinite resources combined with its isolated position render it master of the situation and practically invulnerable as against any or all other powers."

do rio Mississippi, responsável por nutrir grande parte da vigorosa indústria do agronegócio estadunidense⁴¹ (United States of America, 2023), ao Golfo do México, marcado pela península de Yucatán ao sul e pela Flórida a leste, entremeados pela ilha de Cuba. O Golfo faz divisa com o Mar do Caribe e com o oceano Atlântico por estreitos, obrigatórios à navegação para escoamento de grande parte da produção agrícola comercializada internacionalmente, tornando-os estrategicamente relevantes.

Desde a sua gênese como Estado independente, a necessidade de garantir a sua segurança territorial impulsionou a política externa estadunidense a buscar o domínio, ou grande influência, nos espaços territoriais que os cercavam, e para isso utilizou-se de um estilo de diplomacia agressivo e lastreado no seu poderio militar. O *big stick*⁴² sobrepujou as frágeis economias dos pequenos Estados centro-americanos, dependentes da exportação de produtos primários ou com muito pouco valor agregado, e utilizou, quando necessário à sua causa, a força intervencionista, amparada na forma de ideais libertários em defesa da democracia e da justiça.

Apesar da sua retórica ocultar interesses nacionalistas, a política externa estadunidense favorecia os países recém independentes do novo continente, em busca de afirmação e reconhecimento no ambiente internacional. De fato, o pacto colonial seria substituído pela imposição unilateral dos desígnios políticos estadunidenses, avançando em influência e poder por todo o continente, reforçados com a deflagração da Segunda Guerra Mundial que ampliou a relevância estratégica da América do Sul e Central, especialmente no que diz respeito ao abastecimento de matéria-prima para sustentar o esforço de guerra dos Aliados, tais como borracha, ferro e manganês. Ademais, o saliente nordestino e a ilha de Fernando de Noronha ofereciam potencial acesso à América via Dakar, constituindo pontos de apoio que poderiam ser utilizados para facilitar o avanço das forças do eixo no continente (Bandeira, 2008). O controle do oceano Atlântico, vital para o sucesso do esforço de

⁴¹O Sistema do Rio Mississippi compreende as principais vias navegáveis do país para movimentação de grãos das áreas de produção do Centro-Oeste para a região do Golfo do México para exportação. aproximadamente 60% das exportações de grãos dos EUA (trigo, soja e milho) percorrem esta rota (2023) (United States of America, 2023).

⁴²Termo creditado ao 26º presidente dos EUA Theodore Roosevelt (1901 – 1909): “*Speak softly and carry a big stick*”, onde torna implícito o uso da força em respaldo à diplomacia para defender os interesses estadunidenses na sua política externa. Fonte: *National Geographic*. Disponível em: <https://education.nationalgeographic.org/resource/big-stick-diplomacy/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

guerra aliado, e a disposição privilegiada da geografia brasileira levou os EUA a operarem a partir de bases localizadas no Norte e Nordeste do Brasil.

Ao final da Segunda Guerra, os EUA exerciam grande influência econômica, militar e política na América Latina. A este período restaram críticas à unilateralidade dominante desprovida de benefícios recíprocos ou do justo reconhecimento, julgados contrapartida obrigatória frente à tamanha condescendência latino-americana.

Poder-se-ia argumentar que a América Latina, ao contrário do que se propala, é de fato a zona estratégica mais importante para os EUA. Que não receba ela os recursos que julga merecer, que não receba o tratamento respeitoso e a consideração de que se julga merecedora, é outra questão. Talvez não receba tal atenção, enquanto outras áreas a recebem, justamente por se encontrar ela tão dependente militar, política, econômica e ideologicamente dos Estado Unidos, a tal ponto de suas autoridades se permitiram hoje simplesmente não mencioná-la em discursos, programas, relações de prioridades e memórias, enquanto os analistas acadêmicos a ela dedicam apenas escassa atenção (Guimarães, 1999, p.99).

A segurança continental foi delegada ao poderio bélico estadunidense, legitimado em 1947 pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)⁴³ em um alinhamento obrigatório em face ao contexto geopolítico vigente. A presença militar estadunidense na América Latina oscilava conforme seus objetivos e ameaças, variando desde a cooperação até a intervenção direta e o uso da força. Independente da natureza da ação, os EUA buscavam a manutenção do *status quo* adquirido no início do século XX, revertendo tensões em direção à estabilidade regional e oferecendo segurança conforme a sua conveniência (Lajtman; Fernández, 2022).

Com a política de guerra contra as drogas, foram estabelecidos novos projetos de securitização abrangendo, principalmente, os países andinos do Caribe e a América Central. Na prática, em paralelo aos novos objetivos de Estado, mantinha-se a presença militar em localidades consideradas estratégicas, ao passo que se disseminava a doutrina de emprego, o fornecimento de material bélico e a capacitação de pessoal nos moldes sugeridos pela Defesa dos EUA.

Politicamente, o início do século XXI e o período pós-hegemônico foram marcados pelo afastamento estadunidense da América do Sul. O foco estratégico no

⁴³ Tratado celebrado por membros dos Estados americanos (1947), fundamentado na assistência recíproca, onde a agressão a um Estado constituiria numa agressão a todos os demais. Fonte: Organização dos Estados Americanos. Disponível em: [http://www.oas.org/csh/portuguese/novosdocsegcolect.asp#:~:text=O%20TIAR%20é%20o%20tratado,ataque%20armado%20\(artigo%206\)](http://www.oas.org/csh/portuguese/novosdocsegcolect.asp#:~:text=O%20TIAR%20é%20o%20tratado,ataque%20armado%20(artigo%206).). Acesso em: 13 nov. 2024.

eixo Oriente Médio - Ásia reduziu o restante da América à atenção secundária no seu esforço político estatal. Ainda, o estabelecimento simultâneo de governos progressistas sul-americanos, muitos dos quais críticos abertos ao panamericanismo, fortaleceu a implementação de políticas governamentais direcionadas à autossuficiência da região e ao aprofundamento de relações multilaterais.

Diferente do poder político, totalmente submetido aos desígnios governamentais e sujeito a inflexões conjunturais, a cultura estadunidense exerceu grande penetração na América Latina. O estereótipo de seu estilo de vida, conhecido mundialmente como “*the american way of life*”, propagou-se nos cinemas e nas rádios divulgando um arquétipo social tido como ideal para a humanidade, em uma reedição do destino manifesto⁴⁴, proliferando-se por todo o hemisfério ocidental como uma das mais fortes expressões de poder dos EUA.

Enquanto o alinhamento de hábitos e costumes consagraram-se sem resistência, as relações econômicas sofreram significativas alterações, evoluindo desde a unilateralidade reinante no século XX até a gradual abertura a parcerias extracontinentais no início dos anos 2000. O continente asiático demonstrou mais apetite aos mercados latino-americanos, em especial à América do Sul, praticamente triplicando a sua participação nos dois primeiros decênios do século XXI (Giordano; Mendivil, 2019). A RPC aproveitou o espaço econômico aberto pela nova conjuntura política na região e pela postura de isolamento dos EUA para avançar, assumindo em 2022 a posição de principal parceira comercial com a América do Sul (Figura 6).

A visão abrangente da atuação dos EUA em uma perspectiva mundial e regional nos oferece a contextualização da aplicação das suas expressões de poder convergindo aos seus objetivos nacionais. Deste panorama, derivaram-se posturas e ações aplicadas às circunstâncias específicas da crise que obrigam a evolução da pesquisa além da observação holística, em uma abordagem pontual que permita a progressão da análise considerando também os aspectos intrínsecos do sistema observado, e as suas particularidades.

⁴⁴Termo utilizado por John O'Sullivan em seu ensaio “*Annexation*” (1845), onde condensava sentimentos nacionalistas e expansionistas, atribuindo à vontade de Deus a legitimação das conquistas para a disseminação do progresso e da civilização.

3.2 UMA ABORDAGEM COMPARTIMENTADA

Em um contexto geopolítico de dominação hemisférica estadunidense, tanto a Venezuela quanto a Guiana, margeando a América caribenha, assim como todos os espaços territoriais ao norte da grande planície amazônica, estão localizadas, conforme observado por Padula et al., próximas demais para que se tolere uma política externa negligente por parte dos EUA:

Em um contexto de supremacia hemisférica dos EUA, tal como concebido por Spykman, a localização da Guiana enquadra-se no Mediterrâneo americano, perto do ponto de estrangulamento de conexão bioceânica, uma área onde os seus Estados deveriam ser perpetuamente dependentes e subservientes aos EUA. [...] Portanto, as recentes descobertas de petróleo na Guiana são localizadas em uma área onde a supremacia americana não pode ser contestada, segundo as visões de Mahan e Spykman (Pádula *et al.*, 2023, s/p, tradução nossa)⁴⁵.

Desta forma, a disputa pela região do Essequibo e por todas as riquezas lá existentes, deve enveredar-se obrigatoriamente por trajetórias que de forma alguma colidam com o intento estadunidense, ou ameacem a sua preponderância na região, ao custo de tornar vulnerável todo o seu domínio hegemônico hemisférico.

Não por acaso, há sólida presença militar dos EUA em países da América Central e do Caribe como Cuba, Honduras, El Salvador, Colômbia, Aruba e Curaçao além da forte ingerência estadunidense por meio de apoio financeiro e de acordos de cooperação como o *Caribbean Basin Security Initiative* (CBSI)⁴⁶. De forma mais direta, o Departamento de Defesa dos EUA mantém ativo um *Combatant Command*⁴⁷ geográfico, o *U.S. Southern Command* (USSOUTHCOM), ou Comando Sul, cuja área de responsabilidade abarca toda a América do Sul, América Central, Mar do Caribe e grande parte dos países caribenhos (Figura 7).

⁴⁵ No original: “In a context of US hemispherical supremacy, such as conceived by Spykman, Guyana’s location frames in the American Mediterranean, close to the bi-oceanic connection chokepoint, an area where its states should be perpetually dependent and subservient to the USA. [...] Therefore, the recent oil discoveries in Guyana are located in an area in which American supremacy cannot be contested, following Mahan’s and Spyman’s views.”.

⁴⁶Parceria de cooperação com países do Caribe gerenciada por instituições estadunidenses para abordar prioridades comuns na área de segurança. Fonte: *U.S. Department of State*. Disponível em: <https://www.state.gov/caribbean-basin-security-initiative/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

⁴⁷Em um total de 11 Comandos, sete geográficos e quatro funcionais. Provê comando e controle das forças militares em período de paz ou de guerra. Fonte: *U.S. Department of Defense*. Disponível em: <https://www.defense.gov/About/Combatant-Commands/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Ao reconhecermos a inquestionável relevância da região do Caribe para a soberania estadunidense e para a sua estratégia global, discernimos também que a consolidação dos seus interesses repousa no atendimento de demandas diversificadas, inseridas em um complexo conceito político-estratégico de expressões de poder. Seu aprofundamento torna-se relevante ao esclarecimento das propensões geopolíticas dos EUA confrontadas com os interesses dos países envolvidos, limitados nesta abordagem aos aspectos políticos, econômicos e militares.

3.2.1 Aspectos políticos e econômicos

A Venezuela destaca-se das demais nações latino-americanas, acompanhada por Cuba e, em menor intensidade, pela Nicarágua, por ser uma via de acesso às Nações tidas pelos EUA como revisionistas da ordem mundial (Júnior, 2020). O relacionamento político entre Caracas e Washington agravou-se a partir da ascensão ao poder de Hugo Chávez em 1999 e permaneceu em declínio com o seu sucessor Nicolás Maduro (2013). Com uma abordagem política apoiada em retóricas nacionalistas, Chávez renovou o bolivarianismo venezuelano adotando políticas públicas populistas financiadas pelos promissores recursos oriundos da indústria do petróleo, *commoditie* totalmente vinculado à dinâmica do mercado global. Em meio a inflamados discursos anti-imperialistas, a população Venezuelana absorveu entusiasmada a oratória carismática em apelo à decepção com o ideário neoliberal e suas consequências sociais. Enquanto a frágil economia petrodependente entrava em decadência, o governo de Caracas aumentava o seu controle e a sua centralização, regulava preços, controlava o câmbio e implementava uma série de medidas econômicas inócuas enquanto, gradativamente, comprometia a integridade de suas instituições democráticas.

A supressão dos direitos civis e humanos, as ações contra a liberdade, o crescimento das atividades ilícitas, corrupção e o manifesto desalinhamento com as políticas estadunidenses levaram os EUA a aplicar, a partir de 2015, progressivas sanções ao Estado bolivariano, cuja situação representava, de acordo com a Ordem Executiva 13692 do presidente Barak Obama (2009 – 2017) “[...] ameaça incomum e extraordinária para a segurança nacional e para a política externa dos EUA [...]” (United States of America, 2015b, tradução nossa). Estas sanções foram direcionadas

tanto para entidades governamentais e nacionais venezuelanos, incluindo-se o Presidente e seus familiares, quanto à economia, estrangulando o comércio do petróleo e do ouro, o setor bancário e de investimentos (Seelke, 2020). Especialmente focado em atingir a força econômica da Venezuela, os EUA intensificaram, em 2017, as restrições impostas ao país, impossibilitando a negociação da sua dívida e isolando-a ainda mais no comércio internacional. O endurecimento das medidas impactou diversos setores, mas trouxe consequências severas para a indústria do petróleo, alicerce da economia venezuelana.

A ação dos EUA buscando o enfraquecimento estatal e o isolamento diplomático do governo de Maduro foi acompanhada, em alguma medida, por diversos países ou organizações internacionais, como a União Europeia, Canadá, Reino Unido, Suíça, México e vários países da América Latina. Em direção oposta, países do bloco oriental mantiveram seu apoio à Venezuela (Seelke, 2023). A Rússia buscou dar suporte à debilitada infraestrutura petrolífera fornecendo sobressalentes industriais e assessoria técnica especializada, enquanto a RPC manteve aberta a sua linha comercial adquirindo petróleo venezuelano e vendendo produtos sancionados. O Irã ofereceu empréstimos, realizou investimentos, manteve a sua cooperação militar vendendo armas e veículos aéreos não tripulados, além de comercializar produtos derivados do petróleo em troca de ouro (Seelke, 2023).

Apesar do argumento respaldado na promoção da democracia em respeito à liberdade e aos direitos humanos, e do repúdio da Casa Branca em imputar interesses velados que remetam à interferência nos assuntos domésticos do país, as medidas coercitivas iniciadas pelos EUA podem ser qualificadas como poderosas ferramentas aplicadas para enfraquecer internamente o regime político de Maduro. Sua debilidade contribui para uma transição democrática na Venezuela a partir do momento em que a exclusão do governo venezuelano do sistema financeiro internacional e a imposição de restrições comerciais degradam ainda mais a estabilidade interna e a legitimidade política governamental, abrindo caminho para uma mudança de regime endógena.

Enquanto exerce políticas agressivas visando exaurir a economia da Venezuela, a evolução da participação estadunidense na economia da Guiana vem progredindo anualmente. No ano de 2022 a representatividade dos EUA nas exportações totais da Guiana atingiu 34%, indicando um crescimento de

aproximadamente 680% do valor realizado no ano de 2019⁴⁸. Da mesma forma, os EUA foram o principal exportador de produtos para a Guiana, fornecendo 31% das importações totais da Guiana no ano de 2023, principalmente em derivados do petróleo, maquinaria pesada e produtos eletroeletrônicos⁴⁹. O petróleo representou 88% das exportações guianenses em 2022⁵⁰, com 60% deste montante direcionado ao mercado consumidor estadunidense. Apesar disto, a representatividade do *commoditie* guianense nas importações dos EUA em 2022 foi pouco relevante, atingindo apenas 1,2%⁴⁸.

3.2.2 Aspectos militares

A *Guyana Defense Force* (GDF) é o agente estatal responsável pela defesa da integridade territorial da Guiana, além de assistir na manutenção da lei e da ordem e de contribuir para o desenvolvimento econômico do país. Com um efetivo de 3400 militares, o pequeno inventário da GDF é composto por equipamentos de origem brasileira ou estadunidense sem qualquer capacidade expedicionária. O país não possui indústria nacional de defesa constituída e, apesar de ser responsável pela defesa de suas fronteiras, a estrutura da GDF foi desenvolvida precipuamente para a atuação no âmbito da segurança interna, no combate ao narcotráfico e na patrulha costeira, possuindo um efetivo de pessoal, material e infraestrutura adequados às suas tarefas domésticas, porém subdimensionada e totalmente ineficaz para se contrapor a ameaças externas.

Por outro lado, a Venezuela possui um longo histórico de parceria militar com países do bloco oriental, dos quais destaca-se a Rússia como o seu maior fornecedor de equipamentos militares, disponibilizando aeronaves de caça Sukhoi, helicópteros, blindados, sistemas de artilharia antiaérea, armamento leve, dentre outros. Nos últimos 20 anos, a Venezuela se tornou o maior cliente de material militar russo do hemisfério ocidental, adquirindo mais de US\$ 20 bilhões a serem pagos de forma

⁴⁸Fonte: *Trade statistics for international business development*. Disponível em: <https://www.trademap.org/>. Acesso em: 01 maio 2024.

⁴⁹Fonte: *Trading Economics*. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/guyana/imports-by-country>. Acesso em: 01 maio 2024.

⁵⁰Fonte: Banco Mundial. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/guyana/overview>. Acesso em: 01 maio 2024.

flexível, inclusive com petróleo⁵¹. Com mais de 130.000 militares, a manutenção do poderio militar venezuelano é extremamente dependente do apoio russo e chinês e a crise econômica impacta diretamente na habilidade estatal em sustentar despesas militares, modernizar inventários ou pagar compras já realizadas.

Apesar de Caracas ter se comprometido a adotar vias diplomáticas para a resolução da disputa territorial com a Guiana⁵², foram realizados movimentos militares venezuelanos em direção a áreas próximas da fronteira. Lanchas Peyaap III, de origem iraniana, foram redistribuídas para Guiria, principal estação da Guarda Costeira da Venezuela no Atlântico que também recebeu sistemas antiaéreos Buk-M2E de fabricação russa. Caso a estação da Guarda Costeira de Punta Barima, distante apenas 43 milhas do Essequibo, receba as Lanchas Peyaap III em novas redistribuições, estas poderão alcançar as plataformas de petróleo e o tráfego marítimo da área contestada. Ainda, a expansão da infraestrutura da base militar da Ilha Anacoco, estrategicamente estabelecida no rio Cuyuni, além de operações militares com o emprego de veículos blindados, tropas e aeronaves⁵³ colocam em dúvida as reais intenções do governo venezuelano.

Após o Reino Unido demonstrar apoio ao país da *Commonwealth* anunciando o envio do HMS “*Trent*” à Guiana em janeiro de 2024, o presidente Maduro determinou a realização do exercício “General Domingo Antonio Sifontes 2023” ao longo da costa venezuelana, supostamente envolvendo mais de 5.600 militares, navios, blindados, helicópteros, aviões de caça, veículos anfíbios e lanchas rápidas equipadas com mísseis “*Kowsar*”. Destoando largamente em magnitude da capacidade de combate do HMS “*Trent*”, dimensionada para atender à sua finalidade de patrulha costeira, o exercício promovido pelas Forças Armadas Nacionais Bolivarianas pode ser traduzido como uma resposta à interferência internacional, impondo uma posição assertiva do governo quanto à utilização do seu poder militar em suporte aos anseios diplomáticos Venezuelanos.

⁵¹Fonte: *Universidad de Navarra*. Disponível em: <https://www.unav.edu/web/global-affairs/detalle/-/blogs/russia-became-an-important-arms-supplier-for-latin-america-but-its-sales-have-dropped>. Acesso em: 02 maio 2024.

⁵²Declaração de Argyle: assinada pelos presidentes Maduro e Irfaan Ali em dezembro de 2023, onde ambos os países se comprometeram a solucionar as suas controvérsias por meio do direito internacional, a não ameaçar ou fazer uso da força, sob qualquer circunstância. Fonte: *Barbados Ministry of Foreign Affairs and Foreign Trade*. Disponível em: <https://www.foreign.gov.bb/the-joint-declaration-of-argyle-for-dialogue-and-peace-between-guyana-and-venezuela/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

⁵³Fonte: *Center for Strategic & International Studies*. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/miscalculation-and-escalation-over-essequibo-new-insights-risks-venezuelas-competence>. Acesso em: 02 maio 2024.

O posicionamento da Casa Branca em reação às declarações de Maduro foi de apoio incondicional à soberania da Guiana e em respeito ao laudo arbitral de Paris de 1899, incentivando a conciliação em busca da resolução pacífica para a disputa (Kirby, 2023). A mobilização de tropas e equipamentos militares pela Venezuela foi acompanhado com cautela pelo poder militar estadunidense, conforme manifestado ao Senado dos EUA pela General Laura J. Richardson⁵⁴, comandante do USSOUTHCOM, e em alinhamento à orientação oficial da Casa Branca. Resistindo à interferências diretas, a postura militar estadunidense seguiu a continuidade de uma agenda estabelecida com vias à manutenção da estabilidade regional por meio do emprego eficaz dos instrumentos nacionais de diplomacia, com o prosseguimento da cooperação na área de segurança, inclusive com a realização de exercícios militares com a GDF, e com o efetivo engajamento dos EUA nos assuntos referentes à questão em tela (Richardson, 2024). Mesmo sem manifestar a intenção de se empreender uma campanha intervencionista, ou mesmo de adotar medidas dissuasórias mais contundentes, a expressão de poder militar estadunidense agiu de forma assertiva em suas ações respaldando a Guiana, inferindo possibilidades e definindo posicionamentos. Restou à Venezuela, até então favorecida pela assimetria militar, a hipótese de um revés decisivo a seu desfavor, certamente a ser considerado em seus movimentos.

3.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

De uma forma geral, historicamente as Américas alinham-se à predisposição política estadunidense, estabelecida inicialmente como base de sustentação econômica, indispensável à construção do poder capaz de fazer os EUA competirem com as potências europeias. A sua longa relação com o restante do continente envereda caminhos que remetem ao início do estabelecimento dos Estados Americanos como nações independentes. Do fim do colonialismo continental à queda da União Soviética, a influência estadunidense alavancou-se ao protagonismo dominante, projetando-se nas esferas de poder militar, político, econômico e psicossocial.

⁵⁴Em resposta ao senador Roger Wicker, audiência ao Senado dos EUA (*Senate Armed Services Committee hearing*) em 14 mar. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ML6W0r0qFZY>. Acesso em: 17 jul. 2024.

O período hegemônico trouxe imposições neoliberais que exauriram as insipientes economias latino-americanas, despreparadas para renunciar às suas tradicionais estratégias protecionistas de mercado, potencializando o panorama político de não-alinhamento que se avizinhava. O início do século XX inaugurou o avanço da RPC, projetando progressivamente o seu poder econômico e deslocando os EUA da condição de maior parceiro comercial da América Latina. A postura estadunidense reorientou-se então à restauração do seu poder e influência na região, outrora dominantes, porém desgastados pela conjuntura político-econômica mundial desenhada a partir do fim da Guerra Fria e essenciais para oferecer resistência ao avanço de uma nova ordem mundial multipolar que se estabelecia.

Apesar de não compor o centro de gravidade da atuação estratégica dos EUA, seja pela forte influência já estabelecida ou pelo retrospecto relativamente pacífico da região, o continente americano resguarda vital importância à soberania estadunidense distinguindo-se o México e o Canadá como a última fronteira física para a defesa de sua integridade territorial. Desta forma, as circunstâncias relacionadas ao continente, mormente à região da América Central e do Mar do Caribe, onde estão situados a Venezuela e a Guiana, revestem-se de invulgar relevância às políticas estadunidenses.

O agravamento da crise no Essequibo trouxe à tela a perspectiva de um conflito entre nações que, apesar de ricas em recursos naturais, encontravam-se com panoramas conjunturais totalmente distintos. A Venezuela, detentora da maior reserva provada de petróleo do mundo, enfrentava uma grave crise econômica, política e social, enquanto a Guiana, até então inexpressiva no cenário econômico internacional, celebrava robustos contratos para a produção de petróleo, alavancava a sua economia e vislumbrava auspiciosos projetos de crescimento.

Do ponto de vista dos EUA, as relações com a Venezuela carregavam grande divergência política e oposição ideológica que resultaram na imposição de severas sanções a pessoas, empresas e ao Estado venezuelano. Grande parte do hemisfério ocidental acompanhou essas restrições, agravando a instabilidade política do país em tensão direcionada ao reestabelecimento das instituições democráticas ou à transição de governo. A ruptura da estrutura política esbarrou, entretanto, na resiliência do aparelho estatal estabelecido por Maduro, resistente aos opositores internos e inocente aos olhos do populismo bolivariano. O governo da Venezuela isentou-se da responsabilidade terceirizando a crise doméstica a agentes conspiratórios externos,

ampliando suas diferenças com os EUA enquanto articulava-se internacionalmente conduzindo o país à maior aproximação com o eixo oriental, como a RPC e a Rússia.

Na direção oposta, o governo da Guiana comungava de um relacionamento estável com os EUA, sem qualquer pretensão de se opor à sua hegemonia continental, inclusive viabilizando a grande participação estadunidense na sua economia, com ênfase no desenvolvimento da infraestrutura do petróleo e dos seus setores derivados. Frente ao potencial oferecido pelo país caribenho, a Casa Branca assumiu uma posição de manutenção do *status quo*, convenientemente garantindo a preservação da estrutura produtiva da indústria petrolífera ora estabelecida e da qual se beneficiava. Mais do que isso, ao oferecer o seu apoio à Guiana, os EUA resistem ao avanço de Nações extrarregionais associadas à causa venezuelana, e que a utilizam como pivot para penetrar geopoliticamente no continente americano, protegendo o seu espaço de dominância no hemisfério ocidental.

A presença atuante do USSOUTHCOM em manifesto favor da causa guianense reafirma a tradicional autoridade dos EUA em clara demonstração da sua expressão mais fundamental de poder, tornando-se uma importante ferramenta de dissuasão, senão imprescindível, frente à desproporcional comparação de poderes combatentes entre os países litigantes. Legitimada pela CBSI e pelo TIAR, os EUA terminam por emprestar o seu arsenal bélico em favor da diplomacia da Guiana, equilibrando as tensões em auxílio a um país com Forças Armadas subdimensionadas e incapazes de proteger as suas imensas riquezas.

4 A ASCENSÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A civilização chinesa passou por transformações sociais e econômicas profundas ao longo do século XX, desde a queda da dinastia Qing, em 1912, passando pela era republicana e pelo turbulento período das Guerras Mundiais e da Guerra Civil Chinesa, até a ascensão do Partido Comunista e as reformas econômicas das décadas de 1980 e 1990.

No início do século XX, a economia chinesa era predominantemente agrária com cerca de 85% da população voltada à atividade agrícola. A indústria incipiente consistia em poucas fábricas concentradas nas regiões costeiras, apoiadas por uma infraestrutura de transporte deficiente que limitava a integração do vasto território chinês. As culturas do arroz, trigo, milho e chá sustentavam a economia, apesar dos métodos rudimentares e da baixa produtividade do cultivo.

Com a criação da República da China em 1912⁵⁵, liderada por personalidades como Sun Yat-sen e, posteriormente, Chiang Kai-shek, iniciou-se um programa de modernização da base econômica chinesa com investimentos em infraestrutura e promoção da industrialização, além da criação e estabelecimento de instituições financeiras como o Banco da China (1912) e o Banco Central da China (1928), indispensáveis para estabilizar a moeda e controlar a inflação (Spence, 1990). Apesar da instabilidade política e dos problemas domésticos, o comércio exterior chinês começou a se expandir exportando produtos agrícolas, seda e ópio, enquanto importava bens manufaturados, máquinas e produtos químicos. O número de empresas estrangeiras em Xangai, principalmente de origem japonesa e britânica, cresceu de 152 no ano de 1872 para 1.741 em 1921, trazendo não apenas capital, mas também conhecimento tecnológico, inovações e progresso (Keller; Shiue, 2020).

Apesar das iniciativas econômicas, os esforços de promover a economia foram amplamente prejudicados pelo ambiente beligerante reinante, instabilidade política e diversos movimentos de fragmentação. A “Era dos Senhores da Guerra”⁵⁶, a guerra civil entre o Partido Nacionalista Chinês (KMT) e o Partido Comunista Chinês

⁵⁵A criação da República da China marcou o fim de mais de dois milênios de governo imperial. Esse processo iniciou-se com a Revolução de 1911 e resultou na queda da dinastia Qing (Spence, 1990).

⁵⁶A “Era dos Senhores da Guerra” (1916-1928) foi marcada por intensa partição política e conflitos, com diversos líderes militares (senhores da guerra), controlando diferentes partes do território chinês. Este período de instabilidade iniciou-se após a queda da dinastia Qing e dificultou a formação de um governo central forte, resultando em frequentes mudanças de aliança e contínuas lutas pelo poder (Spence, 1990).

(PCC)⁵⁷, além das invasões japonesas ocorridas nas décadas de 1930 e 1940 dificultaram a implementação de políticas econômicas efetivas e a atração de maiores investimentos estrangeiros (Spence, 1990).

Em 1949, o PCC, liderado por Mao Zedong, tomou o poder e proclamou a República Popular da China, iniciando uma nova era de transformações políticas e econômicas. Os ideais comunistas compartilhados e a desconfiança em comum com relação aos EUA levaram a RPC a uma previsível aliança estratégica com a União Soviética, cuja assistência econômica e militar foi determinante para a consolidação do poder comunista Chinês. Apesar da implementação de políticas de centralização econômica e coletivização da agricultura inspiradas no modelo soviético, a parceria entre os países permaneceu permeada por inseguranças, com o projeto de Mao Zedong estabelecendo medidas econômicas e sociais contrastantes com a abordagem soviética, mais cautelosa em relação ao desenvolvimento econômico e à mobilização da população (Westad, 2003).

Nos primeiros anos da Guerra Fria, o país permaneceu concentrado em suas questões internas, desempenhando pouca atuação junto às instituições internacionais. O fracasso do "Grande Salto Adiante"⁵⁸, campanha implementada visando transformar a RPC de uma economia agrária a uma potência socialista industrializada, ocorreu ao mesmo tempo em que as suas relações com a União Soviética entravam em irreversível declínio. A RPC começou a buscar uma posição mais independente, distanciando-se da influência soviética e, antagonicamente, aproximando-se do seu rival EUA.

A admissão da RPC na ONU em 1971, após 22 anos segregada pelo Ocidente, e a visita histórica do presidente Richard Nixon (1969 - 1974) à RPC em 1972 simbolizaram a reorientação geopolítica do país e a abertura de uma nova era nas relações sino-americanas, culminando na normalização das relações diplomáticas com os EUA em 1979 (Shirk, 2007). Esse movimento permitiu à RPC contrabalançar a ameaça soviética enquanto abria oportunidades para a cooperação econômica e tecnológica com o Ocidente.

⁵⁷ A Guerra Civil entre o KMT e o PCC ocorreu de 1927 a 1949, com uma trégua temporária durante a Segunda Guerra Mundial. O KMT controlava as cidades e o sul, enquanto o PCC consolidava seu poder no campo. A guerra terminou com a vitória comunista em 1949, estabelecendo a República Popular da China, enquanto o KMT recuou para Taiwan (Spence, 1990).

⁵⁸ O "Grande Salto Adiante" (1958-1962) foi uma campanha lançada por Mao Zedong baseada na redistribuição de terras e na formação de grandes comunas rurais que coordenariam todos os aspectos da vida produtiva. O seu fracasso resultou em milhões de mortes vitimados pela fome (Dikötter, 2010).

Após a morte de Mao Zedong em 1976, Deng Xiaoping emergiu como líder do governo implementando novas reformas econômicas e políticas baseadas na abertura ao investimento estrangeiro, descentralização econômica e incorporação de elementos de mercado, transformando a economia centralmente planejada em uma economia de mercado socialista (Neto, 2024). As reformas incluíam a liberalização gradual do comércio e a entrada da RPC na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, integrando a economia chinesa ao sistema econômico global. Entre 2002 e 2005, tanto as exportações quanto as importações da RPC cresceram a taxas anuais superiores a 20% (Naughton, 2007).

A partir das reformas de Deng Xiaoping, a RPC adotou uma política diplomática ativa de "amizade e cooperação" agindo junto a organismos internacionais, como a Unesco, em busca de uma melhor imagem no ambiente externo, autoafirmando-se como um Estado responsável, confiável e crível. Esta dinâmica permitiu a ramificação estratégica da RPC em diversas esferas de atuação além da econômica, integrando-a ao sistema internacional e atraindo investimentos estrangeiros enquanto criava espaços para a promoção e aceitação das suas iniciativas, principalmente a "Nova Rota da Seda" (BRI, na sigla em inglês) (Zapata, 2023).

No segundo decênio do século XX, já na presidência de Xi Jinping, a RPC lançou a Iniciativa da BRI, um ambicioso projeto estratégico de infraestrutura e investimentos com o intuito de conectar a Ásia com a Europa, África e posteriormente com a América, expandindo a sua influência econômica e política globalmente por meio de acordos comerciais e cooperação econômica (Figura 8). O nome do projeto remete à vasta rede de trocas eurásianas da antiga Rota da Seda, ativa até meados do século XV, porém ampliada em sua dimensão e com um escopo mais diversificado. Compreender a ascensão da RPC no cenário global exige a percepção de suas estratégias econômicas e geopolíticas, das quais a BRI emerge como o foco central. Desta forma, a dinâmica promovida pela iniciativa e as suas particularidades serão abordadas para o claro entendimento da relevância do projeto na geopolítica chinesa e as suas implicações para o cenário internacional.

4.1 A ESTRATÉGIA ECONÔMICA CHINESA E A NOVA ROTA DA SEDA

Inaugurada em 2013, a BRI edifica projetos de infraestrutura, comércio, segurança e iniciativas da sociedade civil ligando a RPC a mais de 60 países em uma complexa rede de relações comerciais fora da tradicional arquitetura econômica liberal, com novos membros, regras, regimes e estruturas que melhor se alinham com as preferências da RPC (Ferdinand, 2016; Zapata, 2023). Dividida em duas vertentes, a Rota da Seda Terrestre conecta a RPC a diversos países da Ásia, Europa e Oriente Médio, enquanto a Rota da Seda Marítima se concentra na construção e modernização de portos e outras infraestruturas costeiras para facilitar o comércio marítimo entre a RPC e outros continentes.

A multilateralidade oferecida pela BRI elimina a dependência chinesa das tradicionais rotas marítimas comerciais e de seus gargalos estratégicos, como o Estreito de Malaca, vulneráveis a bloqueios e interferências devido a conflitos e desalinhamentos geopolíticos. A diversificação de suas rotas comerciais, com alternativas terrestres e marítimas, oferece à RPC um fluxo mais estável e seguro de mercadorias além de fortalecer a sua conexão intercontinental, facilitando o acesso a mercados emergentes e a recursos naturais cruciais para sustentar o esforço econômico chinês a longo prazo (Berg, 2021).

Países tradicionalmente negligenciados pelo investidor mundial como o Quênia, Paquistão, Afeganistão e Camboja acomodaram muitas de suas demandas no projeto Chinês, com a promessa de testemunhar uma renovação de suas infraestruturas em direção ao desenvolvimento impulsionado pelo Yuan. Apesar das expectativas promissoras suavizarem as fricções políticas resistentes à entrada da RPC em suas economias, os investimentos bilionários financiados por bancos chineses não adotam padrões multilaterais de sustentabilidade da dívida, fundamentando-se em cláusulas contratuais abusivas, dispare, pouco transparentes ou eticamente questionáveis, podendo obrigar a parte devedora a compensações desequilibradas ou à renegociação da dívida, em ambos os casos, levando à dependência econômica e à vulnerabilidade aos propósitos chineses (Hurley; Morris; Portelance, 2018).

Oficialmente instituída para fomentar o comércio multilateral mundial, o alcance e a dimensão da iniciativa evidenciam a tentativa chinesa em projetar-se, deslocando os eixos de relacionamentos globais em direção a uma geopolítica sino-

cêntrica (Zapata, 2023). Muitas das infraestruturas construídas no âmbito da BRI, como portos ou ferrovias, possuem caráter dual, servindo tanto a propósitos civis quanto militares, e são aplicados em pontos geoestratégicos relevantes, como os portos em Gwadar (Paquistão), Hambantota (Sri Lanka) e Kyaukpyu (Myanmar). Localizados no Indo-Pacífico, esses investimentos incorporam em seu estabelecimento a capacidade para emprego em aproveitamento às campanhas militares em suporte à Marinha chinesa, oferecendo-a um ponto de apoio estratégico para o controle das rotas marítimas sensíveis ao seu mercado e aumentando a presença da RPC no Oceano Índico (Green, 2018; Blanchard; Flint, 2017).

A penetração da economia chinesa no mercado mundial, em crescente expansão a partir do início do século XXI, derivou-se em dimensões multifacetadas de forças influentes atuando além do aspecto econômico, mas também em projetos culturais, inserção de tecnologia e diversos outros campos e expressões de poder que permitem à RPC redesenhar o mapa geopolítico de acordo com seus interesses estratégicos. A nova realidade altera a postura política dos países que participam da BRI frente à comunidade internacional, alinhando-os aos interesses chineses em um movimento crescente que desafia a ordem mundial tradicional, onde os preceitos ocidentais perfaziam-se dominantes.

A expansão da BRI para a América Latina reflete o evidente interesse chinês em estender a sua influência econômica e geopolítica além da África e Eurásia, beneficiando-se do grande potencial de fornecimento de matéria-prima, alimentos, recursos naturais e pelo amplo mercado consumidor. Aos países latino-americanos, a BRI oferta a perspectiva de aumento das exportações de *commodities* para o mercado chinês, a realização de investimentos para a melhoria de sua infraestrutura comercial e o acesso a preços mais competitivos. Ademais, a parceria com países do continente americano oferece à RPC a oportunidade de angariar maior apoio político internacional, em consonância com a sua agenda estratégica expansionista, com especial relevância por atuar em uma área tradicionalmente orientada ao hemisfério geopolítico ocidental (Domínguez, 2006).

A BRI manifesta-se, portanto, não apenas como um projeto de incentivo à economia de mercado, melhorando a movimentação de produtos ao redor do mundo, mas principalmente abre novos acessos e alternativas para escoar os produtos manufaturados chineses, fortalecendo a sua posição como elo central na economia global (Ferdinand, 2016). Neste contexto, considerando também a posição crítica dos

seus investimentos, além do alcance global da iniciativa, a BRI posiciona-se como o cerne da estratégia geopolítica chinesa, transbordando o viés comercial e caracterizando-se também como um projeto de economia política (Naughton, 2007).

4.2 A AMÉRICA LATINA E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

O relacionamento político e econômico entre a América Latina e a RPC remonta meados do século XIX, quando trabalhadores chineses migraram em grande número para a América, Austrália e Sudeste Asiático para trabalhar em minas de ouro na Califórnia e plantações de açúcar na América do Sul e Caribe. Em 1847, chineses aportaram em Cuba como o início de um projeto para importar trabalhadores contratados para as plantações cubanas (Hu-DeHart, 2005). A revolução de 1949 e o consequente alinhamento chinês com o bloco comunista impediu o avanço das relações do país com o bloco ocidental, que seriam retomadas apenas na década de 1970, com a introdução da economia de mercado e a descentralização econômica promovidos por Deng Xiaoping (Domínguez, 2006).

Apesar dos progressos em sua política econômica, foi apenas a partir dos anos 1990, e posteriormente com entrada da RPC na OMC em 2001, que houve um aumento significativo no comércio bilateral do país com a América Latina (Jenkins; Peters, 2009). O crescimento econômico obtido no início do século XXI alavancou a RPC à posição de destaque como uma das principais parceiras comerciais da região, importando grandes quantidades de *commodities* como soja, cobre e petróleo, e exportando produtos manufaturados. O comércio bilateral com a região ganhou ênfase com a implementação da BRI, crescendo de US\$ 12 bilhões no ano 2000 para US\$ 495 bilhões em 2022, com a perspectiva de superar o valor de US\$ 700 bilhões até o ano de 2035 (Oxford Business Group, 2023). Em 2023, a RPC foi a principal parceira comercial da América do Sul e a segunda maior da América Latina, superada apenas pelos EUA.

A Nicarágua e a Argentina aderiram à BRI em 2022, elevando o número de países latino-americanos em cooperação com a iniciativa para 21. A Argentina

negociou projetos de construção e concluiu, em janeiro de 2023, um *swap*⁵⁹ cambial de US\$ 7,2 bilhões com a RPC, abandonando o uso do dólar americano em seu comércio bilateral. Chile, Equador, Peru e Costa Rica estabeleceram acordos de livre comércio com a RPC. No Peru, a estatal chinesa *COSCO Shipping Ports* anunciou o compromisso de construção do porto de Chancay no valor de US\$ 3,6 bilhões, após comprar 60% do grupo minerador peruano e subsidiária da *Glencore, Volcan Compañía Minera*, em 2019. Desde que aderiu à BRI em 2018, o Chile se beneficiou de uma série de projetos, incluindo quase US\$ 8 bilhões em investimentos realizados em 2021 (Oxford Business Group, 2023).

Entre 2005 e 2020, a RPC investiu mais de US\$ 130 bilhões na América Latina, com foco em projetos de grande escala nos setores estratégicos como energia, mineração, transporte e infraestrutura (Berg, 2021). O Brasil, maior economia da região, recebeu investimentos significativos em infraestrutura portuária (Figura 9) e em projetos de energia⁶⁰, enquanto a base espacial chinesa em Neuquén, na Argentina, viabilizava o monitoramento de lançamentos espaciais e a coleta de dados ampliando a capacidade de inteligência e vigilância da RPC na região. No Panamá, a RPC investiu em portos e infraestrutura logística que permitiram o seu acesso às rotas marítimas do Canal do Panamá⁶¹ enquanto o Chile, maior produtor mundial de cobre e parceiro fundamental na cadeia de suprimentos industriais da RPC, recebeu investimentos em mineração e infraestrutura portuária, ilustrando a crescente interdependência econômica entre os dois países (Palombi, 2024; United States of America, 2021; Zhang, 2019).

Ainda no contexto geoestratégico, reconhecendo o potencial do continente antártico, a RPC inaugurou em 2024 a sua quinta estação de pesquisa avançada na região e estabeleceu uma robusta infraestrutura de apoio operacional no continente gelado. O evidente interesse de projetar a sua soberania no extremo sul do planeta

⁵⁹Swap cambial: acordo onde um país se compromete a trocar a sua moeda por outra, assim como garante desfazer a troca em termos preestabelecidos em um determinado prazo e taxa. No contexto das relações PRC – América Latina, os acordos de *swap* representam um aprofundamento das relações financeiras e monetárias (Sousa; Daldegan, 2020).

⁶⁰O setor elétrico recebeu 45% dos investimentos chineses no Brasil em 2022, com 16 projetos confirmados. Desde 2012, o setor foi o que mais atraiu recursos chineses ao país. Entre 2007 e 2022, foram investidos pela RPC R\$ 32,5 bilhões. Fonte: Conselho Empresarial Brasil – China. Disponível em: https://www.institutoconfucio.com.br/wp-content/uploads/2023/08/Estudo_Investimentos_2022_.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

⁶¹A RPC controla os portos de Balboa e Cristobal, localizados próximos à entrada do Canal do Panamá, permitindo-a influenciar no fluxo de mercadorias entre os oceanos Atlântico e Pacífico (United States of America, 2021).

envolve o oceano Atlântico, que oferece a rota marítima para o acesso à Antártica por meio da passagem de Drake, conectando-a a América do Sul e comunicando os continentes em ponte logística, essencial para abastecer e manter a infraestrutura antártica (Oliveira, 2021).

A cooperação chinesa com países da América do Sul, mormente àqueles localizados no Cone Sul como o Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, torna-se desejável para facilitar a operação no continente Antártico, especialmente devido ao caráter interdependente das atividades polares. A primeira estação Chinesa, localizada na Ilha Rei George e inaugurada em 1985, é apoiada pela vizinha base aérea chilena Eduardo Frei, enquanto a estação antártica brasileira Comandante Ferraz foi construída pela *China Electronics Import and Export Corporation* (CEIEC).

Os acordos e financiamentos chineses buscam também promover a utilização de sua moeda, o Yuan, nas transações internacionais, reduzindo a dependência do dólar americano a medida que fortalecem a posição financeira de Pequim no cenário global (Maestri, 2021). A expansão do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês) na América Latina acompanhou a estratégia econômica chinesa, oferecendo uma alternativa às instituições financeiras ocidentais tradicionais (Zhang, 2019).

Na área militar, a RPC expandiu a sua parceria com a América Latina, fornecendo treinamento, equipamentos e suporte técnico aos países latino-americanos. A Venezuela adquiriu mais de US\$ 500 milhões em equipamentos militares da RPC durante os regimes Chávez e Maduro, incluindo veículos blindados, sistemas de radares, mísseis, aeronaves de combate e peças de artilharia, enquanto a Bolívia adquiriu, entre 2006 e 2019, helicópteros e aeronaves de combate chinesas no valor de US\$ 158 milhões, sistemas de comunicação avançados e veículos blindados (United States of America, 2021). Da mesma forma, o Equador recebeu aeronaves de transporte, veículos blindados e sistemas de radar, e a Argentina, além de adquirir blindados e armamentos leves, colaborou com projetos espaciais chineses autorizando a construção de uma base espacial em seu território (Ellis, 2013; Neto, 2024). Além da assessoria, treinamento e da venda de armas e equipamentos, a RPC realizou exercícios militares em um evidente movimento de aproximação ao continente, reforçando a cooperação chinesa e promovendo a sua doutrina enquanto demonstra a sua capacidade crescente de projeção de poder militar.

As relações geopolíticas da RPC com a América Latina são um reflexo da sua

estratégia de expansão global. A larga extensão territorial, abundantes recursos naturais e o vasto mercado consumidor são atrativos às ambições econômicas chinesas. Mais do que isso, a aproximação com a América Latina promove a inserção e o estabelecimento de relações em um largo espectro de atuações, abrangendo desde a esfera psicossocial, disseminando seus hábitos e costumes, à reestruturação da infraestrutura produtiva nos moldes do país asiático. Essas forças se contrapõem à conjuntura tradicional estabelecida no continente, sinalizando uma mudança na estrutura de poder outrora sob a égide dos EUA e inserindo uma nova dinâmica nas relações regionais. Ao ambiente internacional, mais especificamente à América Latina, resta o dilema da evolução das relações com a RPC em direção à cooperação equilibrada, em uma abordagem liberal de prosperidade comum compartilhada, ou à dominação e subjugo, impostos pela dependência progressiva dos poderes estatais.

4.2.1 A ordem continental: revisionismo ou cooperação?

A estratégia chinesa de avanço geopolítico combina a lógica do capital e a lógica territorial, expandindo a influência econômica e política da RPC além de suas fronteiras sem demonstrar intenção explícita de substituir as atuais estruturas institucionais dominantes. De fato, a estratégia chinesa mescla a aplicação ampla de suas expressões de poder nacional criando estruturas globais integradas em um sistema sinocêntrico, entretanto sem adotar uma postura invasiva substitutiva, em aparente respeito ao sistema de instituições preponderante centrado na ONU. Este comportamento reduz o atrito ao progresso das relações chinesas, ao passo que se comporta conforme as regras e ditames do sistema ocidental mantendo intacta a arquitetura internacional existente, estabelecida sob a hegemonia dos EUA (Zapata, 2023; Zhang, 2017). Em essência, ao evitar o enfrentamento direto, o *modus operandi* chinês termina por criar o que Zhang (2017) classificou como “mundos paralelos”: um novo sistema alternativo e independente, em constante ampliação e fortalecimento frente ao antigo sistema hegemônico, que permanece íntegro em sua estrutura, porém perdendo espaço gradualmente até tornar-se inerte e irrelevante.

A ótica liberal percebe a RPC como uma alternativa de cooperação internacional com elevado potencial de promover a integração e o desenvolvimento regional, estabelecendo uma rede de parcerias econômicas que se beneficiam

mutuamente do crescimento e da estabilidade (Neto, 2024). Em contraponto às críticas direcionadas ao seu regime totalitário, a diplomacia chinesa estabeleceu uma abordagem enfática de respeito à soberania e à política de não intervenção, apresentando-se como uma parceira que promove o desenvolvimento inclusivo, alicerçada em uma retórica de identificação hemisférica com a criação de uma “comunidade de destino compartilhado”⁶² em promoção à prosperidade conjunta do Sul Global (Berg, 2021; Zapata, 2023). Essa postura diplomática projeta uma imagem moderna da RPC, distante dos ideais revolucionários de Mao Zedong e em consonância com os valores civis ocidentais, como explicitado pelas palavras do representante permanente da RPC junto ao Escritório das Nações Unidas em Viena, embaixador Li Song:

Baseada na plataforma multilateral de Vienna, a RPC vai aderir ao seu objetivo de política externa de manutenção da paz mundial e promoção do desenvolvimento comum, participando ativamente na reforma e desenvolvimento do sistema de governança global, defendendo firmemente os interesses de soberania nacional, segurança e desenvolvimento, ativamente advogando e praticando o multilateralismo genuíno, unindo forças a todas as partes para promover a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade, e construir um novo tipo de relações internacionais com respeito mútuo, imparcialidade e justiça, e cooperação vantajosa para todas as partes (Song, 2023, s/p, tradução nossa)⁶³.

A RPC tornou-se uma alternativa conveniente, e especialmente atraente, para os países da América Latina, ofertados a abdicar do modelo tradicional de desenvolvimento, ordenado pelo Ocidente, em prol do progresso igualitário, justo e independente das tradicionais estruturas hierarquizadas. Ademais, a conduta pragmática-estratégica da RPC como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, atuando em favor de resoluções que beneficiam os seus aliados, contribui para o estabelecimento das alianças políticas e promovem ferramentas de aproximação do país com o continente americano (Shirk, 2007).

⁶²Conceito central na estratégia diplomática e de expansão da RPC, promovido pelo presidente Xi Jinping. Este conceito reflete a visão da RPC de um mundo interconectado e interdependente, onde os países colaboram em prol de objetivos comuns, beneficiando-se mutuamente.

⁶³No original: “Based on the Vienna multilateral platform, China will adhere to its foreign policy objective of maintaining world peace and promoting common development, actively participate in the reform and development of the global governance system, firmly defend the interests of national sovereignty, security and development, actively advocate and practice genuine multilateralism, join hands with all parties to jointly promote the building of a community with a shared future for mankind, and build a new type of international relations with mutual respect, fairness and justice, and win-win cooperation.”.

Os projetos chineses de cooperação comercial e ampliação de infraestrutura na América Latina são de fato favoráveis ao desenvolvimento não só da economia local, mas também na esfera social, tecnológica e de governança, promovendo o desenvolvimento sustentável, o emprego da energia renovável e o fomento tecnológico. As parcerias e acordos comerciais resultam em prosperidade econômica, criando empregos e elevando os índices de desenvolvimento (Berg, 2021). Entretanto, as benesses do crescimento compartilhado trazem consigo obrigações e interdependência que afetam outras áreas de atuação do Estado, perpassando a esfera econômica em um espectro mais amplo de forças. A negligência em observar, limitar ou restringir o avanço destes poderes terminam por desequilibrar a relação justa em prol do ator preponderante, tornando-a assimétrica e, em escala mais ampla, submissa e dependente.

A política de financiamento pouco transparente e os acordos estruturados em cláusulas contratuais duvidosas levantam incertezas acerca do real interesse estratégico chinês (Maestri, 2021). Ao referendar acordos com Estados vulneráveis economicamente ou com pouca saúde político-financeira, ou ao estabelecer multas ou contrapartidas abusivas, a RPC estabelece uma relação em que a inadimplência leva à “diplomacia do endividamento”⁶⁴, facilitando a sua inserção nos mecanismos de governança onde pode moldar políticas e decisões regionais em seu favor (Berg, 2021; Neto, 2024). Distante de uma relação comercial tradicional, onde o retorno financeiro é o escopo principal do esforço investido, as relações com a RPC apoiam-se em uma recompensa maior, a perpetuação do compromisso da dívida em proveito de vantagens políticas.

Ainda que a retórica chinesa de prosperidade do Sul Global seja cativante e, resguardadas as inevitáveis desproporcionalidades, reflita o arquétipo ideal para um progresso justo e equilibrado, a evolução das inteirações no ambiente internacional realista irá avançar, inevitavelmente, em direção a um natural desbalanceamento de poderes. A preservação da autonomia dos Estados dar-se-á enquanto na qualidade de benefício mútuo, apesar de assimétrico, ou engendrará uma nova forma de

⁶⁴ Termo originário do inglês “*debt-trap diplomacy*” para classificar operações financeiras internacionais onde o país credor, deliberadamente, concede crédito excessivo com o intuito de obter concessões econômicas ou favorecimentos políticos do mutuário inadimplente. Como exemplo, o governo queniano, incapaz de sustentar os pagamentos, pediu à RPC a renegociação da dívida da ferrovia Mombasa-Naivasha (Maestri, 2021).

dependência, submetendo-se o Estado ao comprometimento de seus interesses em proveito das predileções chinesas, apesar da oratória de sua propaganda anti-imperialista em culto à autonomia soberana.

A expansão geopolítica chinesa desafia diretamente a hegemonia dos EUA, reconfigurando o equilíbrio de poder global. Ao criar "mundos paralelos", a RPC não apenas avança economicamente exportando bens, serviços e financiando projetos, mas também estabelecendo uma estrutura geopolítica global centrada no mercado chinês. A inclusão de países latino-americanos na BRI simboliza a extensão das ambições geopolíticas Chinesas indo muito além do estreitamento das relações comerciais, podendo ser interpretadas sob duas perspectivas excludentes: a cooperação equilibrada em convergência ao interesse mútuo e desenvolvimento, ou a reestruturação da ordem mundial com o estabelecimento de uma preponderância dominadora chinesa. A realidade inclui elementos que oferecem visões diversas do projeto Chinês, refletindo tanto o esforço genuíno de cooperação e desenvolvimento como a estratégia cuidadosamente implementada para a expansão de sua influência e poder, reproduzindo as relações centro-periferia do sistema mundial.

Por demais relevante no mercado mundial para ser ignorada, a RPC permanecerá atuante na América Latina enquanto o isolamento não for uma possibilidade viável ao desenvolvimento econômico. Sua enorme representatividade torna improvável, senão impossível, a sua segregação em defesa de uma política protecionista de não-submissão. Resta, portanto, aos latino-americanos, observar a complexa natureza da política internacional e as relações econômicas globais, movimentando-se cautelosamente em suas decisões na busca pela maximização dos benefícios, fortalecendo as suas expressões nacionais de poder, enquanto oferecem reduzida vulnerabilidade resguardando a integridade e a soberania do Estado.

4.3 UMA ABORDAGEM COMPARTIMENTADA

A Venezuela e a Guiana são parceiros latino-americanos da RPC cujas interações foram moldadas por interesses econômicos e estratégicos de diferentes origens, bases e fundamentações.

A Venezuela consagrou-se no início do século XXI como uma importante parceira estratégica da RPC, recebendo investimentos de bilhões de dólares na indústria petrolífera e realizando acordos robustos para o financiamento de projetos

de infraestrutura. Os investimentos empreendidos tornaram a RPC o principal credor venezuelano⁶⁵ totalizando US\$ 62 bilhões em 2022, e realizando empréstimos pagos por barris de petróleo (Berg, 2021; United States of America, 2022a). Este modelo de cooperação favorece especialmente a RPC em permanente busca por segurança energética enquanto diversifica os seus fornecedores, reduzindo a sua dependência de regiões geopoliticamente instáveis, como o Oriente Médio. O poder econômico chinês sustentou o governo venezuelano, principalmente a partir de 2019, com o aumento das sanções lideradas pelos EUA. Usando o petróleo como base de negociação, a RPC abriu uma linha alternativa de abastecimento aliviando o estrangulamento econômico venezuelano enquanto implementava uma dependência ao país caribenho, escasso em alternativas para escoar a sua produção. De 2020 a 2021, o valor estimado em petróleo que foi fornecido à RPC pela Venezuela foi de US\$ 3,5 bilhões⁶⁶.

Além dos estreitos laços econômicos, ambos os países compartilham uma visão crítica do que percebem como imperialismo estadunidense, buscando promover uma ordem mundial multipolar. Esta orientação ideológica ganha força na esfera doméstica e projeta-se às relações internacionais, aproximando nações que comungam de uma mesma visão disruptiva ao propagar uma narrativa de resistência à hegemonia ocidental (Berg, 2021; Neto, 2024).

Politicamente, a RPC manteve com a Venezuela a mesma postura de não interferência nos assuntos internos que difunde em sua política externa, apoiando o governo de Nicolás Maduro apesar da significativa pressão internacional e da crise humanitária e social do país (Neto, 2024). Esse movimento demonstrou compromisso com a continuidade das relações bilaterais, investindo à RPC capital político sobre o governo venezuelano e, em um maior espectro, projetando na América Latina credibilidade à sua retórica de independência e aproximação hemisférica, fundamentais para a condução de sua estratégia global. Ao consolidar a sua aliança com a Venezuela, a RPC não apenas assegura seu acesso a recursos estratégicos, mas também assegura seu aliado político caribenho contrabalanceando a influência dos EUA na região (Neto, 2024).

⁶⁵ 44% do financiamento total da RPC na América Latina de 2005 a 2022 foi destinado à Venezuela (Myers; Ray, 2023).

⁶⁶ Fonte: *The Diplomat*. Disponível em: <https://thediplomat.com/2024/06/how-venezuelas-threats-are-restructuring-china-guyana-relations/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

Diferente da Venezuela, onde as questões ideológicas pressupõem uma abertura natural à aproximação chinesa, as relações da Guiana com a RPC estabeleceram-se com um caráter preponderantemente econômico. A visita de uma missão comercial chinesa a Georgetown em 1971, seguida pela visita de uma delegação guianense a Pequim no mesmo ano, marcaram o início das relações diplomáticas entre os dois países.

Comercialmente, apenas a partir da década de 1990 que se observou o crescimento relevante do investimento chinês em infraestrutura e setores tradicionais da economia da Guiana, como a agricultura e a mineração (Belozerov, 2019). Antes mesmo da descoberta de grandes reservas de petróleo na Margem Equatorial em 2015, empresas como o *Bosai Minerals Group*, *China Harbour Engineering Corporation* (CHEC), *China Railway Road* ou o *Beijing Construction Group* já atuavam na Guiana, entretanto foi o potencial do hidrocarboneto que transformou definitivamente o cenário econômico do país, atribuindo-o grande expectativa de crescimento econômico e atraindo ainda mais investimentos, não somente em projetos de exploração e desenvolvimento diretamente relacionados à indústria do petróleo, mas também em todo o suporte necessário para o fluxo e escoamento da produção, além das atividades satélites resultantes do fomento econômico. Empresas chinesas fecharam contratos no valor de US\$ 200 milhões para empreender projetos de modernização de ferrovias e infraestruturas ligadas ao turismo⁶⁷. O governo da Guiana realizou financiamentos com a RPC, no valor de US\$ 192 milhões, para a expansão e revitalização de rodovias⁶⁸. A CHEC se projetou no setor de construção e de mineração, enquanto a empresa Huawei estabeleceu-se capitaneando a área das telecomunicações e vigilância. Esses investimentos foram fundamentais para a exploração eficiente dos novos recursos, aumentando significativamente a receita governamental e criando oportunidades de emprego (Belozerov, 2019).

Como fonte de financiamento, a RPC disponibilizou recursos vultuosos que representaram números expressivos da dívida guianense. No primeiro trimestre de 2022, a RPC representava 17,3% de toda a dívida externa pública e 62,2% de toda a dívida bilateral, com o pagamento do débito com a RPC correspondendo a 39,5% de

⁶⁷ Fonte: *The Diplomat*. Disponível em: <https://thediplomat.com/2024/06/how-venezuelas-threats-are-restructuring-china-guyana-relations/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

⁶⁸ Fonte: *Stabroek News*. Disponível em: <https://www.stabroeknews.com/2022/12/31/news/guyana/guyana-in-loan-deal-with-china-for-major-east-coast-road-boost/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

todo o débito realizado neste período no Banco da Guiana (Myers; Ray, 2023). Ainda, a empresa China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) obteve a concessão de 25% da produção do Bloco Stabroek.

Do ponto de vista estratégico, a presença chinesa na Guiana representa uma mudança significativa no equilíbrio de poder na região. A cooperação militar e os acordos de segurança entre os dois países são indicativos de uma relação que transcendeu o âmbito econômico, englobando também as áreas de segurança nacional e defesa. Apesar da GDF não ser dimensionada para se contrapor às ameaças internacionais, a cooperação militar entre os países pode ser vista como um componente importante de suas relações. A RPC forneceu treinamento militar para oficiais guianenses e cedeu, a título de doação, US\$ 2,6 milhões para serem utilizados em proveito das forças policiais, além de fornecer itens militares, como uma aeronave de transporte Y-12 e 31 veículos (Belozarov, 2019). O investimento em defesa e a cooperação militar mostra a penetração multilateral da RPC e a sua intenção em estabelecer um compromisso de longo prazo entre os países, indo além dos laços econômicos, para uma parceria estratégica mais abrangente e vinculativa.

Ainda que RPC mostre-se disposta a empreender uma aproximação diversificada na Guiana, realizando investimentos em infraestrutura, atuando no campo da Defesa e viabilizando a concessão de empréstimos, o impacto econômico da Guiana para a economia chinesa é pequeno, representando menos de 1% das importações e exportações totais chinesas em 2023⁶⁹. Para a Guiana, a economia chinesa tem maior relevância, representando 12,3% das importações totais da Guiana no mesmo ano⁷⁰. Este valor, entretanto, perfaz menor representatividade quando comparado à influência dos EUA, origem de 30% das importações guianenses em 2023. Os números são ainda mais defasados quando observamos o comércio do petróleo cru exportado pela Guiana em 2022, dos quais 60,02% foram destinados aos EUA enquanto apenas 2,51% tiveram o gigante chinês como destino⁷¹.

Apesar da abordagem pragmática da RPC permitir-lhe navegar complexidades diplomáticas com flexibilidade, ajustando as suas estratégias conforme o necessário

⁶⁹ 0,023% das exportações totais da RPC foram para a Guiana e 0,013% das importações totais da RPC vieram da Guiana. Fonte: *TradeMap*. Disponível em: <https://www.trademap.org/Index.aspx>. Acesso em: 27 jun. 2024.

⁷⁰ A RPC absorveu 0,37% das exportações totais da Guiana em 2023. Fonte: *TradeMap*. Disponível em: <https://www.trademap.org/Index.aspx>. Acesso em: 27 jun. 2024.

⁷¹ Fonte: *TradeMap*. Disponível em: <https://www.trademap.org/Index.aspx>. Acesso em: 27 jun. 2024.

para proteger os seus interesses, a crise na região do Essequibo exigiu da RPC um posicionamento acerca dos dois países americanos. A Venezuela, consagrada parceira e centro de gravidade geopolítico essencial para a manutenção do esforço chinês na região do Caribe, em oposição à Guiana, emergindo com o seu enorme potencial comercial aberto ao capital chinês, promissora fonte de recursos energéticos e cujas relações com a RPC revestem-se de singular importância por oferecer espaço para a estratégia chinesa para a América Latina. A saída diplomática foi assumir uma postura de neutralidade perante a escalada da crise, apostolando a pacificação e entendimento entre as partes, conforme divulgado pelo porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da RPC, Sr Wang Wenbin:

A Venezuela e a Guiana são boas amigas da RPC. A RPC sempre respeita a soberania e a integridade territorial de todos os países. A RPC sempre apoia os dois países na resolução adequada da questão da demarcação das suas fronteiras por meio de consultas amigáveis (Wenbin, 2023, s/p, tradução nossa)⁷².

A escalada da crise em direção a um conflito armado resultaria na obrigatoriedade da RPC em manter a sua neutralidade ou a declarar apoio a uma das partes beligerantes. No primeiro caso, estaria cedendo espaço para uma livre intervenção estadunidense, abstendo-se de exercer a sua influência em uma região de grande valor geopolítico e gerando um hiato de poder que oferece fôlego aos EUA para reestabelecer sua força hegemônica na região. Da mesma forma, ao se orientar a favor da Venezuela, renunciaria aos avanços políticos e econômicos já estabelecidos com a Guiana, retroagindo em sua estratégia expansionista na América Latina e colidindo diretamente com as potências ocidentais, declaradamente favoráveis à causa guianense. Abandonar a Venezuela em favor da Guiana seria uma saída custosa estrategicamente, negligenciando seu mais forte ponto para penetração na América, e minando a sua credibilidade perante os demais países do Sul Global ao desamparar o seu parceiro sul-americano.

⁷² No original: "Venezuela and Guyana are both China's good friends. China always respects the sovereignty and territorial integrity of all countries. China always supports the two countries in properly settling the issue of demarcation of their boundary through friendly consultation."

4.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

A ascensão econômica chinesa demandou severas mudanças em suas estratégias de relacionamentos com o ambiente internacional, alternando alianças e políticas econômicas até se firmar como potência influente. A abertura de seu mercado e a sua integração ao sistema econômico global foram fundamentais para o seu crescimento, apoiado pelo engajamento diplomático em projetos que visavam transformar o desgastado estereótipo chinês propagando valores que abrissem espaço para a aceitação internacional de suas iniciativas e programas.

A continuidade do avanço da RPC ao *status* de potência dar-se-ia por meio de uma complexa estratégia integrando diversas expressões de poder, porém preponderante na projeção econômica, fundamentada na força do seu mercado e no amplo financiamento de projetos internacionais. Na América Latina, as ações foram complementadas pela diplomacia integrativa, inserção cultural e construção de alianças, sustentadas em sua base pelo poder militar assegurando os avanços econômicos e diplomáticos, sem, contudo, ser ostensivamente utilizado como ferramenta coercitiva de expansão.

O relativo afastamento do emprego militar de suas pautas diplomáticas evita o enfrentamento direto em uma região ainda sob grande influência dos EUA, e distante dos espaços críticos onde há maiores questões territoriais acerca de sua soberania, como ocorre no Mar do Sul da China ou em Taiwan. Assim, a RPC busca reduzir a resistência à sua inserção enquanto reformula a ordem regional em seu favor, estabelecendo uma presença crescente em desafio à hegemonia ocidental, até tornar-se dominante, suplantando o sistema vigente sem recorrer ao uso da força.

As relações políticas e econômicas da RPC com a Venezuela e com a Guiana são marcadas por investimentos estratégicos e cuidadosa diplomacia, inseridos no contexto de expansão global. A Venezuela, consagrada aliada da RPC, oferta uma postura governamental ostensivamente contrária ao unilateralismo perpetrado pelos EUA e em total sincronia com os fundamentos da Grande Estratégia⁷³ chinesa. Seu afastamento das políticas ocidentais tornou-a um centro de gravidade do oriente na América do Sul, oferecendo uma ponte para a penetração e propagação de novas estruturas de poder. Economicamente, sua vasta reserva de petróleo tornou-se uma

⁷³ Termo referenciado à mobilização abrangente de esforços e meios, alinhando objetivos de longo prazo para alcançar os interesses nacionais (Silove, 2017).

importante alternativa ao mercado chinês, diversificando o acesso ao hidrocarboneto enquanto oferece garantia à execução de transações comerciais.

A Guiana também se reveste de importância geopolítica para a RPC, porém posiciona-se menos próxima politicamente e em uma relação econômica mais equilibrada do que a sua vizinha bolivariana, dependente do Yuan e imersa em dívidas. Oferecendo pouco impacto prático para a economia chinesa, a sua relevância reside mais no potencial econômico a ser explorado e na sua localização estratégica ao norte da América do Sul, onde o mediterrâneo americano fragiliza a autoridade estadunidense. Ainda, o acesso da RPC à Guiana integra a sua estratégia geopolítica de expansão e influência global, com a realização de significativos investimentos aplicados principalmente na infraestrutura crítica do petróleo, portos, estradas e energia. O avanço chinês torna a Guiana mais um ponto de apoio para contrabalançar a influência dos EUA na região, fortalecendo sua presença diplomática e expandindo a sua rede de aliados.

Mantendo uma postura oficial de neutralidade com relação ao Essequibo, a RPC manteve seu apoio à Venezuela perante a comunidade internacional enquanto dava continuidade aos seus investimentos no desenvolvimento e exploração dos recursos naturais da Guiana, incluindo na região contestada, equilibrando os seus interesses econômicos com as suas alianças políticas. Desta forma, a RPC prosseguia projetando a sua influência na América Latina por meio de uma presença econômica robusta e uma diplomacia hábil, evitando ações que a fizessem retroceder em sua estratégia econômica para o continente americano enquanto evitava o embate direto com o rival americano.

Mesmo que haja interesses velados em uma escalada da crise, o êxito chinês permanece na ação diplomática sinalizando em direção a uma solução pacífica, isentando-se da responsabilidade por um conflito na região ou colhendo os frutos de uma estabilização, regressão ou mesmo solução da crise, reforçando a sua posição como potência pacífica e influente na América do Sul.

Ao realizarmos a posição das grandes potências mundiais frente à crise na região do Essequibo, sob o ponto de vista econômico, político e militar, e a sua interação com os principais atores envolvidos, observaremos a seguir a correlação de seus efeitos inserindo o Brasil na dinâmica de relações de poder, atuando como liderança regional, com o propósito de desvelar oportunidades e desafios à política externa nacional.

5 BRASIL: UM OLHAR GEOPOLÍTICO

O estabelecimento do Brasil colônia consolidou a posição periférica brasileira no sistema econômico internacional. Após a independência em 1822, o país continuou intimamente vinculado à exportação de produtos primários e à importação de manufaturados, ocupando o espaço que lhe pertencia dentro do sistema econômico regido pelos Estados centrais (Guimarães, 1999). No início do século XX, o Brasil iniciou seu processo de industrialização, intensificada durante a era Vargas (1930-1945) com políticas de substituição de importações com o mote de alterar o seu *status* acessório, em direção a uma posição mais central na geopolítica mundial (Guimarães, 1999). À época, os projetos implementados não foram suficientes para mudar significativamente a posição periférica do Brasil no contexto mundial, entretanto alavancaram o país frente os seus pares latino-americanos, tornando-o a economia sul-americana com maior participação da indústria, maior diversificação setorial e com a maior produção de manufaturados (Guimarães, 1999; Sorj; Fausto, 2013).

A necessidade de promover a sua industrialização gerou fôlego ao Brasil para buscar uma maior autoafirmação regional, desvencilhando-se das estruturas econômicas restritivas historicamente vinculadas e assumindo uma posição de liderança. Apesar disso, o paradoxo entre a segurança e a vulnerabilidade fizeram o Brasil oscilar recorrentemente, durante o século XX, entre o alinhamento com os EUA e as tentativas em se estabelecer uma política externa independente, refletindo a complexidade da posição do Brasil no cenário internacional (Guimarães, 1999).

O período hegemônico isolou os EUA como operadores da ordem mundial enquanto a globalização econômica consagrava a América Latina como fornecedora de *commodities* agrícolas, minerais e energéticas. A promoção de políticas neoliberais às economias latino-americanas afetou profundamente a dinâmica da região, exacerbada por problemas sociais e pela dependência de mercados externos (Haffner, 2002). A despolarização mundial e a imposição de um novo ordenamento neoliberal distanciaram a agenda política dos EUA de seus vizinhos continentais, levando consigo parte significativa do poder de negociação ofertado indiretamente a estes países (Boersner, 1996).

O relativo abandono geopolítico obrigou os países americanos a buscarem novos caminhos para o seu fortalecimento econômico e político, abrindo espaço para as lideranças regionais atuarem em benefício de seus objetivos. Ao início do século

XXI, a América do Sul movimentava-se novamente em direção a uma integração regional, com o Brasil liderando iniciativas como a UNASUL e fortalecendo relações com países como Venezuela e Argentina (Boersner, 1996). Neste contexto, com os EUA menos intruso em políticas domésticas, a oportunidade de atuação de lideranças regionais viu-se ameaçada pela chegada de novos atores extrarregionais, destacando-se a RPC, ávida por garantir um fornecimento regular de *commodities* para sua imensa estrutura econômica (Sorj; Fausto, 2013).

O complexo ambiente internacional regional, em crescente alteração de sua estrutura de relacionamentos, entregou ao Brasil o desafio de adequar os seus esforços apropriadamente para projetar-se ante os demais Estados sul-americanos. No âmbito das relações internacionais, a liderança é traduzida como a capacidade de um Estado exercer influência predominante sobre outros, moldando comportamentos, políticas e dinâmicas, em uma anuência equilibrada pelas contrapartidas oferecidas, sintetizadas pela ótica realista à estabilidade, proteção e segurança. Ainda nesse contexto, a liderança fundamenta-se nas expressões de poder do Estado, como a sua dimensão econômica, capacidade militar e influência psicossocial, e na sua aptidão em aplicá-las efetivamente no ambiente internacional.

A seguir, exploraremos a posição do Brasil como liderança regional na América do Sul, abordando fatores históricos, econômicos e políticos que o qualificam a esta posição, os benefícios geopolíticos do efetivo exercício desta liderança e a importância estratégica, com foco na região do Essequibo e dos atores envolvidos na disputa, para a política externa brasileira.

5.1 O BRASIL COMO LIDERANÇA REGIONAL

O Brasil, apesar de não integrar o núcleo do sistema econômico mundial, posiciona-se próximo a este e objetiva empreender maior relevância dentro de sua esfera de influência, elevando-se em importância para uma orientação mais central de poder no ambiente internacional. No contexto latino-americano, projetar-se aos seus vizinhos continentais está intimamente relacionado à coesão regional, cooperação, autonomia, diversificação e fortalecimento (Sorj; Fausto, 2013).

Mercados mais amplos e dinâmicos conectados por uma rede de infraestrutura de transporte compartilhada, atrelados a políticas fiscais cooperativas, facilitariam o

acesso aos mercados e recursos de toda a região, proporcionando vantagens econômicas regionais significativas e fomentando o crescimento industrial e comercial dos países envolvidos. Ao impulsionar a indústria, possibilita-se o crescimento comum da produção de manufaturados e de produtos com maior valor agregado, reduzindo a dependência de importações e promovendo o desenvolvimento econômico e tecnológico (Guimarães, 1999).

Politicamente, a integração fortalece a posição coletiva latino-americana no cenário global, imprime forças contrárias às desestabilizações ou crises e viabilizam o estabelecimento de políticas sociais comuns que promovam a educação, saúde e bem-estar, essenciais para combater desigualdades internas e dar continuidade ao crescimento. Uma América Latina politicamente estável e cooperativa, coesa em seus vínculos regionais e cooperando em suas fronteiras e agências torna-se também mais segura, dissuadindo ameaças extrarregionais e transnacionais.

Maior país da América do Sul com uma área continental de 8,5 milhões de km², o Brasil possui posição geográfica central ao subcontinente, dividindo mais de 15.000 km de fronteiras terrestres com 10 dos 12 países sul-americanos. Sua extensa área marítima, ou “Amazônia Azul”, rica em recursos naturais e biodiversidade, equivale a 5,7 milhões de km², ou 67% da área de seu território terrestre, oferecendo um litoral com mais de 7.300 km de extensão. Igualmente rica, 60% da Floresta Amazônica encontra-se em seu território, oferecendo a maior bacia hidrográfica do planeta e seu singular bioma. Além das dimensões continentais, o Brasil destaca-se na América Latina em termos de população e PIB⁷⁴, participando no comércio mundial como um dos maiores exportadores de produtos agrícolas, como soja, café e carne bovina, além de possuir vastas reservas de petróleo e gás natural, hidrovias navegáveis, água doce e valorosa biodiversidade. Além disso, como herança da era da substituição de importações, permanecem vigentes no Brasil os instrumentos políticos, mecanismos legais e, mais importante, a mentalidade dirigida às políticas industriais, essenciais para o fomento do desenvolvimento atuando em paralelo à produção e exportação dos produtos primários (Sorj; Fausto, 2013).

⁷⁴O PIB do Brasil foi o maior da América Latina em 2023, totalizando aproximadamente US\$ 2,17 trilhões, a frente do México com US\$ 1,79 trilhão e mais de três vezes o PIB da Argentina, terceira colocada, com um PIB no valor de US\$ 645,51 bilhões. Fonte: Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/profile>. Acesso em: 12 nov. 2024.

As dimensões territoriais muito superiores às de seus vizinhos, seu enorme potencial de riquezas e a sua capacidade de mobilizar recursos inferem ao Brasil preponderância dentro do cenário geopolítico da América Latina. A liderança regional, entretanto, não se limita aos predicados geográficos e à capacidade econômica, sendo imprescindível outras percepções externas que predisponham identidade, transmitam confiança e correlacionem interesses. Elementos como a estabilidade política, a segurança institucional e a afinidade cultural são igualmente imprescindíveis para consolidar essa liderança.

A incompatibilidade de objetivos e as estratégias econômicas divergentes na América Latina desfavoreceram a atuação do Brasil no início do século XXI. Países sul-americanos com políticas econômicas liberais e favoráveis à ampla abertura, como o Peru e o Chile, demonstraram pouca aderência aos modelos econômicos mais protecionistas propostos pelos brasileiros. Antagonicamente, países com o viés econômico estatizante-nacionalista, como a Venezuela e outros países andinos, empreenderam uma política avessa à globalização liberal, observando o Brasil como mais um ator participante do sistema econômico internacional por eles confrontado (Sorj; Fausto, 2013).

As dificuldades em sanar suas próprias demandas internas e a complexidade do sistema político desfavorecem as iniciativas brasileiras na região. Mais importante, a sua indisposição, comum aos países latinos, em ceder espaços de negociação que beneficiem a contraparte, oferecendo certa exposição ou renunciando a vantagens em busca de um acordo equilibrado, tornou-se o principal fator de dispersão, inviabilizando a concretização de ações ou esvaziando os projetos em proveito da aproximação (Sorj; Fausto, 2013).

Igualmente fundamental à necessidade de aprimorar a governança e as políticas domésticas, angariando confiança internacional, é a execução de uma diplomacia integrativa efetiva. Para isso, é essencial empreender uma comunicação estratégica que promova uma maior mentalidade de coesão regional, despertando nos Estados americanos a consciência das crescentes e irreversíveis interconexões e correlacionando-os com os principais atores políticos e econômicos da região.

No campo da Defesa, a década de 2000 refletiu uma tentativa brasileira de atuação no contexto sul-americano propondo uma agenda regional mais pretensiosa, oportunamente colocada em um momento em que os EUA esvaziavam sua presença nas questões políticas regionais e redefiniam as suas prioridades no campo da

segurança, reorientando seus esforços ao combate ao terrorismo e aos crimes transnacionais. Apesar da pressão estadunidense, a recusa da maioria dos governos americanos em transformar as suas Forças Armadas em entidades policiais resultou na reafirmação do caráter militar destas instituições e no impulso em favor da construção de uma identidade estratégica sul-americana, extensiva ao plano da Defesa (Vaz, 2013). Desta forma, o Brasil protagonizou o estabelecimento de uma estrutura institucional sul-americana voltada à Defesa buscando construir espaços para a sua condução. A realização, no Rio de Janeiro, do primeiro encontro de Ministros de Defesa da América do Sul (2003) e a criação do CDS (2008), retratam o esforço nacional em projetar a sua estratégia de Defesa ao campo diplomático, enquanto na esfera doméstica estabelecia marcos e objetivos orientados aos preceitos empreendidos por sua política externa, revisando a sua Política de Defesa Nacional (2005)⁷⁵, editando a sua Estratégia Nacional de Defesa (2008) e consolidando o recém criado Ministério da Defesa (1999) (Vaz, 2013). Apesar disto, crises de governabilidade configuravam um quadro geopolítico de desagregação regional, e a maior atenção às questões de Defesa não refletiam nenhum sentido de uniformidade no subcontinente nem convergiam a interesses políticos imediatos.

Nos anos subsequentes, as iniciativas de uma cooperação sul-americana na área de Defesa foram discretas e com pouco impacto real, com o CDS e a UNASUL enfrentando um estado de paralisia devido à desafios políticos e estruturais. No entanto, o Tratado Constitutivo da UNASUL permaneceu em vigor, dependendo de vontade política para que a organização e seus conselhos, incluindo o CDS, pudessem ser revitalizados. Ao Brasil, em sua posição de liderança, restou a obrigação de articular politicamente em busca de um consenso que reafirmasse o compromisso dos países membros para enfrentar as questões de segurança regional de forma conjunta e coordenada, em que pese a disparidade das orientações governamentais no campo da Defesa.

Internacionalmente, o caráter protagonista do Brasil e a sua percepção como agente catalisador das iniciativas neste campo infere uma correlação entre a ação regional e a projeção global do país. De fato, ao fortalecer a cooperação em Defesa

⁷⁵ Política de Defesa Nacional - PDN, inicialmente aprovada em 1996, foi a primeira iniciativa brasileira para orientar os esforços da sociedade no sentido de reunir capacidades em nível nacional direcionadas ao desenvolvimento de condições para garantir a soberania do País, sua integridade e a consecução dos objetivos nacionais (Brasil, 2024a, p.7).

na América do Sul junto à promoção da autoproteção autônoma da região, o Brasil estaria projetando-se geopoliticamente e agregando mais um fator de força à já assimétrica balança populacional, territorial e econômica com os demais países da América Latina (Sorj; Fausto, 2013). Este distanciamento exige uma intervenção diplomática ativa em reforço à identidade regional, fortalecendo a postura brasileira de não agressão em respeito à soberania e autonomia dos Estados. Deslocando-se do campo da oratória, esta premissa foi reforçada pelos preceitos expressos logo nas primeiras linhas do campo introdutório da Estratégia Nacional de Defesa:

O Brasil rege suas relações internacionais, entre outros fundamentos, pelos princípios constitucionais da não intervenção, da defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos. Essa vocação para a convivência harmônica com outros países é parte da identidade nacional e constitui valor ser conservado pelo povo brasileiro (Brasil, 2024a, p.31).

Embora nas últimas décadas do século XX e início do século XXI o Brasil tenha feito progressos significativos na sua industrialização, o país continuou enfrentando desafios estruturais e conjunturais para reafirmar a sua posição de liderança na América do Sul. Implementar políticas internas que resultassem em uma governança mais eficiente e responsável atrairia a credibilidade institucional, ao passo que uma postura diplomática cooperativa e assertiva concorreria para a persuasão regional em benefício do propósito coletivo (Guimarães, 1999).

Ao reforçar o seu papel de liderança, promovendo a integração econômica, política e aproximando os países vizinhos em metas e objetivos, o Brasil captura capital político no ambiente internacional e reforça as suas bases de poder, garantindo os instrumentos estratégicos necessários para a manutenção da sua soberania e integridade. Economicamente, o Brasil pode servir como propulsor do crescimento para toda a região, promovendo o comércio intrarregional e atraindo investimentos estrangeiros (Haffner, 2002), enquanto orienta a diplomacia estabilizando crises e promovendo a cooperação regional em áreas como segurança, meio ambiente e desenvolvimento sustentável (Sorj; Fausto, 2013).

Em um cenário global complexo e interdependente, a pretensão do Brasil em projetar a sua liderança obriga-o a interceder diplomaticamente em casos de disputas ou tensões. A omissão de sua autoridade resulta em despreço e difusão, afastando ainda mais o já fragmentado continente. O caso da disputa pelo Essequibo exemplifica a importância da atuação brasileira, agravada pelo compartilhamento de fronteiras

com os países contestantes. A capacidade do Brasil de interceder na crise, observando os desafios e buscando oportunidades que convirjam à estabilização, reforçariam a sua posição como ator chave na arena geopolítica sul-americana. Faz-se necessária, portanto, a observação específica das relações do Brasil com os países envolvidos, no ponto de vista político e militar, evidenciando o papel do Brasil na mediação e resolução deste embate.

5.2 O BRASIL E O ESSEQUIBO

Do ponto de vista geopolítico, o Planalto da Guianas é o elo que conecta o Brasil à região do Caribe. Atuar nesta região, seja no campo político, diplomático ou econômico, projeta o Brasil ao eixo norte do oceano Atlântico, canal do Panamá e reforça a proteção da grande floresta amazônica. A colaboração em segurança e defesa com os países caribenhos robustece o combate aos crimes transfronteiriços, como o tráfico de drogas e a mineração ilegal, além de reforçar o controle das fronteiras marítimas do Brasil, a proteção das infraestruturas críticas e dos recursos vivos e não vivos da sua Zona Econômica Exclusiva. Além disso, a cooperação caribenha é fundamental para a projeção do Brasil em fóruns regionais como o CARICOM e a CELAC, permitindo-o atuar nas políticas e decisões que afetam todo o continente e ampliar a sua área de influência.

Diplomaticamente, o Brasil apoiou iniciativas de desenvolvimento sustentável no Caribe por meio de projetos para a agricultura, segurança alimentar e implementação de energias renováveis, além de oferecer cooperação técnica em áreas como educação, saúde e tecnologia (Brasil, 2024b). De fato, o esforço diplomático deve apontar em direção aos objetivos nacionais, neste caso, aumentando a atuação do Brasil na região do Caribe, conforme proferido pelo Presidente da República Federativa do Brasil por ocasião do encerramento da 46ª Conferência da Comunidade Caribenha, em Georgetown:

Uma das rotas de integração e desenvolvimento prioritárias para o meu governo é a do “escudo guianense”, que abrange a Guiana, o Suriname e a Venezuela. Queremos literalmente pavimentar nosso caminho para o Caribe. [...] Por isso, quero convidá-los para juntos expandirmos a nossa visão e conquistar um lugar melhor no mundo. A CARICOM é parceiro fundamental do Brasil e parte indispensável da CELAC, sem a qual o projeto de integração regional permanecerá inacabado (Silva, 2024, s/p).

Entretanto, apesar da atuação diplomática e da importância estratégica da região, até a segunda década do século XXI as ações efetivas do Brasil visando a integração regional com o Planalto das Guianas foram modestas, quando comparadas às direcionadas a outras regiões de interesse, como o Cone-Sul.

Em 2009, o Exército brasileiro concluiu a ponte sobre o Rio Takutu, ligando a Guiana ao estado de Roraima. Em 2017, o Brasil e a Guiana assinaram um acordo de cooperação técnica para a construção da estrada de Linden a Lethem, facilitando o transporte de produtos agrícolas e minerais entre os países. Apesar do potencial econômico advindo dos recursos do petróleo impulsionarem a Guiana, as relações comerciais com o país até o final de 2023 não expressavam grande representatividade à economia brasileira⁷⁶. Da mesma forma, a parcela de contribuição do Brasil à economia da Guiana, em termos de produtos comercializados em 2023, fora de apenas 0,67% do total das exportações da Guiana e 3,9% do total das suas importações⁷⁷. Aos olhos do Brasil, desde a sua independência, a Guiana constituiu-se como um ator mais valoroso por seu posicionamento estratégico do que pelo seu potencial econômico, e assim permaneceu até o agravamento da crise pela região do Essequibo em 2023.

As relações políticas do Brasil com a Venezuela datam de meados do século XIX e foram historicamente marcadas por períodos de cooperação e distanciamento, muito por causa da competitividade de ambos os países pela liderança regional. Politicamente, houve uma aproximação no início do século XXI baseada em uma agenda comum de integração sul-americana e desenvolvimento social, refletida na cooperação em fóruns regionais como a UNASUL e o MERCOSUL (Sorj; Fausto, 2013). Em 2012, a Venezuela destacava-se dentre os países que mais recebiam exportações brasileiras de serviços ou produtos com maior valor agregado, resultado de um expressivo aumento de intercâmbios comerciais que chegaram a totalizar US\$ 6 bilhões, com um superávit de US\$ 4 bilhões para o Brasil (Brasil, 2023). Entretanto, a crise política e econômica na Venezuela obrigou o Brasil a adotar uma postura mais

⁷⁶ Em 2023, a Guiana representou 0,41% das importações e menos de 0,1% das exportações de produtos brasileiros, ocupando a 39ª posição dentre os países exportadores de produtos para o Brasil e a 72ª posição dentre os países importadores de produtos brasileiros (em US\$ comercializados). Em 2015, a Guiana não se posicionava dentre os 100 maiores parceiros comerciais do Brasil. Fonte: *TradeMap*. Disponível em: <https://www.trademap.org/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

⁷⁷ Porcentagem baseada no total comercializado em US\$. Fonte: *TradeMap*. Disponível em: <https://www.trademap.org/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

crítica em relação ao seu regime de governo, especialmente no tocante às questões afetas aos direitos humanos e à democracia, enfraquecendo a relação entre os países a partir de meados da década de 2010. A interação comercial reduziu-se em quase 92% entre os anos de 2013 e 2019, caindo para US\$ 501 milhões (Brasil, 2023). Em 2020, a embaixada brasileira em Caracas foi fechada, sendo reaberta apenas em janeiro de 2023. No ano de 2022, em parte devido ao relaxamento das sanções empreendidas ao governo venezuelano, houve uma retomada nas relações comerciais entre os dois países, atingindo US\$ 1,69 bilhão no ano (Brasil, 2023).

A participação da Venezuela na economia brasileira é refletida em números modestos, recebendo 0,34% do total dos produtos comercializados exportados pelo Brasil em 2023, e fornecendo apenas 0,17% de suas importações⁷⁸. No mesmo ano, o Brasil apresentou maior relevância à economia do país vizinho, absorvendo 5,55% do total exportado pela Venezuela e fornecendo 10,21% de todos os produtos importados pelo país. Historicamente, a balança comercial entre os países tende favoravelmente ao Brasil que, em 2008, chegou a alcançar um superávit no valor de US\$ 4,5 bilhões, oscilando entre US\$ 3,9 bilhões e US\$ 2,3 bilhões nos anos seguintes, até 2016, quando a crise e as sanções internacionais derrubaram o fluxo comercial, resultando em quedas sucessivas do superávit brasileiro e atingindo o valor de US\$ 740 milhões em 2023⁷⁹.

A infraestrutura de transporte e comunicação de vias terrestres para o acesso à Venezuela ocorre principalmente pelo eixo rodoviário que liga as cidades de Boa Vista-RR a Caracas, alongando-se ao sul até a cidade de Manaus-AM. Os países estabeleceram, a partir do início da década de 2000, uma série de iniciativas integrativas destacando-se a área da gestão de crise de abastecimento, onde a Venezuela chegou a fornecer quase 90% da energia elétrica utilizada por Roraima (Brasil, 2011). O fornecimento de energia foi suspenso em 2019 e reativado em 2023, permanecendo neste período dependente da operação de termelétricas para suprir a necessidade energética do estado de Roraima⁸⁰.

⁷⁸ 47º lugar dentre os países importadores de produtos brasileiros e 57º lugar dentre os países exportadores de produtos para o Brasil (em US\$ comercializados). Fonte: *TradeMap*. Disponível em: <https://www.trademap.org/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

⁷⁹ Fonte: *TradeMap*. Disponível em: <https://www.trademap.org/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

⁸⁰ Até o dezembro de 2023, o estado de Roraima permanecia como o único da federação fora do Sistema Interligado Nacional. Fonte: Ministério de Minas e Energia. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2023/importacao-de-energia-eletrica-da-venezuela-e-enquadrada-na-sub-rogacao-dos-beneficios-da-ccc>. Acesso em: 15 nov. 2024.

Tanto a Guiana quanto a Venezuela compartilham com o Brasil aspectos geográficos determinantes ao afastamento entre os países. O planalto das Guianas, orientando a ocupação da faixa litorânea e esvaziando as regiões fronteiriças, de costas à hostilidade da floresta amazônica com sua vegetação pouco receptiva à construção de infraestruturas de conexão e sugerindo padrões de povoamento mais próximos aos veios mais navegáveis ao sul. As grandes distâncias dos polos industriais e, principalmente, o eixo opositor do escoamento da economia dificultaram a integração, principalmente entre o Brasil e a Venezuela, resultante da dinâmica ocupacional onde o Brasil concentrou a sua produção na região centro-sul com saída para o Atlântico, enquanto a Venezuela direcionou o seu petróleo para a costa caribenha. A falta de complementaridade econômica inibiu a aproximação das áreas fronteiriças, isoladas pelas características geográficas e paralisadas frente à insignificância de seus vizinhos.

Para o Brasil, as questões envolvendo a região do Essequibo vão além da necessidade de fortalecer a sua atuação como líder regional. A proximidade de ambos os países, dividindo fronteiras entre si e com o Brasil, reforça o interesse nacional em conduzir articulações que orientem ao desembaraço da crise. A possibilidade da violação do seu território, resultante de movimentações militares dos Estados beligerantes, além da instabilidade causada por migrações, aumento dos delitos transfronteiriços, insegurança alimentar ou energética, impulsionam o Brasil a posicionar-se em prol de sua soberania e da integridade de seus nacionais.

A seguir abordaremos de forma mais particular as questões diretamente relacionadas à segurança nacional, em uma observação pontual restrita às ameaças diretas à integridade do Estado brasileiro e aos desafios advindos com a crise.

5.2.1 A Defesa Nacional e a Soberania

O estado de Roraima, lindeiro à região do Essequibo, possui particularidades específicas observadas como potenciais vulnerabilidades à coesão nacional. Dentre os estados brasileiros, é o menos populoso⁸¹ e possui a segunda menor densidade

⁸¹ 636.707 mil habitantes. Fonte: IBGE. Censo 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/pa-norama/mapas.html?localidade=&recorte=N3>. Acesso em: 07 jul. 2024.

demográfica⁸². Constitui o estado com o maior percentual de indígenas dentre a população⁸³, com quase a metade da sua área composta por terras indígenas oficialmente demarcadas⁸⁴, em grande parte na fronteira com a Venezuela e com a própria região do Essequibo. O estado é rico em minério e ouro, e possui um longo histórico de garimpo ilegal associado a crimes transnacionais, além de embates recorrentes entre garimpeiros e indígenas. Em 2021, o estado de Roraima ocupou a 20ª colocação nacional em Índice de Desenvolvimento Humano⁸⁵ e, no tocante à governança e gestão, atingiu a 25ª posição em 2023⁸⁶.

A infraestrutura de energia e transporte, em todos os modais, obedecem às restrições impostas pelo bioma amazônico e pela complexa fisiografia da região. A malha rodoviária é pouco extensa e possui escassas conexões ligando os municípios à capital do estado ou a Manaus, oferecendo acesso a partir de Boa Vista à Venezuela por Pacaraima (BR-174) e à Guiana por Bonfim (BR-401). A rede hidroviária é composta por rios, em sua maioria, autóctones, sendo a hidrovia do Rio Branco, afluente do rio Negro, o acesso à Boa Vista⁸⁷. Esta hidrovia é submetida a grandes restrições de navegabilidade devido às suas corredeiras. O fornecimento de energia é baseado em termelétricas em uma rede local de interligação, até 2023 isoladas do restante do Brasil.

Sob a ótica da Defesa, a infraestrutura de transporte e energia impactam diretamente na efetividade do deslocamento de tropas e meios, tanto na manobra quanto no indispensável suporte ao combate, levados à prova em dezembro de 2023,

⁸² 2,85 hab/km², atrás apenas do estado do Amazonas (2,53 hab/Km²). Fonte: IBGE. Censo 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=&recorte=N3>. Acesso em: 07 jul. 2024.

⁸³ 15,34% da população. Fonte: IBGE. Censo 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=&recorte=N3>. Acesso em: 07 jul. 2024.

⁸⁴ 46,3% da área total de Roraima é demarcada como território indígena. Fonte: Secretaria de Planejamento e Orçamento de Roraima. Disponível em: <https://seplan.rr.gov.br/anuario-de-roraima/>. Acesso em: 08 jul. 2024.

⁸⁵ Dentre as 27 unidades federativas do Brasil. Fonte: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>. Acesso em: 07 jul. 2024.

⁸⁶ Dentre as 27 unidades federativas do Brasil. Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados. Disponível em: <https://rankingdecompetitividade.org.br/estados>. Acesso em: 09 jul. 2024.

⁸⁷ Entre maio e agosto (águas altas), o rio é navegável por pequenas embarcações da sua foz no Rio Negro até Boa Vista (551 km). Em período de águas baixas, o rio torna-se navegável apenas até Santa Maria do Boiaçú (115 km). Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0562.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

quando o Exército Brasileiro deslocou blindados oriundos da região sul em reforço ao efetivo militar de Roraima devido à intensificação da crise no Essequibo⁸⁸.

As particularidades da região empreendem à Defesa do Brasil desafios logísticos e operacionais para se contrapor às ameaças a sua integridade territorial e, em um espectro mais amplo, para dissuadir qualquer pretensão estrangeira em utilizar-se dos recursos nacionais em benefício de uma campanha militar. A vegetação da região noroeste da Guiana, fronteira com a Venezuela, é predominantemente formada por mata densa e florestas desfavoráveis à movimentação de viaturas ou tropas, impondo grande resistência à progressão de forças terrestres e dificultando a continuidade do esforço logístico necessário à manutenção do combate. Apesar disso, a penetração ao território da Guiana poderia ser facilitada pelo rio Cuyuni, afluente navegável do rio Essequibo, por meio do qual poder-se-ia empreender uma operação ribeirinha a partir da base da ilha de Anacoco. O acesso via Roraima dependeria da aquiescência do Brasil ou da violação da sua soberania, entretanto ofereceria estradas asfaltadas em campos gerais ou lavrados até a cidade de Lethen, a partir de onde a interiorização usufruiria de alguma infraestrutura de transporte e apoio à campanha militar.

Em termos de possibilidades, a faixa litorânea caribenha proporciona à Venezuela conexão das fronteiras marítimas e espaço adjacente para uma ação preponderantemente naval, projetando poder sobre terra por meio de uma operação anfíbia. Ainda, poderia atuar restrita à própria área marítima, desgastando infraestruturas associadas à produção e extração de petróleo e gás, negando o uso de áreas de interesse ou buscando interditar linhas de comunicação marítimas, essenciais para a economia e segurança da Guiana. O mar também oferece à Venezuela a alternativa de evitar o embate direto, recusando a submeter-se às regras e responsabilidades impostas pelos tradicionais enfrentamentos estatais, talvez custosos demais à sua balança geopolítica, mas servindo de campo de atuação para outros processos não ortodoxos do uso da força, como a sabotagem ou terrorismo, visando explorar as vulnerabilidades do espaço em direção ao enfraquecimento da determinação política.

⁸⁸ 16 veículos blindados foram deslocados de Cascavel -PR a Boa Vista-RR, perfazendo 4.826 km em quase 30 dias de viagem. Fonte: Exército Brasileiro. Disponível em: <https://15bdainfmec.eb.mil.br/ultimas-noticias/672-15-brigada-de-infantaria-mecanizada-participa-de-exercicio-de-prontidao-logistica-operacao-roraima>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Apesar de não possuir fronteiras marítimas com nenhum dos dois países, o Brasil compartilha com eles a Margem Equatorial Sul-Americana, seccionada em responsabilidades e em soberania pelas respectivas águas jurisdicionais⁸⁹, todas com enorme potencial energético e, em última análise, matriz relevante para a degradação das relações entre a Venezuela e a Guiana após a exploração de petróleo em sua plataforma continental. Entender a importância dessa região, suas potencialidades, características e as pretensões nacionais com relação a este espaço geopolítico torna-se essencial para a compreensão da dinâmica de relacionamentos com os nossos vizinhos caribenhos.

5.2.2 A Margem Equatorial Sul-americana

A Margem Equatorial Sul-Americana é a margem continental oceânica localizada ao longo da costa, projetada em alcance pela Zona Econômica Exclusiva pertencente aos seus respectivos países, estendendo-se desde a Venezuela ao estado do Rio Grande do Norte. A região ganhou destacada relevância a partir dos anos 2000, com o a descoberta e início da exploração de petróleo e gás na Guiana Francesa, Suriname e, em especial na Guiana, onde grandes reservas foram exploradas observando um material de excelente qualidade para refino.

A porção brasileira da Margem Equatorial se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte em uma extensão de mais de 2.200 km (Figura 10). Dividida em 5 bacias sedimentares, possui uma reserva estimada total de 30 bilhões de barris, superior às reservas descobertas na Margem Equatorial da Guiana e com potencial de projetar a produção total brasileira para um valor estimado entre 5,8 e 6,9 milhões de barris/dia de petróleo⁹⁰ em 2029. É relevante salientar que em 2023 a maior parte da produção petrolífera do Brasil foi originária das bacias de Campos e de Santos, estendendo-se do litoral do Espírito Santo à Santa-Catarina, projetando-se, para o final da década de 2020, o topo da produção nesta região e o início do seu declínio.

⁸⁹ Em conformidade ao estabelecido pela Comissão da Nações Unidas sobre o Direito do Mar, as águas jurisdicionais compreendem as águas interiores, o mar territorial (até 12 milhas náuticas a partir da linha de base), a zona contígua (até 24 milhas náuticas), a zona econômica exclusiva (200 milhas náuticas) e o limite exterior da plataforma continental além das 200 milhas, onde ela ocorrer.

⁹⁰ Fonte: Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). Disponível em: <https://cbie.com.br/margem-equatorial-vai-levar-brasil-a-atingir-pico-da-producao-de-petroleo-em-2029/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

O investimento previsto pela empresa Petrobras para a exploração de recursos na Margem Equatorial no quadriênio 2024-2028 foi de US\$ 3,1 bilhões⁹¹, o mesmo valor destinado à exploração das consagradas bacias do Pré-sal no mesmo período. Força motriz da Petrobras em 2023, o Pré-sal contribuiu com 80% da sua produção e representou 1/3 de todo o petróleo produzido na América Latina⁹². Em junho de 2023, 42 blocos exploratórios já estavam sob a concessão de 14 empresas atuando diretamente na Margem Equatorial⁹³ e, em que pese as questões ambientais em dissensão à produção de petróleo próximo ao bioma amazônico, as pressões políticas do Presidente da República e do Ministro de Minas e Energia, além do progresso nos desembaraços governamentais, indicam a prioridade estatal com relação à matéria⁹⁴.

A perspectiva orientada à descoberta e produção de grandes reservas de petróleo e gás no terço setentrional de nosso litoral, por si só, enseja reflexões acerca dos esforços necessários para a proteção de nossas riquezas e para a defesa dos interesses nacionais na região, potencializado pelo incremento de infraestruturas críticas essenciais à produção, aumento do tráfego marítimo e fomento econômico regional, inseridos em um complexo espaço que observa características ambientais sensíveis de um ecossistema peculiar e internacionalmente observado. A compreensão acerca das potenciais riquezas na Margem Equatorial Brasileira e as questões referentes à sua defesa foram destacadas pela Estratégia Nacional de Defesa, orientando a Marinha do Brasil a dar especial atenção à área em torno da foz do rio Amazonas (Brasil, 2024a, p.47), inclusive com a implantação da infraestrutura necessária para absorver o dimensionamento da Força adequado para assegurar a condição inalienável de soberania do Estado na região.

Este breve aprofundamento acerca das especificidades da crise, com ênfase no ambiente geográfico e político da região, correlacionados aos aspectos que derivam às questões de segurança do Estado, são essenciais para levantar reflexões

⁹¹ Fonte: Petrobras. Disponível em: https://petrobras.com.br/quem-somos/novas-fronteiras?gad_source=1&gclid=EAlalQobChMlyf_j8pz-hgMV1h6tBh2vCALBEAAYASAAEgKevPD_BwE. Acesso em: 24 jun. 2024.

⁹² Fonte: Petrobras. Disponível em: <https://petrobras.com.br/web/f3a44542-113e-11ee-be56-0242ac120002/pre-sal#3500m/4>. Acesso em: 24 jun. 2024.

⁹³ Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes-palestras/2023/arquivos/2023-06-14-camara-deputados-marina-abelha.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

⁹⁴ Presidente da República em entrevista à Rádio Maranhão. 21 jun. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AWQibH2LzpQ>. Ministro de Minas e Energia em audiência na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. 19 jun. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6DC6Adf_u1U. Acesso em: 26 jun. 2024.

acerca das ameaças à soberania do Brasil e as possibilidades para sua mitigação. A seguir, retornaremos as lentes desta pesquisa ao ambiente geopolítico mais abrangente, onde os esforços e intensões das duas grandes potências RPC e EUA, anteriormente examinadas de forma isolada, serão consideradas em uma perspectiva dinâmica interagindo entre si e com o sistema observado. Neste contexto, busca-se entrever oportunidades ao Brasil, inserido como ator relevante na região, e desafios às suas pretensões geopolíticas e objetivos nacionais.

5.3 AS RELAÇÕES DE PODER

A crise na região do Essequibo entre a Venezuela e a Guiana e o seu desenrolar em direção ao arrefecimento ou conflito obedece à complexa dinâmica de articulação de esforços geopolíticos de diversos agentes. Este estudo limitou-se à análise, sob a ótica econômica, militar e política, dos atores estatais diretamente envolvidos na disputa, do Brasil como parte interessada e líder regional, e das potências globais rivais EUA e RPC, buscando convergir as conveniências geopolíticas destes atores aos movimentos dos Estados em crise. Restringir o domínio de possibilidades viabiliza a observação e análise contextualizada em um universo específico, de outra forma inviável devido à sua extensão e complexidade não aplicáveis a esta pesquisa. Resta, portanto, a obrigação de reafirmar que o espaço de forças que influenciam no decorrer dos acontecimentos é amplo e complexo, indo muito além dos atores e das expressões de poder abordados neste estudo, como a Rússia e o Irã, importantes atores globais que possuem íntima relação com a Venezuela, ou a União Europeia e a Índia, parte relevante da balança de relacionamentos com os EUA e RPC.

As reivindicações de soberania da Venezuela sobre o Essequibo, baseada em disputas históricas, porém intensificadas após a descoberta de petróleo no Bloco Stabroek, demonstra a relevância com que o país observa a região e o seu claro interesse econômico, fundamentado em seus abundantes recursos naturais com preponderância no petróleo e minerais de alto valor. Internamente, a grave crise econômica, política e social venezuelana oferece pressão sobre o governo, agravada pela aproximação das eleições presidenciais⁹⁵. Apesar da pouca saúde das agências

⁹⁵ Marcadas para 28 jul. 2024.

estatais sugerir indisposição para o dispêndio dos recursos necessários ao envolvimento em um conflito armado, a promoção da temática, considerada unanimidade entre os venezuelanos⁹⁶, reforça o sentimento nativista da população. Ao aumentar a coesão nacional em torno de um objetivo comum, Nicolás Maduro projeta-se internamente como líder nacionalista, desviando a atenção da população venezuelana dos problemas econômicos e políticos domésticos.

Grande parte das ações realizadas pela Venezuela foram nos campos informacional e político, como a divulgação do mapa da Venezuela incluindo o território do Essequibo (Figura 11) ou a criação do Estado da Guiana Essequiba da Venezuela, enquanto na esfera militar movimentava meios para próximo da fronteira e realizava exercícios. O desbalanceamento entre a capacidade militar dos dois países definitivamente foi determinante para a progressão das ações venezuelanas. A incapacidade da Guiana em defender-se militarmente restringiu o alcance de sua postura estratégica aos campos da persuasão ou da cooperação, forçando-a a buscar na diplomacia internacional o apoio militar necessário para desencorajar o propósito venezuelano, salvaguardando a sua integridade territorial.

Os EUA posicionaram-se em favor da causa guianense, reforçando o já estabelecido antagonismo político-ideológico ao governo venezuelano, e articularam a sua poderosa influência no hemisfério ocidental alinhando-o à causa. Os EUA mantêm uma forte presença histórica na América Latina e consideram a região como estabelecida em sua esfera de influência, outrora absoluto, porém agora sob forte ameaça frente ao avanço chinês na região. A contenção geopolítica envolve a promoção resoluta de sua autoafirmação perante o subcontinente, alicerçadas por uma postura militar assertiva em garantia do seu espaço geopolítico. Contrabalançar a influência chinesa exige a manutenção da estabilidade regional, cuja violação atestaria a sua incapacidade de oferecer segurança e proteção aos Estados latino-americanos, enquanto novos protagonistas geopolíticos aguardam para preencher este hiato de poder.

Ainda que relacionada com ambos os países, a RPC compartilha com a Venezuela um histórico de proximidade que transborda a esfera econômica e comercial, cooperando de forma sólida na área militar e, principalmente, adotando um

⁹⁶ Mais de 95% dos venezuelanos foram a favor da anexação da região do Essequibo, de acordo com referendo realizado em 03 de dezembro de 2023. Fonte: Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela. Disponível em: <https://www2.cne.gob.ve/rc2023>. Acesso em: 29 jun. 2024.

alinhamento político e ideológico comum, com uma postura diplomática explícita em desfavor do unilateralismo hegemônico. Apesar disto, RPC manteve uma posição de neutralidade com relação à crise, propagando uma resolução pacífica para a disputa. O movimento chinês, evitando posicionar-se diplomaticamente a favor do Estado Bolivariano, preservou as suas relações com a Guiana e reduziu o impacto à sua estratégia para o avanço no continente. A pequena representatividade da Guiana na economia Chinesa, entretanto, pressupõe que outros esforços mais expressivos ao projeto estratégico da RPC levaram-na a optar por esta postura.

A partir do início do século XXI, como parte do seu projeto de desenvolvimento, a RPC articulou uma diplomacia focada, entre outros objetivos, em moldar a percepção internacional, aproximando-se de valores associados à cooperação, ao desenvolvimento pacífico, ao multilateralismo e à responsabilidade. O respeito pela soberania e autodeterminação passaram a fazer parte da oratória diplomática chinesa, reforçando a sua política de independência estatal e da não intervenção. Apoiar a Venezuela descolaria a RPC dos fundamentos propagados em seu discurso, perdendo aderência da imagem positiva, pacifista e isenta que busca projetar no ambiente internacional e que é fundamental para a sustentação de sua estratégia global. Além disso, o avanço chinês na América Latina observa um perfil gradual de construção de relacionamentos e de plataformas de cooperação que evitam o enfrentamento direto com as organizações internacionais, diluindo progressivamente a dominação unipolar ocidental enquanto estabelece um novo equilíbrio de poder.

É relevante ressaltar que a diplomacia, apesar de fundamental nas relações internacionais, é apenas um dos instrumentos de aplicação da política externa e o seu discurso compromete-se antes com os reais objetivos do Estado do que com os próprios compromissos estabelecidos internacionalmente, nem sempre refletindo o comportamento ou as ações que efetivamente serão empreendidas (Freeman; Marks, 2024). Em uma abordagem satírica e realista, a diplomacia foi definida, segundo o jornalista Ambrose Bierce (1911, p.72, tradução nossa) “Diplomacia: a arte patriótica de mentir pelo seu país”, destacando o caráter difuso do seu exercício. A RPC, portanto, posiciona-se oficialmente de forma equilibrada para minimizar prejuízos políticos e econômicos mantendo seus projetos em andamento tanto na Venezuela quanto na Guiana, porém a sua abordagem dual de relacionamentos e a aparente imparcialidade pode não refletir de forma absoluta uma preferência velada ou as suas reais intenções na região.

Enquanto a escalada da crise no Essequibo atrairia desestabilizações regionais que poderiam comprometer projetos chineses de longo prazo, o envolvimento dos EUA em uma campanha militar ofereceria vantagens estratégicas e geopolíticas ao país asiático, comprometendo recursos financeiros e militares de seu antagonista ocidental e limitando a sua capacidade de operar em outras áreas com maior relevância para a RPC. Considerando os investimentos chineses na área de Defesa e os pontos de tensão envolvendo diretamente o país, especialmente na região Ásia-Pacífico onde os EUA oferecem resistência inclusive com presença militar, a evolução da crise na região do Essequibo e a desestabilização do continente americano podem se tornar convenientes, ou mesmo apropriados.

Regionalmente, a postura objetiva estadunidense contrastou com a aparente abstenção chinesa, reforçando o conceito de “comunidade de destino compartilhado” sem hierarquias estatais propagada pela RPC e convenientemente empregada frente aos países latino-americanos, que a observam cautelosamente como um contrapeso à influência dos EUA, porém temendo o estabelecimento de uma dependência excessiva em direção a uma nova hegemonia regional.

A participação do Brasil na crise limitou-se ao campo diplomático e à movimentação preventiva de tropas e material para a fronteira norte do Brasil. O engajamento brasileiro buscou o arrefecimento da crise por meio de declarações oficiais do governo, participação em fóruns e reuniões com representantes dos dois países. Apesar dos esforços em mediar ações diplomáticas, o primeiro encontro entre os presidentes Maduro e Irfaan Ali após o referendo de anexação do Essequibo ocorreu em São Vicente e Granadinas e foi mediado pela CELAC e pelo CARICOM. No início de 2024 ocorreu um encontro em Brasília-DF com representantes dos dois países, porém sem o comparecimento dos chefes de Estado.

Apesar do Brasil destacar-se regionalmente por seus atributos e potencialidades, e de ter articulado politicamente para uma solução pacífica, a Guiana escorou-se no apoio dos EUA e da Commonwealth para alcançar o equilíbrio necessário para estabilizar a balança de poderes na região. A política externa brasileira não foi capaz de impedir a evolução da crise, em que pese os indícios explícitos de seu agravamento, principalmente a partir de 2015, com progressivas ações venezuelanas contestando recorrentemente a soberania da Guiana, e a proximidade política entre os presidentes do Brasil e da Venezuela a partir de 2023. A postura brasileira baseia-se historicamente na não agressão e no respeito à

soberania, entretanto a sua impotência em gerenciar contendas enfraquece o Brasil como articulador de disputas ou como condutor das pretensões regionais, orientando os demais países da região a buscarem alternativas mais assertivas na aplicação de seus recursos diplomáticos, hábeis no uso das suas ferramentas de poder e incisivas na aplicação de seus instrumentos de persuasão.

Como liderança regional, o Brasil deve colocar-se em uma posição de autonomia projetando-se de forma efetiva à promoção da estabilidade e retração da crise. Tão ou mais importante do que agir com objetividade torna-se evitar que outras potências extrarregionais assumam o protagonismo na condução do desembaraço da disputa, colocando o Brasil em uma posição secundária de poder. Ainda, ao dispor-se periféricamente com relação às questões regionais o Brasil abdica da condução geopolítica local e oferece dispersão ao seu entorno, em um abandono recíproco onde os demais países latino-americanos passam a agir de forma isolada e independente.

5.4 OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Projetar-se como liderança regional na América Latina é fundamental para as aspirações brasileiras de prosperidade e desenvolvimento nacional, amparada pelo crescimento conjunto dos países latino-americanos. O século XXI foi marcado pelo afastamento estratégico estadunidense da América Latina, abrindo um hiato de liderança onde o Brasil poderia ter se projetado politicamente, favorecido pela crise econômica na Argentina e na Venezuela a partir de 2014, tradicionais rivais brasileiros pela liderança na América do Sul. Apesar da oportunidade, as articulações políticas brasileiras foram ineficazes em promover a plena aproximação e as iniciativas realizadas pelo Brasil não foram suficientes para agregar a América Latina, fragmentada historicamente em desconfianças e interesses diversos.

O Brasil deve orientar-se de forma efetiva com relação ao Essequibo. A eficácia da política externa brasileira e a sua habilidade em conduzir o tabuleiro geopolítico regional correlacionam-se diretamente à sua credibilidade global como um ator politicamente relevante dentro da América Latina. A evolução de litígios ou disputas no seu entorno inferem ao Brasil a incapacidade política de gerenciar a sua área de interesse e de conduzir ações regionais em direção às suas disposições. No sentido inverso, tensões evidenciam a dissociação regional e a dispersão em direção a novas

oportunidades de liderança, ambas refletindo a pouca influência do Brasil sobre os seus vizinhos, derivando-se em instabilidade regional e na diluição de poder político brasileiro junto à comunidade internacional e às organizações mundiais.

A omissão ou incapacidade do Brasil em avançar a uma posição de maior preponderância geopolítica regional oferece a penalidade do isolamento frente ao dinamismo das relações internacionais, enquanto observa o progresso de outros atores como a RPC, e seus robustos projetos de investimentos, ou mesmo o reestabelecimento unilateral dominante dos EUA, na ausência de uma liderança intermediária que estabilize a região sem oferecer riscos à ordem mundial por ele estabelecida. Por outro lado, a sua atuação exitosa em conduzir negociações, desenhando contornos diplomáticos e atuando decisivamente para a conciliação da disputa, ofereceria ao Brasil projeção regional atraindo os seus vizinhos à sua esfera de influência.

O fortalecimento das relações do Brasil com ambos os países, em especial com a Guiana, cujas relações comerciais e políticas são discretas e esporádicas, traduzidas em uma agenda de cooperações multissetorial com ênfase numa maior participação econômica e no estabelecimento de conexões físicas e de infraestrutura, aumentariam a atuação brasileira e o peso de suas reivindicações junto aos Estados litigantes. A proximidade física territorial brasileira com seus vizinhos setentrionais contrasta com a distância de suas ações governamentais, e deve ser explorada no sentido da construção de benfeitorias e governança integrada, efetivando a participação do Brasil como Estado contribuinte ao desenvolvimento regional.

Além da atuação de órgãos e agências públicas em ações integrativas e de cooperação, é essencial o investimento em contribuição à expressão militar do poder nacional. Apesar do evidente esforço de atores regionais, incluindo do Brasil, em arrefecer a crise, o contrabalanceamento às vontades venezuelanas restara, em grande parte, à ação diplomática enfática dos EUA lastreada por seu poder militar dissuasório. A diplomacia brasileira, de fato, foi empregada, e inquestionavelmente é uma importante ferramenta dentro da esfera das relações internacionais, entretanto ela é apenas parte dos diversos esforços estatais em direção aos objetivos nacionais, necessitando ser complementada por instrumentos práticos que respaldem a vontade do Estado e potencializem a capacidade de negociação e a autonomia do país.

Forças Armadas modernas, equipadas e bem estruturadas são fundamentais para o suporte à política externa atuando em paralelo à diplomacia, dissuadindo a

contraparte a permanecer no campo da negociação e promovendo a relevância dos desígnios estatais, apoiados em sua ferramenta finalística de atuação e assegurando o inviolável direito soberano do Estado por meio da sua natureza mais essencial de sobrevivência: o uso da força.

É imperativo que Brasil, ao dividir extensas faixas de fronteiras com ambos os países, garanta a sua integridade territorial, em última instância assegurada pela presença militar e pela sua capacidade de ação, mobilização, controle e monitoramento dos espaços críticos. Potencializadas pela importância do bioma amazônico, estas capacidades decorrem da antecipação, planejamento e atuação sinérgica e coordenada de diversas agências estatais e órgãos governamentais integrando programas a projetos que disponibilizam a infraestrutura essencial para uma pronta resposta a uma agressão externa.

De forma equivalente, as fronteiras marítimas brasileiras proporcionam o acesso a enormes riquezas no solo, subsolo e massa líquida e devem ser devidamente protegidas. A Margem Equatorial Brasileira e o seu potencial petrolífero oferecem enormes oportunidades econômicas ao Brasil, inclusive com a possibilidade de alteração no eixo produtivo *offshore* do hidrocarboneto, defletindo-se da região sudeste para o norte-nordeste brasileiro. Alterações desta monta impactam de forma expressiva a dinâmica econômica, social, ambiental e demográfica do país, principalmente em sua faixa litorânea. Cabe, portanto, especial atenção no âmbito da proteção e defesa da Margem Equatorial Brasileira e do espaço territorial adjacente, redimensionando a sua relevância estratégica em conformidade com o contexto evolutivo da sua exploração energética e reposicionando os esforços necessários à garantia do adequado emprego do Poder Naval na região, com ênfase nos campos de atuação “Defesa Naval” e “Segurança Marítima”.

Em adição, o incremento de meios navais na porção setentrional do Brasil traz consigo o benefício da facilitação à interação marítima internacional, por meio de atividades de cooperação, exercícios militares e visitas oficiais. O exercício da ação de presença e a Diplomacia Naval são ferramentas úteis em proveito das relações internacionais e comportam-se como um agente catalisador dos objetivos do Estado, absorvendo especial significado quando aplicada a países com evidente vocação marítima ou insulares, como os Estados caribenhos.

6 CONCLUSÃO

As reivindicações pela região do Essequibo e o agravamento das tensões decorrentes da disputa, motivadas pela descoberta de petróleo em suas águas jurisdicionais, desenvolveram-se paralelamente a uma rivalidade global onde potências articulavam as suas ações buscando adequar o ambiente em crise às suas estratégias nacionais e em benefício de seus objetivos de poder. A RPC, avançando no estabelecimento de uma nova ordem mundial e colidindo diretamente com os interesses dos EUA, atuando em oposição ao seu progresso em busca da reafirmação e consolidação de seu poder hegemônico.

O Brasil também se movimentava frente à instabilidade na porção norte do subcontinente. Fragmentada em blocos sobrepostos de poder, apesar das recorrentes iniciativas integracionistas e de cooperação regional, a América do Sul não incorpora vocação para a unificação e oferece grande resistência à atuação brasileira em consolidação de uma liderança atuante e efetiva. Ademais, ao identificarem-se mais como caribenhos à sul-americanos, os países litigantes aproximam-se do eixo de ingerência da Commonwealth em detrimento da influência brasileira, em uma propensão potencializada pelo distanciamento econômico do Brasil com ambos os países, especialmente com a Guiana, e pela escassez de projetos bilaterais que os vinculariam às políticas nacionais.

Apesar dos desafios submetidos à política externa brasileira, o agravamento da crise entre a Venezuela e a Guiana trouxe consigo a oportunidade do fortalecimento do Brasil perante os Estados americanos, a depender da sua capacidade em articular as questões internacionais dentro de um ambiente complexo e disperso, imprimindo os seus desígnios à progressão dos eventos em direção a uma solução pacífica e duradoura. A atuação brasileira fundamentou-se em ações diplomáticas em apelo à resolução da causa por meio de mecanismos de conciliação, sem ausentar-se da posição de neutralidade, e não foi capaz de projetar-se ao protagonismo diplomático dos EUA, e à chancela, ainda que implícita, do emprego de sua poderosa capacidade militar em salvaguarda da integridade territorial da Guiana.

Ao agir proativamente na questão do Essequibo, os EUA resguardam-se da vulnerabilidade decorrente de um conflito armado na região do Caribe, e de todas as mazelas associadas a esta qualidade de evento, em uma área geograficamente crítica por oferecer acesso direto ao seu mar territorial, a áreas de elevado valor estratégico

como o canal do Panamá e pela proximidade com os seus espaços terrestres. Mais do que isso, os EUA reafirmam a sua autoridade em uma região historicamente alinhada às suas políticas, porém permeada por pontos de ruptura como a própria Venezuela ou Cuba, e em progressivo afastamento em direção a uma ordem mundial multipolar. Sem desconsiderar a dimensão de suas diversas expressões de poder, ou mesmo a sua habilidade em articular politicamente o ambiente internacional, é razoável inferir que a capacidade militar dos EUA prevaleceu ao contrabalancear a ameaça venezuelana, alavancando o país à posição de destaque no desenvolvimento da crise e no complexo ambiente de relacionamentos que a constitui.

A instabilidade no Planalto da Guianas, escalada pelo governo venezuelano, encerrou-se por evidenciar a incapacidade da Guiana em dissuadir, por seus próprios meios, a ameaça de seu vizinho ocidental, não lhe restando opções além do apelo por sua defesa e da expectativa de seu acolhimento pela comunidade internacional. Ainda que os propósitos geopolíticos dos EUA e os anseios nacionais do Brasil difiram em forma, alcance e magnitude, resta em comum a evidente importância em oferecer, à política externa, ferramentas que suportem as suas ações na esfera diplomática, mais especificamente em reforço à base fundamental das relações de poder, onde o investimento na capacidade militar, além de essencial para a garantia da integridade territorial e da soberania, também atua como catalisadora das vontades do Estado frente ao ambiente internacional.

Ao passo que os EUA se posicionavam em clara reprovação às ações venezuelanas, a diplomacia Chinesa acomodou-se em uma abordagem pragmática convenientemente satisfeita com a posição de neutralidade em benefício de sua estratégia expansionista. A proteção de seus interesses econômicos e políticos na América permaneciam apoiados na imparcialidade diplomática, apesar do grande vínculo com a Venezuela, disponibilizando ao seu opositor ocidental a liberdade para movimentar-se sem sofrer afronta direta à sua posição dominante na região.

Até o segundo decênio do século XXI, a RPC possuía investimentos significativos e mantinha fortes relações políticas e econômicas com a Venezuela, enquanto a Guiana oferecia-lhe acesso ao seu promissor mercado energético, estabelecendo relações econômicas potencialmente auspiciosas. A neutralidade, mesmo que possivelmente reduzida apenas à retórica diplomática, oferece à RPC aderência aos valores por ela propagados, como a não intervenção e a autonomia dos Estados, fortalecendo sua posição geopolítica perante os demais países do “sul

global”, além de isentá-la de retroagir em seus empreendimentos na América. Desta forma, a potência asiática evitou comprometer a sua estratégia para a América Latina, fundamentada na expansão gradativa da sua presença internacional integrando-se ao mercado mundial, em uma estrutura econômica paralela ao sistema ocidental dominante liderado pelos EUA e seus aliados.

O projeto chinês oferece aos seus parceiros a promessa do esforço conjunto em direção à prosperidade igualitária, progresso e desenvolvimento comum, em uma alternativa justa à ordem mundial hierarquizada vigente. O prognóstico realista, entretanto, observa que o poder e a dominância possuem caráter indissociável, entregando uma visão futura contraditória que reproduz as tradicionais relações centro-periferia, porém sob novo contexto e ordenação. Ao Brasil, consagrado parceiro comercial da RPC, resta a cautela no comprometimento de seus ativos estratégicos, a diversificação de parcerias em alternativa e suporte à sua economia e a análise cuidadosa das vulnerabilidades intrínsecas aos relacionamentos internacionais, desenvolvendo uma estratégia que equilibre a cooperação e a proteção dos seus valores assegurando que os benefícios econômicos não comprometam a autonomia e a segurança do país.

Enquanto os EUA ainda oferecem alguma tolerância ao avanço brasileiro, desde que atuando em uma posição intermediária de poder que não comprometa a sua autoridade regional, a RPC progride, vinculando a sua economia ao subcontinente e absorvendo capital geopolítico em detrimento tanto do Brasil, quanto os EUA. A disputa por espaço e poder na América do Sul impõe ao Brasil a necessidade de adotar estratégias assertivas para a sua projeção, fundamentada na coesão e integração regional. O esforço diplomático deve ser acompanhado por ferramentas governamentais vinculativas e equilibradas, capazes de proporcionar benefícios em comum dentro da grande diversidade de interesses na região. Ainda, a postura brasileira observada pelos agentes políticos externos deve refletir confiança e representatividade, aproximando o subcontinente à medida em que imprime legitimidade à liderança do Brasil.

Apesar de limítrofes, o Brasil compartilha com seus vizinhos do Planalto das Guianas um tradicional afastamento estrutural, em grande parte devido a fatores geográficos e econômicos que divergiram os países em diferentes orientações. A projeção regional e a segurança nacional demandam que o Brasil intensifique a sua presença na Venezuela e, principalmente, na Guiana, onde a atuação do Estado ainda

se mostra incipiente, apesar do grande potencial de crescimento do país. Uma ação governamental abrangente, respaldada por investimentos em infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações que propiciem uma conexão física robusta de Roraima com ambos os países se torna fundamental para a integração regional. Adicionalmente, a adoção de instrumentos de cooperação e intercâmbios viabilizariam uma articulação concreta do Brasil com seus Estados fronteiriços, ao mesmo tempo em que promoveriam a aproximação entre as agências governamentais e o estabelecimento de mecanismos destinados à complementaridade econômica local.

O investimento na faixa de fronteira compartilhada e a união dos países amazônicos em cooperação integrativa retornam na forma de benefício comum à região, trazendo desenvolvimento econômico, social e reafirmando a governança do Estado dentro de seus limites territoriais. Adicionalmente, a integração atua como agente repulsor de oportunismos extrarregionais enquanto converge os interesses dos países amazônicos a uma unidade de Estados coesa e representativa.

A presença de recursos naturais valiosos na região do Essequibo, como o petróleo, gás, ouro e minerais, intensificam as disputas territoriais e despertam a cobiça de agentes externos. As águas jurisdicionais brasileiras, analogamente, comungam de riquezas inexploradas e levantam reflexões além dos aspectos geopolíticos e de integração regional, alcançando também singularidades acerca da vulnerabilidade das fronteiras nacionais. O prognóstico para os próximos anos indica a alteração do eixo de produção petrolífera *offshore* nacional com a produção de grandes volumes do hidrocarboneto na Margem Equatorial Brasileira, alterando a geografia e os aspectos demográficos litorâneos, além do seu espaço marítimo adjacente. É imperativa a atuação do Estado, por meio da Marinha do Brasil e demais agências governamentais, redimensionando o seu planejamento de forma a oferecer a infraestrutura e os meios necessários à proteção e salvaguarda destas riquezas.

Por sua relevância aos interesses nacionais, a questão do Essequibo enseja o contínuo acompanhamento, cabendo recomendações à realização de estudos futuros que englobem diferentes perspectivas, atores e agentes correlacionados ao evento em tela, como a Índia, o Irã ou a Rússia, com o fito de convergi-los aos movimentos extrarregionais analisados nesta pesquisa, em uma observação mais abrangente e aplicada aos interesses nacionais.

REFERÊNCIAS

AS GUIANAS: nossos vizinhos desconhecidos. Entrevistado: Iuri Cavlak. Entrevistadores: Caio Pedrosa, Luís Kalil, Rodolpho Gauthier e Valdir Santos [S. l.]: Hora Americana, 07 ago. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3fgFksHOdhzySi1SOlyBRI>. Acesso em: 22 mar. 2024.

BALESTRO, Moisés; MONTEIRO, Cristiano Fonseca. **A Onda Rosa e o Neoliberalismo Resiliente**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 45–52, 2019. DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n2.2019.26637. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/26637>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos**. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v.24, n.50, p. 7-35, jul/dez 2008.

BELOZEROV, Yaroslav V. **The Dynamics of Relations Between Guyana and China**. São Petesburgo: International Forum., 2019. 225 p.

BERG, Ryan C. China in Latin America and the Caribbean. **Statement before the U.S.-China Economic and Security Review Commission**. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 2021.

BIERCE, Ambrose. **The Devil's Dictionary**. Cleveland-OH: World Pub. Co, 1911.

BLANCHARD, Jean-Mark. F.; FLINT, Colin. **The Geopolitics of China's Maritime Silk Road Initiative**. Geopolitics, v. 22, n. 2, p. 223–245, 03 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Versão aprovada pelo Decreto Legislativo nº 61, de 23 maio 2024. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 23 maio 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa. Acesso em: 01 ago. 2024.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Relatório descritivo**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 27 nov. 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/161286>. Acesso em: 22 jun. 2024.

_____. _____. **Visita ao Brasil do Presidente da República da Venezuela, Hugo Chávez**. Nota à imprensa n. 217. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 04 jun. 2011. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-do-presidente-da-republica-da-venezuela-hugo-chavez-brasilia-6-de-junho-de-2011. Acesso em: 21 jun. 2024.

_____. Palácio do Planalto. **Na Guiana, Lula destaca oportunidades de integração entre Brasil e países do Caribe**: Para o presidente, luta contra a fome, com-

bate às desigualdades sociais e enfrentamento às consequências das mudanças climáticas são prioridades comuns entre os países. [S./]: Palácio do Planalto, 28 fev. 2024b. Atualizado em 01 mar. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/02/na-guiana-lula-destaca-oportunidades-de-integracao-entre-brasil-e-paises-do-caribe?set_language=pt-br. Acesso em: 28 jun. 2024.

BOERSNER, Demetrio. **Relaciones Internacionales de America Latina: Breve Historia**. Ed 5. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

BRICEÑO, José. **El Área de Libre Comércio Suramericana y sus Interacciones com el ALCA**. Caracas: Revista Politeia, n. 29, p.173-190, jul/dez 2002.

CAMARGO, Otávio Brasileiro Pires de. **O petróleo na Guiana: abundância improdutivo**. Boletim Geocorrente, Rio de Janeiro, ano 8, n. 161, 11 maio 2022, p. 6. ISSN 2446-7014 versão online. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/egn/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/Boletim_Geocorrente_161%20.pdf. Acesso em: 07 maio 2024.

CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939 uma introdução ao estudo das relações internacionais**. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora UnB, 2001.

CASTRO, Therezinha de. **América do Sul: Vocaçào Geopolítica**. Rio de Janeiro: Revista da Escola Superior de Guerra, n. 38, p. 165-188, 1999.

CAVLAK, Iuri. **A Alalc como auge da integração sul-americana no século XX**. [S./]. História: Debates e Tendências, v. 12, n. 1, p. 38-59, jan/jun 2012. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2708/1844>. Acesso em: 12 nov. 2024.

_____. **Aspectos do Desenvolvimento Político e Econômico da Guiana**. Rio de Janeiro: Revista Política e Planejamento Regional, v. 1, n. 2, p. 237-256, jul/dez 2014.

_____. **Breve História do Suriname**. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

_____. **O Extremo Norte da América do Sul: A Guiana Inglesa e o Suriname no século XIX**. Assis: Faces da História, v. 2, n. 1, p. 96-114, jan/jun 2015. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/194/187>. Acesso em: 13 nov. 2024.

DIKÖTTER, Frank. **Mao's Great Famine: The History of China's Most Devastating Catastrophe, 1958-1962**. Nova York: Walker & Company, 2010.

DOMÍNGUEZ, Jorge et al. **China's Relations with Latin America: Shared Gains, Asymmetric Hopes**. Washington, D.C.: Inter-American Dialogue, 2006. Disponível em: https://wcfia.harvard.edu/files/wcfia/files/dominguez_chinas.pdf. Acesso em: 23 maio 2024.

ELLIS, Robert Evan. **The Strategic Dimension of Chinese Engagement with Latin**

America. Washington, D.C.: William J. Perry Center for Hemispheric Defense Studies. Perry Paper Series, n.1. 2013.

EXXONMOBIL. **Over \$400M spent locally in 2022.** Irving: ExxonMobil, 16 maio 2023. Disponível em: https://corporate.exxonmobil.com/locations/guyana/news-releases/051623_over-400m-spent-locally-in-2022. Acesso em: 07 maio 2024.

FERDINAND, Peter. **Westward ho-the China dream and “one belt, one road”:** Chinese foreign policy under Xi Jinping. International Affairs, Londres: Oxford Academic, p. 941-957, 20 jun. 2016.

FREEMAN, Charles; MARKS, Sally. **Diplomacy**, Encyclopaedia Britannica. Disponível em: <https://britannica.com/topic/diplomacy#233733>. 19 jun. 2024. Acesso em: 01 jul. 2024.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

_____. **Capitalismo ainda é a única via**, diz Fukuyama, Folha de São Paulo, São Paulo, 27 jul. 1997. Entrevista concedida a Dijana Sulic e Weronika Zarachowicz. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/7/27/mundo/17.html>. Acesso em: 18 abr. 2024.

GIORDANO, Paolo; MENDÍVIL, Cloe. **Making the most of connectivity:** Unlocking the trade potential of Latin America and the Caribbean in Asia. [S. l.] Inter-American Development Bank, 2019.

GONÇALVEZ, Williams. **Relações Internacionais.** São Paulo: Schwarcz - Companhia das Letras, 2002, 69 p.

GRANGER, Stéphane. **As Guianas e o Brasil da contenção à continentalização, ou perigos e vantagens de uma interface caribenha e europeia.** Boa Vista: Revista Acta Geográfica, v. 7, n. 15, p-19-38, mai/ago 2013.

GREEN, Michael J. **China’s Maritime Silk Road:** Strategic and Economic Implications for the Indo-Pacific Region. [S. l.] Center for Strategic and International Studies. 02 abr. 2018. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/chinas-maritime-silk-road-strategic-and-economic-implications-indo-pacific-region>. Acesso em: 28 maio 2024.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

HAFFNER, Jacqueline. **A CEPAL e a Industrialização Brasileira (1950-1961).** Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos:** O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HU-DEHART, E. **Opium and Social Control:** Coolies on the Plantations of Peru and Cuba. Journal of Chinese Overseas, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 169-183, 2005.

HURLEY, John; MORRIS, Scott.; PORTELANCE, Gailyn. **Examining the Debt Implications of the Belt and Road Initiative from a Policy Perspective**. Washington, D.C.: Center for Global Development Policy Paper, n. 121, 04 mar. 2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Real GDP Growth: IMF DataMapper. Washington, D.C.: International Monetary Fund, maio 2024. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/WEO_WORLD/FAD_WORLD/BOPWORLD/CFWORLD/ARAWORLD/GDWORLD/CCWORLD. Acesso em: 01 maio 2024.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance 2023**. ed 1. Londres: Routledge, 2023. 576 p.

JENKINS, Rhys; PETERS, Enrique Dussel. **China and Latin America: Economic relations in the twenty-first century**. Bonn: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik in cooperation with the Universidad Autónoma de México, 2009.

JÚNIOR, Augusto W M T. **Geopolítica e Postura Estratégica dos Estados Unidos na Crise da Venezuela**. Brasília: Revista Análise Estratégica, v.15, n.1, p. 7-24, 2020.

KELLER, Wolfgang; SHIUE, Carol. **China's Foreign Trade and Investment, 1800-1950**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, Working paper series, n. 27558, jul. 2020, 50 p. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w27558/w27558.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

KIRBY, John. White House Press Briefing [Video]. Forbes Breaking News, 07 dez. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xlPh3Se5480>. Acesso em: 01 maio 2024.

KOJIMA, Mine. **Among Independence, Sovereignty and Autonomy: The Dutch Caribbean**. [S. l.], Études caribéennes, 57-58, abr/ago 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etudescaribeennes/30722>. Acesso em: 13 nov. 2024.

LAJTMAN, Tamara; FERNÁNDEZ, Aníbal. **Dependência estratégica dos Estados Unidos e militarização na América Latina**. [S. l.], Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 15, n. 2, p. 62–83, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/36677>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MACKINDER, Sir Halford John. **The Geographical Pivot of History**. Londres: The Geographical Journal, v. 27, n. 4, p. 421-437, abr. 1904.

MAESTRI, Mário. **O Despertar do Dragão: o nascimento e apogeu do imperialismo chinês - O confronto imperialista USA-China (2001-2021)**. [S. l.], Revista Espaço Acadêmico, v. 21, n. 230. p. 211-238, set/out 2021. Disponível em: [file:///home/cpem-23/Downloads/60257-Texto%20do%20artigo-751375232762-1-10-20210831%20\(1\).pdf](file:///home/cpem-23/Downloads/60257-Texto%20do%20artigo-751375232762-1-10-20210831%20(1).pdf). Acesso em: 28 maio 2024.

MAGNOTTA, Fernanda. **Um Balanço da Política Externa da Era Trump**. Rio de

Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais, 27 jan. 2021. Disponível em: https://www.cebri.org/media/documentos/arquivos/um_balanco_da_politica_extern.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução: Antonio Caruccio-Caporale. v. 1. Porto Alegre: L&PM, 2007.

MARIANO, Karina L P; RIBEIRO, Clarissa C N. **A pluralidade institucional como ferramenta política na América do Sul**: sobreposições organizacionais e fragmentação regional. [S. l.], Revista Tempo do Mundo, n. 23, p. 35-60, 2 dez 2020.

MOTTA, Bárbara Vasconcellos de Carvalho. **De Trump a Biden**: a política externa dos EUA e a Ordem Liberal Internacional. Belo Horizonte: Conjuntura Internacional, v.19, n.2, p.42-54, jul. 2022.

MYERS, Margaret; RAY, Rebecca. **At a Crossroads**: Chinese Development Finance to LatinAmerica and The Caribbean, 2022. The Dialogue. China-LAC Report, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2023/03/Chinese-Development-Finance-2023-FINAL.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy**: Transitions and Growth. Cambridge/Londres: MIT Press, 2007.

NETO, Deolindo C. **China x EUA**: Restabelecimento da Competição pela Liderança da Economia Mundial. [S. l.], Revista Contemporânea, v. 4, n. 3, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/3445>. Acesso em: 19 jun. 2024.

NETO, Walter A D. **A questão fronteiriça entre Guiana e Venezuela e a integração regional na América do Sul**. [S. l.], Conjuntura Austral, v. 3, n. 12, p. 11–25, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/26359>. Acesso em: 29 mar. 2024.

NOGUEIRA, João P; MESSARI, Nizar. **Teorias de Relações Internacionais**: Correntes e Debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Alana C G. **As Pegadas do Dragão no Polo Sul**: um estudo sobre as estratégias e as ações chinesas para antártica e suas implicações para o Brasil. [S. l.], Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 10, n. 19, p. 108-135, Jan/Jun 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/110106/63502>. Acesso em: 02 jun. 2024.

OLIVEIRA, Ana Carolina Vieira; SALGADO, Rodrigo Souza. Modelos de integração na América do Sul: do Mercosul à Unasul. In: **3º ENCONTRO NACIONAL ABRI**, 2011, São Paulo. Proceedings online. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100011&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 18 jun. 2024.

OLIVEIRA, Reginaldo G. A presença holandesa na Amazônia Caribenha entre os

séculos XVI e XVII: da Costa Selvagem ao Rio Branco. In: OLIVEIRA, Reginaldo G; IFILL, Melissa. **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana**. Boa Vista: EDUFRR, 2011. p. 19-43.

OLNEY, Richard. **Instruções ao embaixador dos EUA no Reino Unido a respeito da disputa de fronteira entre o Reino Unido e a Venezuela**. Destinatário: Thomas F. Bayard. Washington, D. C., 20 jul. 1895. Carta. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1895p1/d527>. Acesso em: 14 abr. 2024.

OXFORD BUSINESS GROUP. **Latin America remains a key focus of China's Belt and Road Initiative**. 19 jun. 2023. Disponível em: <https://oxfordbusinessgroup.com/articles-interviews/latin-america-remains-a-key-focus-of-chinas-belt-and-road-initiative/>. Acesso em: 25 maio 2024.

PADULA, R. *et al.* **Guiana: petróleo, disputas internas, EUA e Venezuela**. Contexto Internacional, [S. l.], v. 45, n. 1, 01 abr. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/vTqm4rBBDg6WRMt3NyLyKtF/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 07 maio 2024.

PALOMBI, Teresa Carrelli. **China's space diplomacy in Latin America: Partners for its Lunar station**. [S. l.], Global Affairs and Strategic Studies, 30 jan. 2024. Disponível em: <https://www.unav.edu/web/global-affairs/chinas-space-diplomacy-in-latin-america-partners-for-its-lunar-station>. Acesso em: 29 maio 2024.

PECEQUILO, Cristina S. **A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China**. Carta Internacional, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 100-115, jul/dez. 2013. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/113/72>. Acesso em: 07 abr. 2024.

_____. **Introdução às relações internacionais: temas, autores e visões**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2004. 248 p.

_____. **Manual do Candidato**-Política Internacional. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 354 p.

PRAZERES, T. L. **A integração sul-americana: uma idéia ainda fora do lugar?** In: IPRI: O Brasil e a América do Sul: desafios no século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

RICHARDSON, Laura J. Senate Armed Services Committee hearing. [Video]. Forbes Breaking News, 20 de mar. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ML6W0r0qFZY>. Acesso em: 28 mar. 2024.

ROGIN, Josh. **An early look at Obama's National Security Strategy**. Washington, D.C.: Foreign Policy, 27 may 2010.

ROJAS, Armando. **Venezuela limita al Este con el Esequibo**. Caracas: Oficina Central de Información, 1965.

SEELKE, Clare R. **Venezuela: Overview of U.S. Sanctions**. Current Politics and

Economics of South and Central America. Hauppauge, v.13, ed.1, p.21-27, 2020.

_____. **Venezuela: Political Crisis and U.S. Policy**. Congressional Research Service. Washington, D.C.: Congressional Research Service. 01 set. 2023. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/row/IF10230.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SHIRK, Susan L. **China: Fragile Superpower**. Nova York: Oxford University Press, 2007.

SILOVE, Nina. **Beyond the Buzzword: The Three Meanings of “Grand Strategy”**. Security Studies, v. 27, n. 1, p. 27-57, 28 ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09636412.2017.1360073>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SILVA, Golbery do Couto. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVA, Gutemberg V; GRANGER, Stéphane; BASTOS, Bruna B. As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional. In: AZEVEDO, Daniel A; NOGUEIRA, Ricardo. **Geografia política: Base Conceitual e Diversidade Temática**, Brasília: Caliandra, v.1, 2023, p.416-437.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do presidente Lula na sessão de encerramento da 46ª Conferência da Comunidade do Caribe**: Transcrição integral do discurso feito pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de encerramento da 46ª Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM), realizada em Georgetown (Guiana), no dia 28 de fevereiro de 2024. [S.l.]: Palácio do Planalto, 28 fev. 2024. Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/02/discurso-na-sessao-de-encerramento-da-46a-conferencia-da-comunidade-do-caribe>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SOKOLSKI, Henry (org.). **Getting MAD: Nuclear Mutual Assured Destruction, Its Origins and Practice**. [S. l.], Strategic Studies Institute. U.S. Army War College, nov. 2004. 361 p.

SOLLER, Diana. A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América e Promoção da Democracia. In: **Estratégia de Segurança Nacional dos EUA**, Instituto da Defesa Nacional IDN-Brief. Lisboa: IDN, jan. 2023. p. 5-6. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/44071/1/REISBrunoCardoso_Estrategia%20de%20segurancanacionaldosEUA_IDNBrief_Janeiro_2023.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

SONG, Li. Discurso do Embaixador. Missão permanente da República Popular da China na ONU e outras organizações internacionais em Viena. Viena, 23 fev. 2023. Disponível em: http://vienna.china-mission.gov.cn/dsxx/dsjl/202312/t20231221_11208533.-htm. Acesso em: 02 jun. 2024.

SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio (orgs.). **O Brasil e a Governança da América Latina: Que Tipo de Liderança é Possível?**. Plataforma Democrática. [S. l.], iFHC/Centro Edelstein. 2013.

SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de; DALDEGAN, William. **A China e os Acordos de Swap Cambial com Argentina, Brasil e Suriname**. Rio de Janeiro: Tempo do Mundo/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 24, p. 251-281. dez. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11329>. Acesso em: 17 nov. 2024.

SPENCE, Jonathan D. **The Search for Modern China**. Nova York: W.W. Norton & Company, 1990. 876 p.

UNITED NATIONS. **Agreement to resolve the controversy over the frontier between Venezuela and British Guyana**. Geneva: United Nations, 17 Feb. 1966. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GB-VE_660217_Agreement%20to%20Resolve%20Controversy%20over%20Frontier%20British%20Guiana.pdf. Acesso em: 02 abr. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. The House Foreign Affairs Committee. **China Regional Snapshot: South America**. Washington D.C.: The House Foreign Affairs Committee, 01 jan. 2022a. Disponível em: <https://foreignaffairs.house.gov/china-regional-snapshot-south-america/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

_____. U.S.- China Economic and Security Review Commission (USCC). **China's Influence in Latin America and the Caribbean: 2021 Report to Congress**. Washington, D.C.: USCC, nov. 2021. Disponível em: https://www.uscc.gov/sites/default/files/2021-11/2021_Annual_Report_to_Congress.pdf. Acesso em: 29 maio 2024.

_____. U.S. Department of Agriculture (USDA). **Grain Transportation Report**, Washington, D.C.: USDA, 05 out. 2023. Disponível em: <https://www.ams.usda.gov/sites/default/files/media/GTR10052023.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

_____. **U.S. National Security Strategy**. Washington, D.C.: White House, 2010. Disponível em: https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

_____. _____. Washington, D.C.: White House, 2015a. Disponível em: https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

_____. _____. Washington, D.C.: White House, 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

_____. _____. Washington, D.C.: White House, 2022b. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

_____. **White House Fact Sheet: Venezuela Executive Order**. Washington, D.C.: White House, 09 mar. 2015b.

VAZ, Alcides Costa. A Ação Regional Brasileira sob as Ópticas da Diplomacia e da

Defesa: Continuidades e Convergências. In: SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio (orgs.). **O Brasil e a Governança da América Latina: Que Tipo de Liderança é Possível?**. Plataforma Democrática. [S. l.], iFHC/Centro Edelstein. 2013 p. 233-266.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. **La Guyana Esequiba**: história de un despojo. Caracas: Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores, 2015. Disponível em: https://www.guao.org/biblioteca/guayana_esequiba_historia_de_un_despojo. Acesso em: 27 set. 2024.

VISENTINI, Paulo. **Guiana e Suriname**: uma outra América do Sul. Conjuntura Austral, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 27-40, 2010.

WENBIN, Wang. Conferência de imprensa regular do porta-voz do Ministério das Relações Exteriores. Pequim: Ministério das Relações Exteriores da China, 2023. Disponível em: http://br.china-embassy.gov.cn/por/szxw/202312/t20231206_11195880.htm. Acesso em: 07 jun. 2024.

WESTAD, Odd Arne. **Decisive Encounters**: The Chinese Civil War, 1946-1950. 1 ed. California: Stanford University Press, 2003. 428 p.

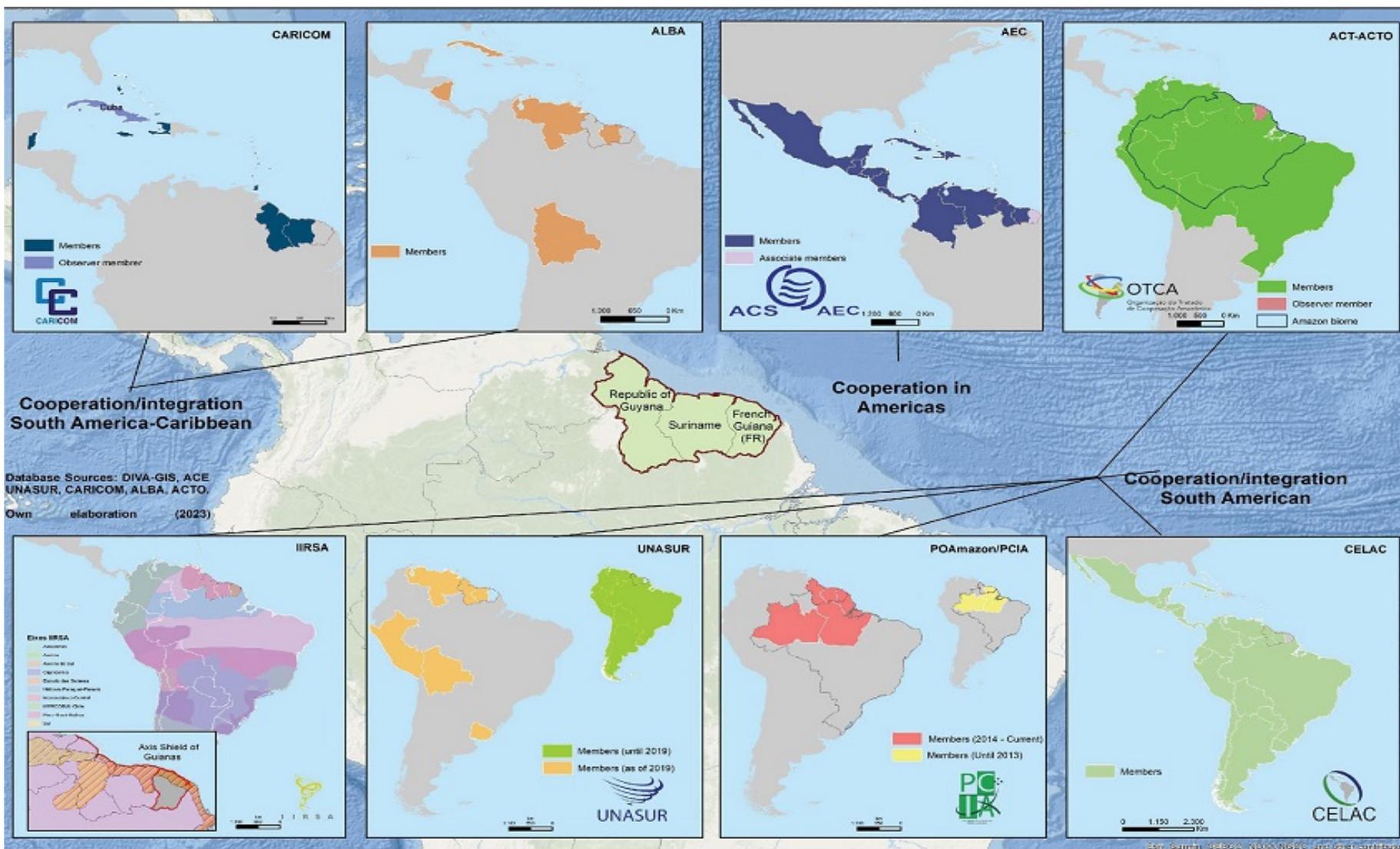
ZAPATA, Ximena. **China's Cultural Diplomacy in a New Era of Multilateralism**. The Case of the China-Community of Latin American and Caribbean States (CELAC) Forum (CCF). IFA-Edition Culture and Foreign Policy, [S. l.], n.7098, 2023. 195 p.

ZHANG, Pepe. **Belt and Road in Latin America**: A Regional Game Changer? Four Issues to Watch. Washington D. C.: Atlantic Council, 2019.

ZHANG, Xin. **Chinese Capitalism and the Maritime Silk Road**: A World-Systems Perspective. Geopolitics, v. 22, n. 2, p. 310-331, 2017.

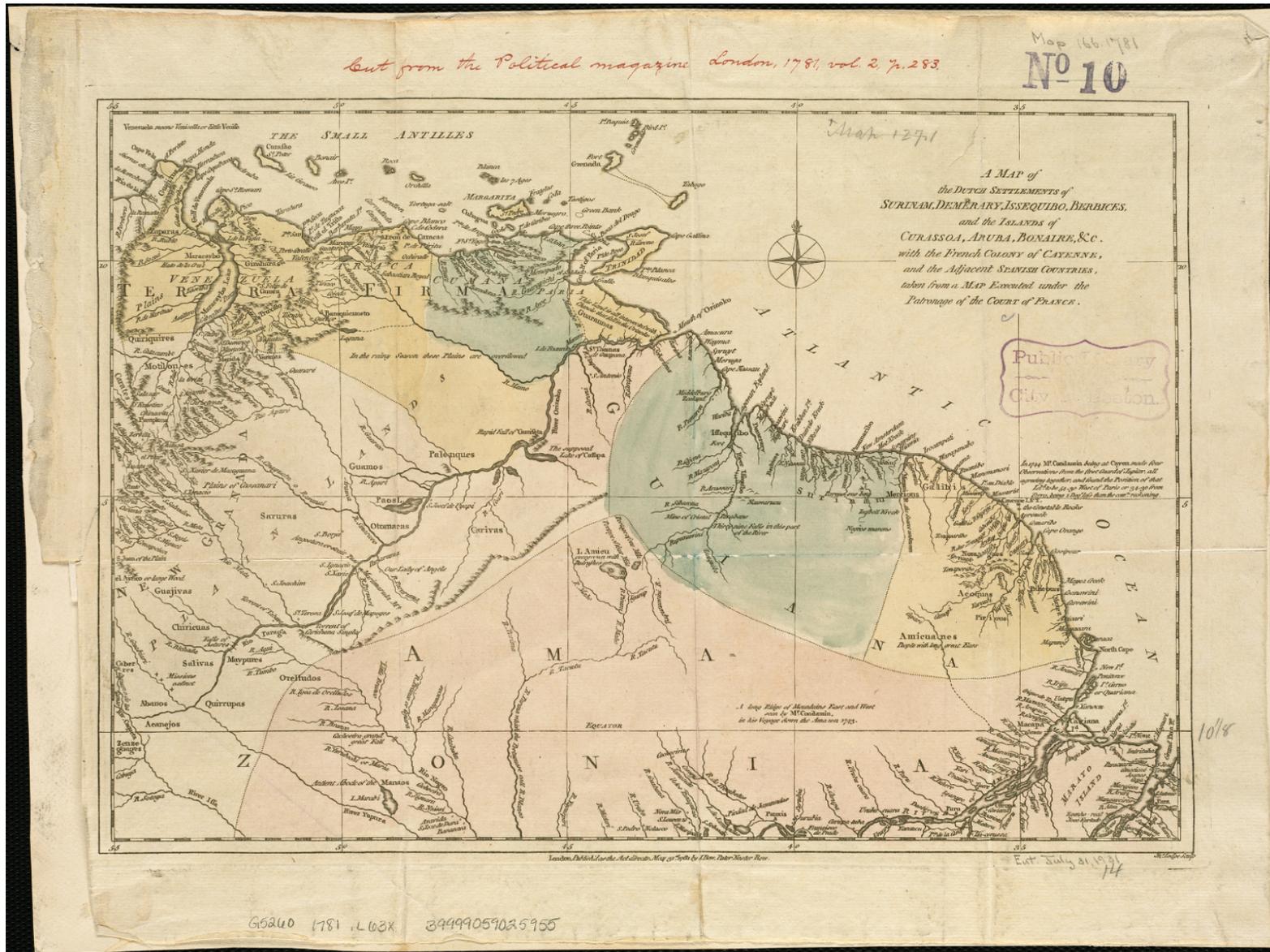
ANEXO – ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Participação das Guianas em Arranjos Regionais (1973-2023).



Fonte: (Silva; Granger; Bastos, 2023, p. 423).

Figura 2 - Mapa dos assentamentos holandeses no Suriname, Demerara, Essequibo, Berbice e das ilhas de Curaçao, Aruba, Bonaire (1781).



Fonte: Leventhal Map & Education Center. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/normanbleventhalmapcenter/4579318316/>.

Figura 3 – Linhas de fronteira da Guiana Inglesa (Linhas Schomburgk).



Fonte: Scottish Geographical Magazine, Vol 12, 1896 (p 88). Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=JyMcAAAAMAAJ&pg=PA88&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=1#v=one_page&q&f=false. Acesso em: 03 abr. 2024.

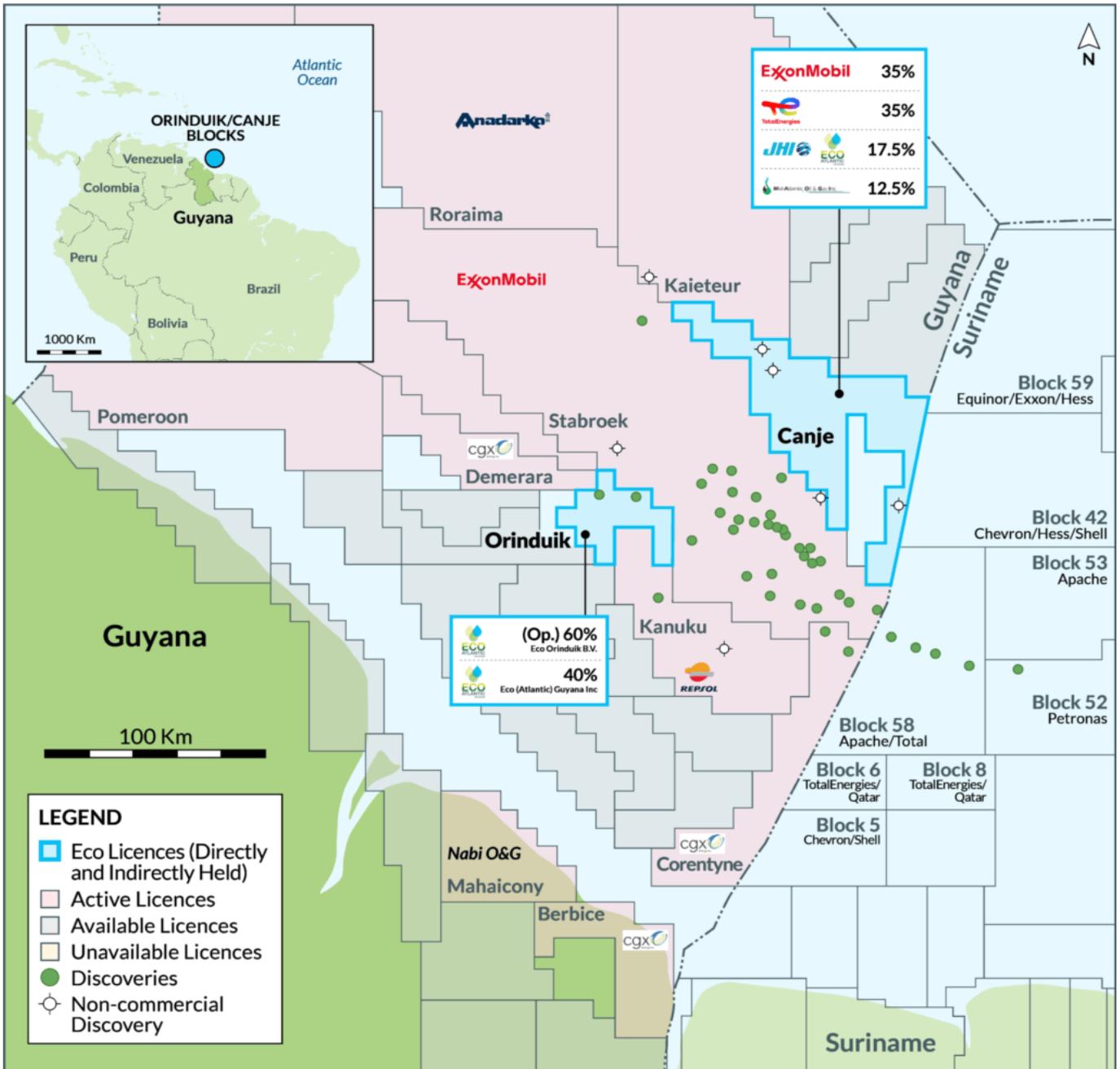
Figura 4 - O Essequibo e a disputa pela sua Zona Econômica Exclusiva.



The Economist

Fonte: The Economist. Disponível em: https://www.economist.com/sites/default/files/20200229_AMM976.png. Acesso em: 03 abr. 2024.

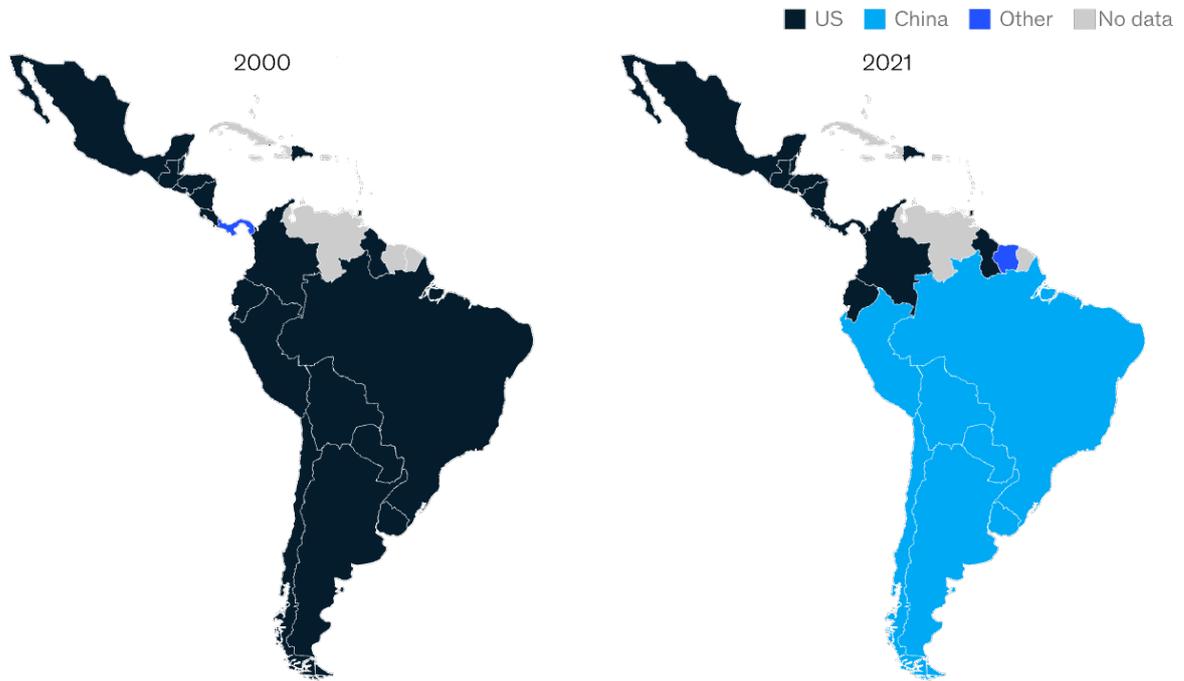
Figura 5 - Blocos de petróleo, Companhias licenciadas e descobertas.



Fonte: Eco Atlantic Oil & Gas. Disponível em: <https://www.ecoilandgas.com/projects/guyana/#map>. Acesso em: 01 maio 2024.

Figura 6 - Maiores parceiros comerciais extrarregionais da América Latina em 2000 e 2021.

Largest extraregional trading partners, by total value of goods trade



Real increase in total goods trade value between 2000 and 2021, % of 2021 GDP

	US	China	All other economies	Total
Mexico	18	9	17	44
Chile	7	21	17	45
Peru	5	17	21	43
Brazil	2	10	12	24
Colombia	4	7	12	22
Argentina	0	4	9	13
LAC ¹	7	10	14	31
Other EMS ²	2	9	29	40

¹GDP-weighted average for 23 Latin American and Caribbean economies. Country-level chart represents only the 6 largest economies.

²GDP-weighted average for all emerging-market and middle-income economies in Europe and Asia (IMF definition).

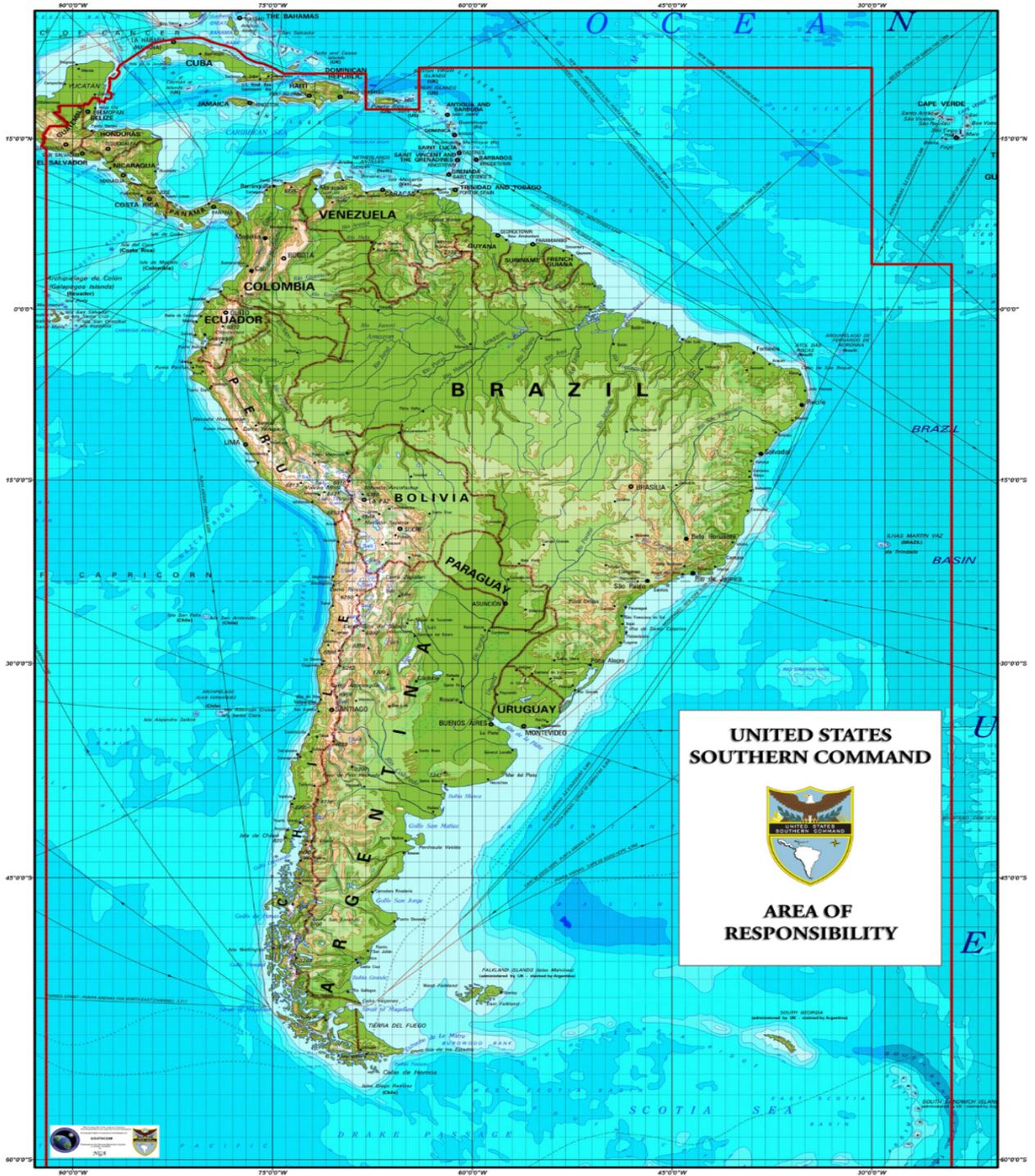
Note: The boundaries and names shown on maps do not imply official endorsement or acceptance by McKinsey & Company.

Totals may not sum due to rounding.

Source: UN Comtrade (2022); World Bank (2022); McKinsey Global Institute analysis

Fonte: McKinsey Global Institute. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/mgi/our-research/what-could-a-new-era-mean-for-latin-america>. Acesso em: 20 abr. 2024.

Figura 7 - Área de responsabilidade do SOUTHCOM.



Fonte: U.S. Southern Command. Disponível em: <https://www.southcom.mil/MEDIA/IMAGERY/ig-photo/2001640093/>. Acesso em: 01 maio 2024.

Figura 8 - A nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative).



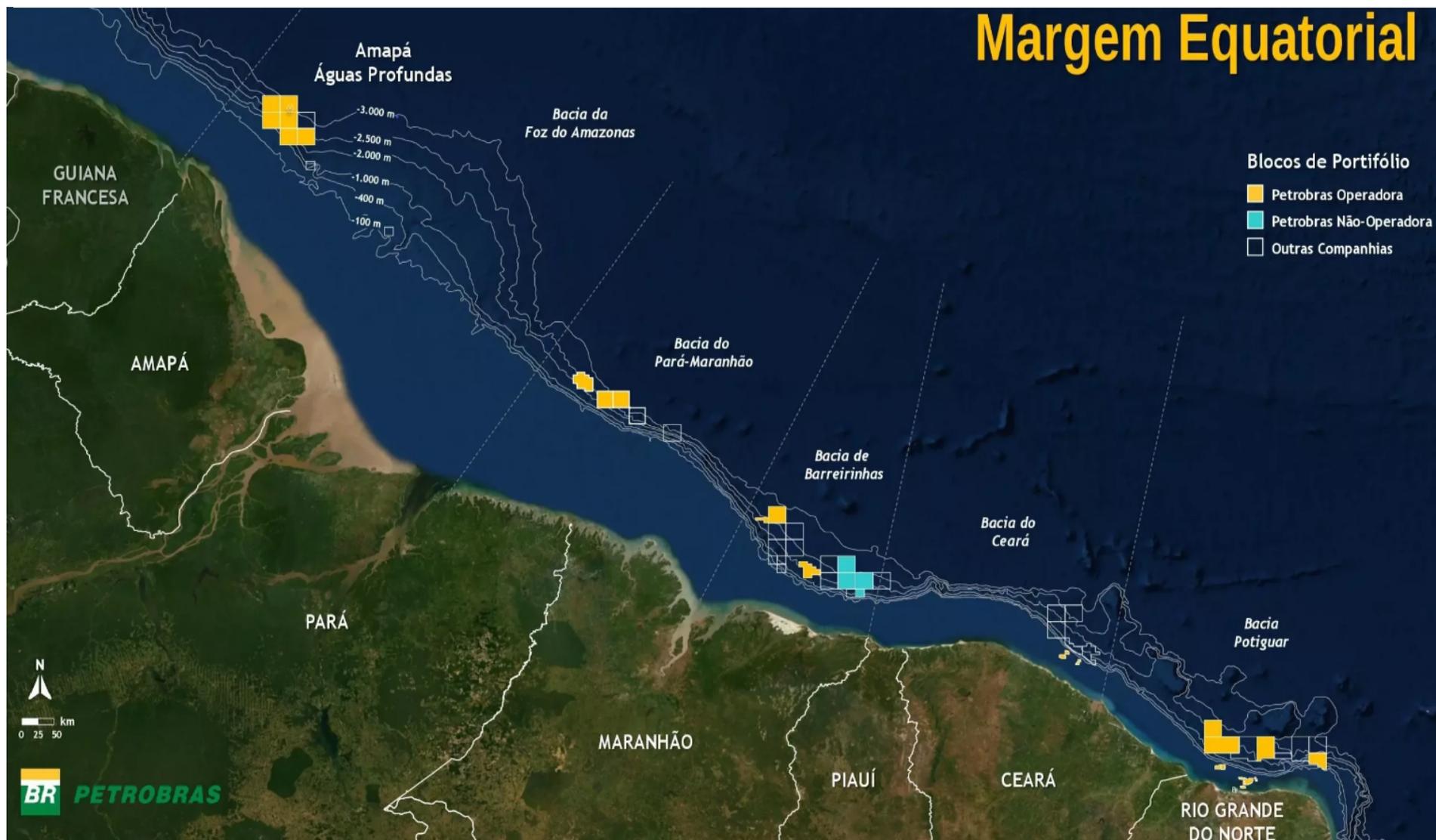
Fonte: Banco Mundial. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/regional-integration/brief/belt-and-road-initiative>. Acesso em: 18 maio 2024.

Figura 9 - Projetos portuários apoiados pela RPC na América Latina (2023).



Fonte: Diálogo das Américas. Disponível em: <https://diálogo-americas.com/wp-content/uploads/2023/09/Puertos-maritimos-en-América-Latina-PORT.jpg>. Acesso em: 18 maio 2024.

Figura 10 - Margem Equatorial Brasileira e as bacias petrolíferas.



Fonte: Petrobras. Disponível em: https://petrobras.com.br/quem-somos/novas-fronteiras?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjww700BhDwARIsAC0sjWPSeXcEnR-Jklt7DUfurlfk2me7aAn7wIT-iSVn7S39do4wssbroqjMaAnf2EALw_wcB. Acesso em 12 jul. 2024.

